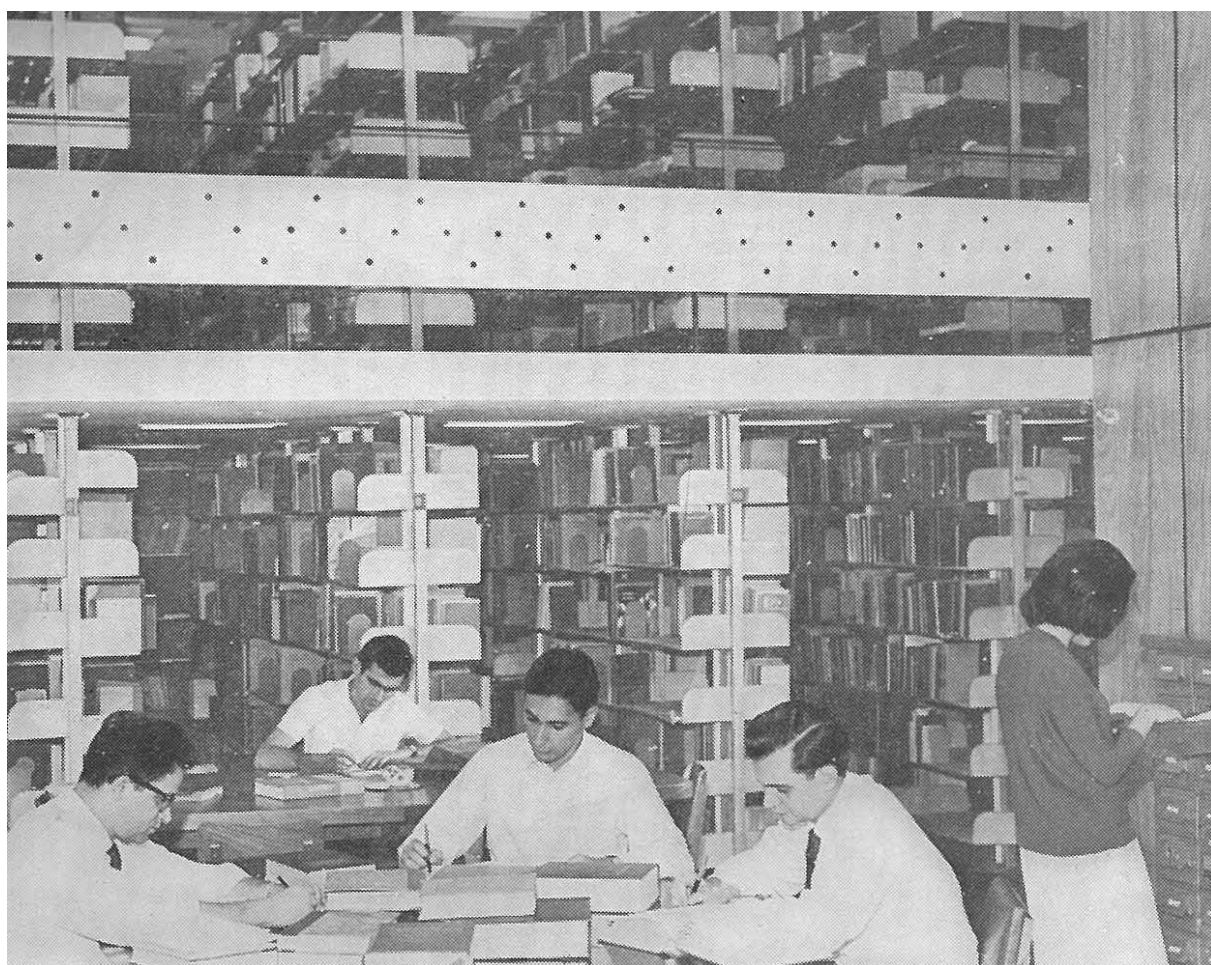


CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
DEP – Departamento de Ensino e Pesquisa
PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ECO – Escola de Comunicação
PPGC – Programa de Pós-Graduação em Comunicação



**Ciência da Informação em perspectiva histórica:
Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação
(Brasil, 1930-1970)**

Nanci Elizabeth Oddone

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ensino e Pesquisa do
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Rio de Janeiro • 2004

Foto da capa

A biblioteca do IBBD em 1962

“[...] [R]eúne, atualmente, uma das mais importantes coleções de referência bibliográfica e [...] deverá ser transformada, em breve, na Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia”.

Fonte: BRASIL, 1962, p. 59.

Ciência da Informação em perspectiva histórica:
Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação
(Brasil, 1930-1970)

Nanci Elizabeth Oddone

Nanci Elizabeth Oddone

neoddone@ufba.br

Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal da Bahia (1975/1978)

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (1985)

Especialista em Produção Editorial pela Escola de Serviço Público da Bahia/
Universidade Católica do Salvador (1994), com a monografia

Produção editorial em pós-graduação: estudo preliminar

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (1998), com a dissertação

Atividade editorial & ciência da informação: convergência epistemológica

Professora assistente do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia
Rua Basílio da Gama, s/n ° – Canela • Telefax (71) 3336-6755 • 40110-100 Salvador – Bahia • Brasil

Ciência da Informação em perspectiva histórica:
Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação
(Brasil, 1930-1970)

Nanci Elizabeth Oddone

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, mantido através de convênio com a Escola de Comunicação da UFRJ, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Maria de Nazaré Freitas Pereira
Dra. em Sociologia pelo IUPERJ

Rio de Janeiro • 2004

Esta pesquisa foi parcialmente financiada,
entre março de 1999 e fevereiro de 2003, com recursos da
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior,
sob a forma de bolsa de estudos oferecida à autora enquanto docente
de instituição pública de ensino superior (Programa PICDT).

Oddone, Nanci Elizabeth.

O22c

Ciência da Informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970) / Nanci Elizabeth Oddone. — Rio de Janeiro, 2004.

157 p. : il. ; 29,7 cm.

Tese (Doutorado) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2004.

Orientador: Maria de Nazaré Freitas Pereira.

Banca examinadora: Antonio Lisboa de Carvalho Miranda, Kátia de Carvalho, Lena Vania Ribeiro Pinheiro, María Nélida González de Gómez, Gilda Olinto (suplente), Hagar Espanha Gomes (suplente).

Referências; Fontes: p. 123-144.

1. Ciência da informação – história – Brasil. 2. Biblioteconomia – história – Brasil. 3. Documentação – história – Brasil. 4. Lydia de Queiroz Sambaquy. 5. Departamento Administrativo do Serviço Público – Biblioteca. 6. Serviço de Intercâmbio de Catalogação. 7. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. I. Pereira, Maria de Nazaré Freitas (orientador). II. Título.

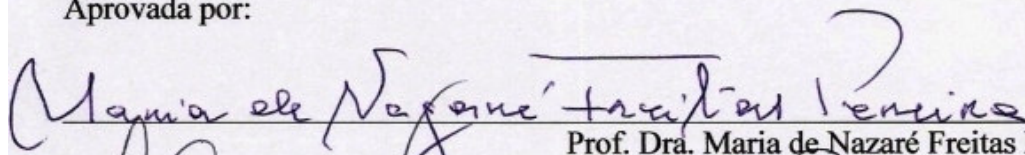
CDU 007(81) • 007:165 • 007:002(81) • 007:02(81)

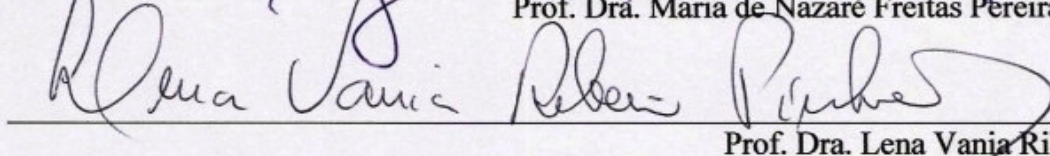
Ciência da Informação em perspectiva histórica:
Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação
(Brasil, 1930-1970)

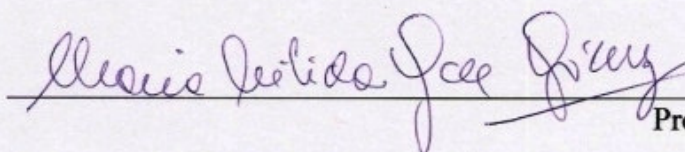
Nanci Elizabeth Oddone

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, mantido através de convênio com a Escola de Comunicação da UFRJ, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação.

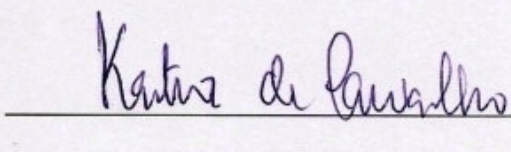
Aprovada por:


Prof. Dra. Maria de Nazaré Freitas Pereira – Orientador

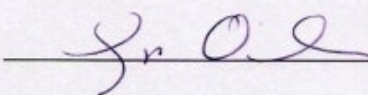

Prof. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro

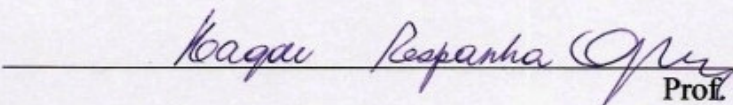

Prof. Dra. María Nélide González de Gómez

Prof. Dr. Antonio Lisboa Carvalho de Miranda


Prof. Dra. Kátia de Carvalho

Suplentes:


Prof. Dra. Gilda Olinto


Prof. Livre-Docente Hagar Espanha Gomes

Autorizo a divulgação do texto completo desta tese de doutorado em bases de dados especializadas nacionais ou internacionais. Autorizo também sua reprodução total ou parcial, através de qualquer meio, para fins acadêmicos e científicos.

Nanci Elizabeth Oddone

Local e data

Para Luisa e Mario, meus filhos
Para Pedro, leal e irreduzível companheiro
Para Angela e Sílvia, irmãs que a vida distanciou
Para Nelson e Nancy, que permaneceram ao meu lado
Para meus alunos e alunas, confusos diante desses enigmas
Para todos os meus colegas do ICI/UFBA, por sua solidariedade
Para Lydia de Queiroz Sambaquy, pioneira da Ciência da Informação

A conclusão desta tese só se tornou possível graças ao estímulo e à cooperação de muitas pessoas. Agradeço aqui, indistintamente, as inúmeras demonstrações de afeto e reconhecimento; os incontáveis pequenos gestos de compreensão e solidariedade; as constantes palavras de apoio e incentivo; por fim, toda a atenção e colaboração que recebi ao longo dos últimos anos, mas em especial durante o árduo período da redação final.

Entre as pessoas a quem não posso deixar de citar explicitamente, para que fique registrado meu profundo agradecimento pelo papel decisivo que desempenharam na consecução desta pesquisa, está Celia de Queiroz Baltar, filha amorosa e guardiã zelosa de Lydia de Queiroz Sambaquy. A gentileza com que Celia me recebeu em sua casa, a prontidão com que aquiesceu ao meu projeto e a enorme confiança com que me destacou ao fazer-me depositária dos livros, documentos e outros objetos que sua mãe reuniu no decorrer de sua vida profissional são elementos que permitem avaliar a importância e a dimensão de sua contribuição ao desenvolvimento deste trabalho.

Também quero manifestar neste momento minha calorosa gratidão a Jannice de Melo Monte-Mór, pela disposição e pelo entusiasmo com que partilhou comigo suas recordações e objetos pessoais. Devo assinalar ainda o quanto sou grata a Hagar Espanha Gomes, Edson Nery da Fonseca, Dóris de Queiroz Carvalho, Celia Ribeiro Zaher, Myriam Dulac, Sylvio do Vale Amaral e Laís da Bôa Morte por terem concordado em conceder-me longas entrevistas pessoais. O expressivo aporte que suas declarações trouxeram ao aperfeiçoamento deste estudo não deve ser menosprezado.

Não posso deixar de mencionar ainda o grande auxílio que recebi da bibliotecária Rosa Maria Gastal de Menezes e de Marilza Oliveira de Almeida, Chefe da DIDAP – Divisão de Documentação e Informação em Administração Pública, subordinada à Coordenação de Documentação e Informação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na indicação de valiosas informações sobre a antiga Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, de cujo precioso acervo a Divisão é fiel depositária.

Por sua atenção, disponibilidade, incentivo e inclusive preocupação durante as primeiras fases desta pesquisa é preciso citar os nomes de Michel Menou e Tefko Saracevic.

Um reconhecimento especial deve ser concedido a Ana Maria Curado, Chefe de Gabinete do Senador Marco Maciel, por sua presteza em colocar à minha disposição, por intermédio de Sílvia Castanheira Oddone, relações públicas do Senado Federal – cujo empenho também deve ser agradecido – as fotografias registradas pela Assessoria de Comunicação do Senador durante o evento que comemorou os 45 anos do IBICT em 1999.

Por tudo o que com eles aprendi e pelos desafios intelectuais que me levaram a enfrentar, sou grata a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT, especialmente Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Regina Marteleto. Devo salientar porém o respeito e a admiração que dedico, sobretudo, a Maria de Nazaré Freitas Pereira, cuja orientação tantas vezes me trouxe de volta ao rumo, e a María Nélide González de Gómez, cujos textos têm sido fonte de permanente inspiração para mim.

Desejo agradecer também, pela riqueza da experiência comum, aos amigos que fiz entre os alunos dos cursos de mestrado e doutorado do IBICT, assim como a todos os seus funcionários ao longo dos últimos seis anos.

Não devo finalizar este texto sem fazer referência a algumas outras pessoas cuja contribuição, mesmo que pequena, foi sempre decisiva. São elas Luiz Antonio de Sousa, chefe da Biblioteca da Academia Brasileira de Letras; Kátia de Carvalho, diretora do ICI/UFBA; Aida Varela Varela, chefe de Departamento do ICI/UFBA; Alejandro Hugo Cepeda, doutor em sociologia e antropologia pelo IFCS/UFRJ; Maria Yêda de Filgueiras Gomes, pesquisadora do CNPq; Sely Maria de Souza Costa, professora do DCI/UNB; Gilda Maria Whitaker Verri, professora do DCI/UFPE; Nídia Lienert Lubisco, professora do ICI/UFBA; Joana Coeli Ribeiro Garcia, professora do DBD/UFPB; Angela Castanheira Oddone Gomes, analista de sistemas do Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde; Eloísa da Conceição Príncipe e Ilce Gonçalves Milet Cavalcanti, professoras do IBICT; Martha Martínez Silveira, consultora em informação médica; Selma Santiago, analista de C&T do IBICT; Pedro Belmonte Fraga, pesquisador da história do livro; Urânia Conceição de Araújo, bibliotecária-chefe do ICI/UFBA e Ariston Mascarenhas, chefe de apoio do ICI/UFBA.

Como é praxe, concluo estes agradecimentos ressaltando que as pessoas e instituições aqui mencionadas não são responsáveis pelo uso que fiz das informações que me foram fornecidas. É exclusivamente minha a responsabilidade por equívocos, ambigüidades, imprecisões e eventuais limitações que este trabalho possa apresentar.

“A história da filosofia nos mostra com muita clareza que a plena determinação de um conceito raramente é obra do pensador que o introduziu pela primeira vez. Isso porque, de modo geral, um conceito filosófico representa antes um problema que a solução de um problema – e o pleno significado desse problema não pode ser percebido enquanto ele permanecer em seu estado implícito inicial. Ele deve tornar-se explícito para ser compreendido em seu verdadeiro sentido e essa transição – de um estado implícito a um explícito – é obra do futuro.” (*Ernst Cassirer*)

“A autêntica prática revolucionária ocorre no nível da produção. A verdade não nos libertará, mas controlar a produção da verdade sim.”

(*Michel Hardt & Antonio Negri*)

Resumo

ODDONE, Nanci Elizabeth. *Ciência da informação em perspectiva histórica*: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). Orientador Dra. Maria de Nazaré Freitas Pereira. Rio de Janeiro, 2004. 157p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2004.

Desde os primeiros registros de seu perfil disciplinar, a Ciência da Informação sempre procurou deixar clara sua distinção em relação à Biblioteconomia. No decurso dos últimos quarenta anos, contudo, o que se constata é uma estreita proximidade entre as duas áreas, sugerindo haver, pelo menos em relação a este aspecto, uma contradição entre o discurso fundador da disciplina e sua práxis. Considerando a recorrência da questão e a relevância de seu esclarecimento para uma definição mais precisa da matriz epistemológica da Ciência da Informação, propõe-se seu aprofundamento. Inicialmente a pesquisa busca reconstituir o contexto no qual se desenvolveram no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1970, sobretudo no Rio de Janeiro, as atividades especializadas que viriam a caracterizar a Biblioteconomia enquanto campo profissional autônomo. Posteriormente, através do exame de fontes primárias e secundárias, empenha-se em resgatar o papel desempenhado por Lydia de Queiroz Sambaquy nesse contexto, primeiro no âmbito do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, à frente do Sistema de Intercâmbio de Catalogação – SIC, e mais tarde na presidência do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD. Procura-se assim demonstrar que, mobilizando as idéias de Paul Otlet e os princípios da Documentação, Lydia Sambaquy capitaliza um sólido aparato produtivo e discursivo e passa a coordenar uma complexa rede sociotécnica que permite a extensão daquelas idéias e princípios a um significativo contingente de bibliotecários brasileiros. A consequência é uma ruptura, uma descontinuidade entre a Biblioteconomia que se praticava e a que se praticará a partir de então, progressivamente legitimada pela comunidade profissional. A autoridade e a influência do novo paradigma concorrem para a estabilização de um campo finito de competências e ações que organiza todos os elementos em jogo, dos conceitos aos artefatos: uma Biblioteconomia matizada, e agora institucionalizada. Quando, no final da década de 1960, o campo é posto à prova por inovações tecnológicas que introduzem e reivindicam novos sentidos, atualiza-se e, propondo uma nova descontinuidade, concebe seu alinhamento aos postulados e à nomenclatura da emergente *Information Science* americana. Foi portanto no contexto dessa Biblioteconomia associada aos preceitos e aos ideais da Documentação que se definiram o alcance e os contornos da expressão “ciência da informação”, de início empregada apenas para designar uma esfera de ação também absolutamente nova para a área: os estudos pós-graduados *stricto sensu* – e ainda hoje, quase exclusivamente, a eles restrita. Esboçados os fatores que, no cenário nacional, indicam uma convergência entre a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação, conclui-se assinalando a potencialidade dos estudos históricos para a reflexão epistemológica em torno da Ciência da Informação e sugerindo que sejam abertos espaços para a formulação e o fomento de pesquisas que dêem continuidade a essa linha de investigação.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Biblioteconomia; Lydia de Queiroz Sambaquy; Documentação; Brasil (1930-1970)

Abstract

ODDONE, Nanci Elizabeth. *Ciência da informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)*. [*Information Science in historical perspective: Lydia de Queiroz Sambaquy and the contribution of Documentation (Brazil, 1930-1970)*]. Supervised by Maria de Nazaré Freitas Pereira (PhD). Rio de Janeiro, 2004. 157p. Thesis (Information Science Doctoral Studies) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2004.

Since its first disciplinary documents Information Science stressed its distinction from Librarianship. During the last forty years however what can be seen is a straight closeness between them. This research looks through the history of Librarianship in Brazil during the period from 1930 to 1970. It stresses the role of Lydia de Queiroz Sambaquy at the Library of DASP, as the coordinator of SIC and as president of the early IBBD. The main argument says when Information Science was introduced in Brazil it followed many of Sambaquy's ideas involving Librarianship and Documentation. The historical and primary documents analyzed by this research lead to the conclusive idea that earlier than 1970 the concepts which form the base of Information Science were already functioning at IBBD under the leadership of Lydia Sambaquy.

Keywords: Information Science; Librarianship; Lydia de Queiroz Sambaquy; Documentation; Brazil (1930-1970)

Lista de Siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BN – Biblioteca Nacional

CDD – Classificação Decimal de Dewey

CDU – Classificação Decimal Universal

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FGV – Fundação Getulio Vargas

FID – Federação Internacional de Documentação

IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IFLA – International Federation of Library Associations

IIB – Instituto Internacional de Bibliografia

IID – Instituto Internacional de Documentação

SBPC – Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência

SIC – Serviço de Intercâmbio de Catalogação

Sumário

1 – Introdução	21
2 – Ecologia Sociotécnica da Atividade Intelectual	33
3 – Lydia e a Biblioteca do DASP	64
4 – Lydia e o SIC	84
5 – Lydia e a Documentação	92
6 – Lydia e o IBBD	109
7 – Conclusão	121
8 – Bibliografia Consultada	123
9 – Fontes Primárias	136
10 – Anexos	145



Lydia de Queiroz Sambaquy (1913-), década de 1940

1 – Introdução

O problema que esta pesquisa se propõe a enfrentar está relacionado à historicidade da Ciência da Informação no Brasil. Quando se fala em Ciência da Informação no Brasil todo o recuo histórico que nos é dado percorrer acaba sempre esbarrando numa bandeira que parece ter sido fincada no IBBD em 1970 e na qual foi escrito: “Ciência da Informação – início”. Para além dessa bandeira todas as passagens que levam ao passado são vedadas ao cientista da informação brasileiro, já que esse é um território que não lhe pertence, ou pior, um domínio que não interessa à sua atividade e à sua identidade.

Comprendemos perfeitamente bem que a Ciência da Informação se constituiu no Brasil – assim como no resto do mundo – de maneira a romper com um passado de práticas que não se mostravam mais competentes para atender às necessidades bibliográficas e documentais de uma sociedade contemporânea marcada pela tecnologia e, principalmente, de uma comunidade científica internacional em contínuo processo de crescimento. A Ciência da Informação era um campo novo e um conhecimento novo e enquanto tal se posicionava na vanguarda de um mundo também radicalmente diferente (PINHEIRO, 2002). Ainda assim, pensando na velha frase de Lavoisier – “nada se cria, nada se perde, tudo se transforma” – acreditamos

que uma perspectiva histórica mais abrangente e de maior alcance pode contribuir para trazer à tona alguns vetores de aproximação à realidade atual que ofereçam perspectivas originais e capazes de aprofundar nossa compreensão do presente.

Apesar de não-explicitadas, nem ampla ou abertamente discutidas, as rupturas prático-conceituais que ocorreram na Biblioteconomia brasileira na década de 1940 resultaram não apenas na adoção de procedimentos técnicos mais uniformes, mas também na implementação de estratégias de extensão social e na defesa de uma competência especializada. Essas novas condições acabaram por introduzir, consolidar e disseminar modos também novos de organizar as idéias, capacitando os bibliotecários a elaborações teóricas mais sofisticadas. Em consequência, uma esfera de ação e um domínio intelectual até então inexistentes para esses profissionais materializaram-se, agregando à representação simbólica da área elementos de uma imagem pró-ativa e realizadora que resultou numa certa bagagem de força política e social.

Com o fim do Estado Novo e no centro de outras transformações sociais e culturais por que passava a nação – como a ampliação da rede de escolas públicas, a criação de universidades, a fundação de academias e de associações de cientistas e educadores – privilegiou-se um acelerado esforço de desenvolvimento cujos objetivos eram a formação e a manutenção de uma sólida infra-estrutura científica e tecnológica, capaz de assegurar a progressiva soberania do país no setor. Nesse contexto, a criação do IBBD em 1954, como órgão de produção e acumulação de informações bibliográficas, constituiu um suplemento de força para os bibliotecários. Por outro lado, o contato com instituições internacionais como a FID e a IFLA oferecia – sobretudo àqueles que se encontravam mais próximos ao IBBD – acesso a um cenário já em vias de se globalizar, enriquecendo o domínio intelectual até ali representado exclusivamente pela Biblioteconomia. A convivência com essas novas demandas traduziu-se na adesão da área ao discurso da “informação científica” e à sua progressiva elaboração em termos teóricos e pragmáticos.

Por cerca de dez anos essa condição mostrou-se bastante satisfatória, produzindo poucas discordâncias ou controvérsias no campo. Uma das primeiras iniciativas do IBBD foi promover a realização de repetidos cursos de “documentação científica”, nos quais o Instituto formou inúmeros bibliotecários – e interessados em Biblioteconomia – de diferentes regiões do país nas modernas técnicas da “informação científica”, que na verdade eram métodos de documentação. Os profissionais assim treinados serviam como multiplicadores ou disseminadores do novo saber, dos novos discursos e das novas práticas do campo. A extensão e a capilaridade assim alcançadas fortaleceram não apenas os atores em cena naquele momento, mas também, de maneira reflexa, a própria área, que deles se nutria. Instaurado, esse processo provocou desdobramentos a partir dos quais surgiram as associações profissionais, os cursos de graduação universitária e, mais tarde, a legislação profissional, símbolo maior, naquele momento, da identidade, da legitimidade e da visibilidade da Biblioteconomia nacional.

Ao fim desse período de glórias, contudo, surgiram os primeiros elementos e indícios de uma futura e desestabilizadora problemática. A eletrônica e a informática, com seus equipamentos, sua terminologia e suas perspectivas, pouco a pouco começaram a infiltrar-se no cotidiano daquele grupo profissional, em especial no daqueles bibliotecários que militavam no IBBD, onde a exposição a esse confronto era potencialmente maior. Se de início eram apenas relatos trazidos por profissionais brasileiros que voltavam do exterior ou informes que chegavam ao IBBD através do cuidadoso controle bibliográfico exercido pelo órgão sobre a literatura internacional da área, mais tarde, introduzidos em sua rotina produtiva¹, tais fatores de desequilíbrio começaram a impor questionamentos cuja natureza e amplitude levou os bibliotecários do IBBD a fazer uma definitiva opção pela Ciência da Informação (PINHEIRO & LOUREIRO, 2004).

¹ A Xerox do Brasil, fundada em 1965, instalou sua primeira máquina copiadora no IBBD, em dezembro de 1966 (notícia disponível em <http://www.quimbahia.com.br/empresas.asp?CODEMPRESA=xerox>).

Após este retrospecto, entretanto, uma pergunta ainda nos incomoda: por onde se deve começar a contar a história da Ciência da Informação no Brasil? A partir do marco fundado em 1970? Tudo indica que para compreender a opção pela Ciência da Informação que os bibliotecários do IBBD fizeram em 1970, torna-se necessário, primeiramente, explicitar as estratégias que, acolhidas a partir de uma verdadeira fusão entre Biblioteconomia e Documentação, possibilitaram o adensamento dos referenciais técnicos, discursivos e conceituais da área. Mas que tipo de contribuição cada uma delas trouxe a esse quadro? Como se articulou seu relacionamento? Essas são algumas das questões que consideramos pertinentes para um projeto que se coloca na perspectiva da historicidade da Ciência da Informação no Brasil.

É evidente, portanto, que a emergência da Ciência da Informação no Brasil não ocorreu num terreno vazio e inerte e sim num espaço onde um outro domínio já se encontrava constituído. Por outro lado, se os atores que participaram da introdução da Ciência da Informação no Brasil se definiam antes por sua filiação ao saber que a precedeu, parece válido imaginar que esse saber precedente tenha deixado vestígios na concepção da disciplina e na formulação de suas estratégias acadêmicas. Acreditando no vigor de tais idéias, elegemos então como problema de pesquisa o exame da natureza e da estrutura desse campo prévio, na tentativa de identificar aspectos de seu estatuto e de seu funcionamento que possam ter sido relevantes na organização dessa área que desde 1970 chamamos de Ciência da Informação. Considerando a extensão desse tempo pretérito – que poderia recuar, quem sabe, até a instalação da Real Biblioteca Portuguesa, no início do século XIX (SCHWARCZ, 2002) – procedemos a um recorte que privilegiou não só um período determinado, mas também questões e fatos específicos.

À primeira vista, o tema do presente estudo difere bastante daquele que propusemos no projeto de pesquisa que foi aprovado pela banca de qualificação. Embora correta em termos objetivos, esta conclusão, contudo, não faz jus aos fatos. No documento que submetemos naquela ocasião, lia-se o seguinte, à página 19:

“[...] A avaliação minuciosa dos fenômenos [...] permitiria identificar e reconstruir as condições de existência do saber especializado da ciência da informação em cada um de seus momentos [...], elucidando questões ainda hoje mal-esclarecidas a respeito de sua gênese, seu desenvolvimento e sua estrutura. Para tanto, contudo, será necessário responder a duas questões preliminares, que contextualizam o problema de pesquisa descrito, mas se situam num tempo anterior e num espaço exterior a ele:

a) em que contexto e por força de que condições a mera acumulação dos acervos – ou seja, a coleta, o tratamento e a organização física dos objetos do conhecimento por tipo de material – deixa de ser socialmente suficiente para intelectuais e cientistas brasileiros e a classificação temática de seu conteúdo – instrumentalizada por códigos, dispositivos, técnicas e competências especializados – começa a ser exigida e viabilizada?

b) em que contexto e por força de que condições o academicismo humanista e generalista dos bacharéis brasileiros deixa de ser socialmente competente para o exercício das funções especializadas de bibliotecários e a criação de cursos de formação profissional específicos começa a ser exigida e viabilizada? [...]” (ODDONE, 2001, p. 19)

Como se observa, já nos parecia imprescindível, naquele momento, efetuar um mergulho no passado para esclarecer a partir de que bases e de que contextos a Ciência da Informação se estabelecia no Brasil. É verdade que essa preocupação preliminar acabou por consumir todo o tempo e toda a energia que seriam dedicados à tese principal. Entretanto, vemos hoje que não teria sido possível – como não parece ainda possível – encontrar respostas para os objetivos que estabelecemos naquele projeto de pesquisa sem obrigatoriamente passar pelo esclarecimento dessas questões históricas.

A problemática que elegemos oferecia um amplo leque de opções em termos de objeto. A despeito da diversidade de alternativas, porém, um nome despontava de maneira uniforme durante um longo e importante período imediatamente anterior à emergência da Ciência

da Informação: Lydia de Queiroz Sambaquy. Ela havia dirigido o IBBD desde a fundação do órgão e de certa forma havia contribuído fortemente para a sua criação (SILVA, 1987). Além disso, seu nome também estava associado ao SIC – Serviço de Intercâmbio de Catalogação – e à renovação das técnicas da Biblioteconomia brasileira na década de 1940. Sua carreira e sua destacada participação nos eventos da área caracterizavam-se como centrais nesse cenário. Por outro lado, não havia na literatura qualquer estudo que abordasse essa questão. Pareceu-nos então que Lydia de Queiroz Sambaquy e sua extensa trajetória profissional exigiam uma investigação mais aprofundada.

O principal objetivo desta pesquisa envolve, portanto, a recuperação dos eventos históricos que marcaram a carreira da bibliotecária brasileira Lydia de Queiroz Sambaquy entre as décadas de 1930 e 1960. Complementarmente, pretendemos averiguar também o papel desempenhado pela Biblioteca do DASP na formação do campo biblioteconômico nacional; as funções que o Serviço de Intercâmbio de Catalogação – SIC – cumpriu no processo de consolidação desse mesmo campo; e, por fim, o sentido interposto pela Documentação – enquanto saber distinto e, em sua formulação teórico-discursiva, oposto à Biblioteconomia – na articulação do novo regime de informação² (FROHMANN, 1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003) proposto pelo IBBD a partir de 1954. A hipótese que defendemos admite que, não sendo mais um trabalho meramente biblioteconômico e sim uma composição híbrida entre Biblioteconomia e Documentação, o regime de informação instituído com a criação do IBBD já comportava a possibilidade de que um trabalho propriamente informacional, no sentido descrito por Farradane e seus contemporâneos (FARRADANE, 1955, 1970, 1971; EVANS & FARRADANE, 1959; ALLIBONE, 2002; DYSON & FARRADANE, 2002) viesse a se estabelecer.

² “[...] Um regime de informação se reconhece por suas linhas de força dominantes [...]. [Ele] define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação; [ele regula] os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder. [...]” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 61).

Em termos metodológicos, optamos por adotar os princípios da história genealógica, proposta por Michel Foucault (1998). A abordagem genealógica, tal como definida por este autor, se opõe à pesquisa de uma “origem”, pois para Foucault

“[...] atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. [...] A dedicação à verdade e ao rigor dos métodos científicos? [Ela nasceu] da paixão dos cientistas, [...] de suas discussões fanáticas e sempre retomadas [...]. O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate. [...] [G]osta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador ou na luz sem sombra da primeira manhã. [...] Mas o começo histórico é baixo. [...] Fazer a genealogia dos valores, da moral, [...] do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua ‘origem’ [...]; será, ao contrário, se demorar nas meticolosidades e nos acasos dos começos [...]. A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão [...]; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo [...]. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria [...]. A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo. [...] As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. [...]” (FOUCAULT, 1998, p. 18-19, 21, 28)

Assim, segundo Foucault, a genealogia procura descobrir e expor as forças que se fizeram presentes na constituição de um determinado fenômeno “sem [...] se referir a um sujeito” fundador (FOUCAULT, 1998, p. 7). Contudo, devido ao estado de dispersão em que se achavam e ao natural apagamento que sofrem tão logo o fenômeno se estabiliza, essas forças não estão imediatamente evidentes. Ao genealogista caberia um escrupuloso trabalho de investigação documental para fazer emergir essas forças dispersas:

“[...] A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. [...] A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência. [...]” (FOUCAULT, 1998, p. 15)

O pesquisador, neste caso, deve estar atento para a necessidade de colocar de lado todas as categorias que são concebidas *a priori*, imobilizando o pensamento – datas, nomes, títulos, cargos, enfim, os grandes “marcos históricos” – para deixar emergir a miríade de pequenos atos, reflexões, alianças e estratégias que pouco a pouco tecer a rede de forças e produziu o fenômeno. Para isso, como disse Veyne, o método “consiste em descrever, muito positivamente, [...] e em não pressupor nada mais; em não pressupor que existe um alvo, um objeto, uma causa material” (VEYNE, 1995, p. 157, grifo do original).

Outra abordagem que utilizamos é a da teoria ator-rede, desenvolvida por Bruno Latour (2004). Embora esta teoria ofereça um arcabouço de conceitos sociológicos e epistemológicos de grande impacto e aceitação nos estudos sociais da ciência e em outras áreas do conhecimento, ultimamente Latour vem optando por considerá-la um *método* e não uma *teoria*. No artigo *A dialog on ANT* – que comporá um próximo livro do autor sobre essa questão – ele defende a nova postura dizendo:

“[...] Com a teoria ator-rede você pode descrever algo que de todo não se pareça com

uma rede – o estado mental de um indivíduo, uma peça de máquina, um personagem ficcional; ao contrário, você pode descrever uma rede – metrô, esgotos, telefones – sem delinear-la de acordo com a teoria ator-rede. [...] A teoria ator-rede é um método e na maioria das vezes um método negativo; ela nada diz sobre o formato daquilo que está sendo descrito. [...] É o trabalho, e o movimento, e o fluxo, e as mudanças que devem ser salientadas. [...] Apenas descreva o estado das coisas. [...] Descrever, estar atento ao concreto estado das coisas, encontrar a descrição singularmente adequada para uma dada situação [...]. [...]” (LATOURE, 2004, *passim*)

Latour argumenta que a riqueza de um relato de pesquisa não decorre da quantidade ou da qualidade das teorias que o pesquisador utiliza para explicar o fenômeno. Ao contrário, para ele, um trabalho de pesquisa competente não necessitaria de qualquer quadro explicativo, de qualquer teoria. Porque o que torna a investigação significativa é a riqueza da descrição que se faz dos fatos observados, do “estado das coisas”. Como se vê, as abordagens propostas por Latour e por Foucault aproximam-se bastante em termos operacionais: descrever, cada vez mais cuidadosamente, os atores, os eventos e os documentos sempre na expectativa de deixar emergir uma determinada rede de forças ou um determinado “estado de coisas”.

Se é verdade, como afirma Latour, que é “o próprio objeto que cria o suplemento de multiplicidade” (LATOURE, 2004), então cada elemento a mais que descrevemos, que adicionamos à cena, resulta na pluralidade dos ângulos de observação do fenômeno, enriquecendo os resultados da pesquisa. Empregando uma perspectiva semelhante para estudar infra-estruturas de informação como a classificação internacional de doenças, Geoffrey Bowker e Susan Leigh Star chamam a atenção para aquilo que está invisível nestes objetos, para todo um conjunto de elementos incorporados que não somos mais capazes de ver à primeira vista, pois ficam transparentes quando o objeto se torna estável. Assim, nada é só o que é, só o que se apresenta sob os nossos olhos. (BOWKER & STAR, 1999).

Para alcançar nossos objetivos, reunimos fontes primárias e secundárias que nos foram doadas pela família de Lydía de Queiroz Sambaquy a outros documentos obtidos em arquivos e bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro. O arquivo pessoal de Lydía representava uma substancial coleção de cartas, ofícios, manuscritos de textos publicados, livros, periódicos, fotografias, medalhas, entre uma série de outros itens. Outros materiais muito úteis foram algumas obras publicadas no início do século XX, que ofereceram um minucioso testemunho das práticas biblioteconômicas daquele período. Embora essas fontes tenham sido todas de grande valor na descoberta e na elucidação de várias questões cruciais, em muitas circunstâncias elas não foram suficientes. Nesses casos recorreremos a entrevistas com parentes, colegas e antigos colaboradores de Lydía.

Embora estejamos habituados a pensar a história da Biblioteconomia e da Documentação no Brasil como um único e longo *continuum*, na verdade ela tem se caracterizado por algumas rupturas. Ao ser criado, o IBBD representou um corte radical em relação às práticas biblioteconômicas, documentais e informacionais antes adotadas no Brasil. Entendemos por ‘práticas biblioteconômicas, documentais e informacionais’, de modo abrangente, os serviços de toda natureza que eram prestados a usuários em estabelecimentos dedicados à organização de registros bibliográficos. Nas primeiras décadas do século XX, as bibliotecas não eram só os melhores símbolos desse universo de práticas: elas o encarnavam com exclusividade, pois fora de seu ambiente não havia locais onde fosse possível obter serviços de informação. Nos anos seguintes as bibliotecas começaram a se fazer mais presentes: nas cidades, nas universidades, nos órgãos públicos. Onde houvesse uma demanda sistemática por informações bibliográficas elas existiriam.

A Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, parte do Serviço de Documentação desse órgão, foi criada em 1938 e representou um dos primeiros cortes na realidade das bibliotecas brasileiras da primeira metade do século XX. O Serviço de

Intercâmbio de Catalogação – SIC, implantado logo em seguida, oferecia um poderoso mecanismo de integração e de capacitação das já então numerosas bibliotecas. As novas configurações da administração pública, por sua vez, demandavam uma racionalização dos serviços que ainda não havia alcançado o interior de muitas dessas bibliotecas. Aparelhada para enfrentar essa situação, Lidia Sambaquy ofereceu uma resposta precisa para os problemas biblioteconômicos e informacionais daquele momento.

Manejando o aparato técnico e operacional que a Biblioteca do DASP lhe proporcionava, Lydiã passou a coordenar uma vasta rede de bibliotecas que permitiu a extensão de suas idéias e de seus procedimentos a um contingente cada vez maior de bibliotecários brasileiros. A consequência foi uma ruptura, uma descontinuidade, entre a Biblioteconomia que se conhecia até ali e a que se verá a partir de então, pouco a pouco legitimada pela comunidade profissional. A autoridade e a influência desse novo modelo concorreram para tornar estável o domínio de competências e de ações relacionado à área e para organizar seus conceitos, práticas e instrumentos. Isso permitiu a formação de uma Biblioteconomia forte e uniforme, que era compreendida e aceita por todos – ou pela grande maioria. Nesse contexto, a cooperação foi uma das bandeiras defendidas incansavelmente por Lydiã.

Lydiã de Queiroz Sambaquy é um ícone da Biblioteconomia brasileira. Mais que qualquer outra das grandes personalidades que hoje fazem parte da história da área no Brasil – Manoel Bastos Tigre, Rubens Borba de Moraes, Alice Príncipe Barbosa, Laura Garcia Moreno Russo, Bernadette Sinay Neves, Adelpha Silva Rodrigues Figueiredo, para citar somente aqueles cujos nomes vêm mais rapidamente à memória e sem mencionar os que ainda estão em atividade – Lydiã encarnou o ideal que a grande maioria dos bibliotecários formados naquele período almejava alcançar. Seu prestígio e sua autoridade tornaram-se emblemáticos e ainda hoje são reverenciados. Como profissional ela alcançou os postos mais altos de sua especialidade: foi presidente do IBBD durante onze anos, foi vice-presidente eleita da Federação Internacio-

nal de Documentação entre 1959 e 1962 e logo em seguida destacada como membro honorário desta mesma instituição. Para todos os que tiveram oportunidade de conviver profissionalmente com ela, sua lembrança ainda é marcante. Seu entusiasmo, sua dedicação e sua capacidade de trabalho são relembrados com admiração por todos.

Mas qual era o diferencial das práticas que ela adotava? Quais suas características e peculiaridades? Que influências Lydia e a Biblioteca do DASP exerceram nesse contexto? Que influências haviam sido preponderantes na formação de Lydia? São essas e outras interrogações que esta pesquisa procura responder. Nosso percurso terá início na trajetória pessoal de Lydia de Queiroz Sambaquy e em sua atuação na Biblioteca do DASP. Estudaremos em seguida o Serviço de Intercâmbio de Catalogação – SIC, um dispositivo que parece central em relação ao desenvolvimento da Biblioteconomia no Brasil. Por fim, procuraremos buscar indícios de que, mobilizando e disseminando conceitos e técnicas próprias da Documentação, Lydia teria alavancado um último corte nessa realidade antes da introdução da Ciência da Informação: a criação, em 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

2 – Ecologia Sociotécnica da Atividade Intelectual

Desde o seu nascimento, o ser humano se vê envolvido em situações muito distintas, durante as quais é necessário ora emitir, ora adquirir novos conhecimentos. Ainda bebê o ser humano descobre que é preciso chorar para comunicar a seus pais que está com fome e receber alimento. Antes de entrar para a escola, esta será a situação: o conhecimento é construído pela criança através da convivência com os membros de sua família, através da experimentação com objetos e artefatos culturais que a família coloca ao seu alcance e através da interação com outras crianças e tipos diferentes de pessoas (VIGOTSKI, 1995, 1998). Esta é talvez a fase mais rica da aprendizagem humana, quando, entre outras coisas, adquirimos a capacidade de falar e de expressar nossos sentimentos e pensamentos. Tal riqueza resulta, principalmente, do enorme número de estímulos que o círculo do conhecimento, por natureza fragmentado, coloca à nossa frente e à nossa disposição: ampliando continuamente seu valor, esse universo caleidoscópico e mutante de agentes potencialmente cognitivos torna maiores as possibilidades de aprender e maiores as oportunidades de criar novos conhecimentos.

Consciente, desde muito cedo, da condição multifacetada do conhecimento, o ser humano logo percebeu a necessidade de exercer algum controle sobre o processo de aprendiza-

gem, de modo a simplificá-lo, organizá-lo e acelerá-lo (GOODY, 1987, 1988; LEROI-GOURHAN, 1984, 1990). Com esta intenção foi, aos poucos, inventando técnicas, aperfeiçoando mecanismos e criando procedimentos especiais: selos cilíndricos, tabletes de argila, signos lingüísticos, signos matemáticos, padrões de peso, estiletos, métodos de inscrição, ábacos, escolas de escribas (CHILDE, 1981). Contudo, quanto mais simples e mais rápido o ser humano tornava o processo de aprendizagem, mais complexo ele se mostrava.

Desde Gutenberg, tipógrafos e editores sempre se preocuparam em descobrir ou inventar meios melhores e mais precisos de simplificar, facilitar e acelerar os processos de leitura, a aprendizagem e a transmissão dos conhecimentos: sinais diacríticos, folhas de rosto, numeração de páginas, sumários, capas, índices, notas de rodapé (EISENSTEIN, 1994; GRATTON, 1998). No decorrer de toda a história da humanidade, e mesmo ainda hoje, escribas, copistas, iluministas, encadernadores, editores, impressores, revisores e muitos outros trabalhadores especializados na confecção de diferentes artefatos intelectuais – como os livros e os periódicos, por exemplo – procuraram desenvolver técnicas e procedimentos que aprimorassem a legibilidade dos textos, aumentassem a velocidade da leitura e facilitassem a disseminação dos conhecimentos. Para Frohmann, por exemplo, uma imagem familiar das vantagens da estabilidade tipográfica alcançada pela cultura impressa é a dificuldade de coordenar reuniões quando cada participante possui sua cópia do mesmo documento da Internet, mas cada uma apresenta uma numeração de páginas diferente (FROHMANN, 2004, p. 17).

A invenção da página e do espaço em branco à sua volta, dos capítulos numerados em seqüência, da abertura de parágrafos, da ordem alfabética, dos gráficos, mapas e tabelas, das citações, das bibliografias, dos catálogos de biblioteca, das classificações bibliográficas e de toda uma série de outros padrões de ordenamento e de organização do universo do conhecimento permitiram que a escrita e a leitura fossem moldadas de maneira a ampliar as chances da mais perfeita geração, recepção e reprodução do conhecimento, reduzindo as dificuldades da

comunicação e da aprendizagem. Todo esse extenso e variado conjunto de meios extraordinários de redução, adaptação, classificação, uniformização, mobilização e aceleração (LATOURE, 1996, 2000) acabou por produzir um impacto imenso nas modernas concepções de literatura, de educação e de pesquisa científica (EISENSTEIN, 1994). Porque em sua essência todos esses artefatos reduzem o caleidoscópico universo de agentes potencialmente cognitivos que nos rodeia e disciplinam nosso pensamento, definindo e determinando o modo como desenvolvemos nossos raciocínios.

Assim, quando a criança chega à idade de ir à escola, o conhecimento que lhe é oferecido não é mais fragmentado, múltiplo e mutante, mas filtrado, padronizado, organizado e formalizado através de currículos, programas, planos de aula, cartilhas, livros didáticos, dicionários, enciclopédias e bibliotecas. Todas estas ferramentas e artefatos intelectuais limitam a amplitude e a fragmentação do universo do conhecimento, permitindo que tenhamos um domínio cada vez maior sobre a natureza e a sociedade. Portanto, antes de dizer que nossa capacidade de aprender se deve às maiores ou menores habilidades cognitivas que nos são inatas, é preciso reconhecer que ela decorre essencialmente do trabalho daqueles que, antes de nós, numa sequência gradual e crescente de complexidade, estabeleceram modos e técnicas de como estudar, de como pensar, de como usar essas habilidades cognitivas para guardar – em nossa memória, em nossos hábitos – conhecimentos que nos ajudem a sobreviver.

Esse processo, primitivamente mediado por nosso próprio corpo – por exemplo, quando usávamos os braços ou os pés como padrões de medida – foi aos poucos incorporando também alguns artefatos produzidos para substituir partes do nosso corpo e liberá-las para outras ações. Assim, um galho de árvore poderia servir para tocar um objeto potencialmente perigoso ou estranho e aprender mais sobre ele. Saltando no tempo, chegamos aos primeiros símbolos desenhados com grande habilidade manual para representar a complexidade de sentidos enfiada no conceito, por exemplo, de um bisão. Essa técnica representou um salto qualitativo

enorme, porque liberou parte de nossas mentes, permitindo-nos alcançar as abstrações, ou seja, falar das coisas sem estar na presença delas (VIGOTSKI, 1995).

A atividade cognitiva é mediada, portanto, por toda uma série de ações histórica e socialmente definidas, assim como por toda uma série de artefatos que vêm sendo aperfeiçoados e complexificados ao longo de milênios. A disponibilidade ou não desses artefatos e dessas condições sociais afeta, por sua vez, a qualidade do que é individualmente captado pelo aparelho cognitivo. Por conseguinte, mais do que comportamentos eminentemente individuais, para os quais apenas nossa intenção e nossa determinação contribuem, conhecer e aprender constituem uma ação social, ou melhor, uma ação socialmente determinada.

Na verdade, a atividade cognitiva individual depende em alto grau dessa complexa aparelhagem sociotécnica que permitiu que destacássemos de nosso corpo todo o conhecimento adquirido ao longo de nossa existência para transmiti-lo ao corpo social, incorporando-o a artefatos como livros – o mundo 3 de Popper (MIRANDA, 2002) – competências especializadas – técnicas de memorização, métodos de pesquisa – e aparelhos – máquinas de transmissão e gravação da fala, por exemplo – e consolidando suas múltiplas propriedades para uso dos próximos seres cognoscentes. O processo e o fenômeno da cognição, abstraídos de todos esses atores e artefatos não-humanos e examinados fora de seu contexto de efetivação, perde sua complexidade, deixando de levar em conta variáveis indispensáveis à sua compreensão.

É socialmente, portanto, que os atores não-humanos que participam do processo individual de cognição adquirem sua significação, sua importância, sua utilidade. Assim, um alto grau na escala da cognição indica um ambiente social favorável ao aprimoramento dos artefatos que participam desse processo. Por outro lado, como argumenta Goody, não se deve acreditar que nossa sociedade ocidental possui um aparelho social de cognição mais desenvolvido que, por exemplo, o de uma tribo indígena (GOODY, 1988). Para estabelecer uma comparação como esta é preciso avaliar o grau de cognição dos indivíduos numa dada sociedade de acordo

com o pano de fundo de sua aparelhagem cognitiva. E para isso é necessário mapear a ecologia desse aparelho social de cognição ou, como definiu Lévy, estudar a ecologia cognitiva de cada grupo social (LÉVY, 1993).

“[...] A ilusão da modernidade foi acreditar que quanto mais progredíssemos, mais afastadas ficariam a objetividade e a subjetividade, criando assim um futuro radicalmente diferente do nosso passado. [...] [N]ós agora sabemos que isto nunca será o caso, na verdade, que isto nunca foi o caso. Objetividade e subjetividade não são opostas, [...] elas se desenvolvem irreversivelmente juntas, rompendo desse modo a grande divisão entre os coletivos modernos e os assim chamados tradicionais. [...]” (LATOURE, 1994).

As propriedades cognitivas da mente humana acabam sendo progressivamente substituídas por artefatos cujas propriedades, em resposta, ampliam essas mesmas capacidades cognitivas; depois de ampliadas, elas criam outros artefatos ainda mais aperfeiçoados, numa cadeia sem-fim de trocas, traduções, extensões e desenvolvimentos. Essa é a ecologia sociotécnica dos artefatos intelectuais. E talvez fosse essa a concepção que animava o conceito de “epistemologia social” formulado por Margareth Egan e Jesse Shera (SHERA & EGAN, 1965).

O quadro teórico que serve de referência a esta pesquisa constitui uma tentativa de resgatar a idéia dessa nova disciplina científica, proposta em diversas ocasiões, a partir do início da década de 1950, pelos pesquisadores e bibliotecários americanos Jesse Shera e Margaret Egan. Associada a um contexto histórico-social e científico bastante característico, que vinha colocando em xeque tanto o arcabouço da antiga Biblioteconomia quanto as promessas da jovem Documentação – e que duas décadas mais tarde conduziria à promissora emergência da Ciência da Informação, a nova disciplina, provisoriamente designada “epistemologia social”, teve seu programa de ação descrito e defendido pela primeira vez num artigo de abril de 1952 intitulado *Foundations of a theory of bibliography* (SHERA & EGAN, 1965). Esse artigo, no en-

tanto, não teve qualquer repercussão ou gerou qualquer discussão entre os pesquisadores e bibliotecários americanos que se encontravam em atividade naquele período.

Reconhecendo a importância da proposta de Jesse Shera e Margaret Egan e revelando não compreender porque ela tivera tão pouca aceitação pública, Douglas Foskett afirmava, em trabalho do início da década de 1970, que o motivo ao qual se devia atribuir o esquecimento a que havia sucumbido, sem qualquer controvérsia, a tese da epistemologia social, decorria da ausência de qualquer reflexão nova nos últimos livros de Shera (FOSKETT, 1980a). Foskett acreditava que, para marcarem um ponto crítico nas ciências sociais, os dois pesquisadores deveriam ter publicado um livro inteiro sobre a questão.

De fato, apesar de insistentemente reiterada por seus autores em palestras, conferências e artigos durante longos anos – aproximadamente até meados da década de 1970 – a tese de Shera e Egan nunca logrou conquistar a adesão de seus pares e embora inúmeros fatores tenham concorrido para esse resultado, alguns deles, em especial, são prontamente identificáveis. A princípio, deve-se observar a estreita vinculação que ficou estabelecida entre epistemologia social, filosofia e bibliografia, referências que, àquela altura, os próprios bibliotecários consideravam ultrapassadas, já que iam de encontro tanto ao modelo tecnicista adotado pela área desde 1876 – após Cutter e Dewey – quanto ao eufórico espírito do pós-guerra. Em seguida deve-se assinalar a cansativa redundância dos textos em que a nova disciplina foi sucessivamente anunciada e justificada, condição que resultava da transposição de parágrafos inteiros de um artigo a outro, embora o conjunto da argumentação, com o passar dos anos, fosse se renovando e incorporando o vocabulário e as discussões teóricas que surgiam na Biblioteconomia e em áreas afins – especialmente nas ciências cognitivas, na precocemente emancipada “recuperação da informação” e depois na própria Ciência da Informação. Por fim deve-se destacar a de fato contraditória ausência de estudos empíricos em que a epistemologia social fosse aprofundada e posta à prova de forma sistemática por seus autores.

Em sua concepção original, a epistemologia social foi descrita como uma “disciplina-mãe”, uma espécie de “fundamento científico” para a Biblioteconomia, a Bibliografia e a Comunicação, “um corpo de conhecimentos sobre o próprio conhecimento [...], sobre os modos através dos quais o conhecimento é coordenado, integrado e posto a funcionar [...], sobre as forças intelectuais que modelam as estruturas e as instituições sociais” (SHERA, 1972, p. 111-2). Seus autores acreditavam que o “foco de atenção” da nova área de estudos era a análise “da produção, do fluxo, da integração e do consumo de todas as formas de pensamento comunicado [os ‘produtos intelectuais’] através de todo o tecido social” (SHERA, 1973, p. 89), já que “é exatamente desse sistema secundário de comunicação que a humanidade depende para empreender ações sociais inteligentes” (SHERA & EGAN, 1965, p. 29). Além disso, eles associaram a epistemologia social à prestigiada ciência social praticada na Universidade de Chicago, empenhando-se em demonstrar a natureza positiva e não-teleológica dos métodos que ela deveria empregar e esforçando-se por definir alianças e contrastes entre sua área de atuação e outros territórios disciplinares (ZANDONADE, 2004).

Tal elenco de princípios e procedimentos, contudo, não garantiu à tese da epistemologia social condições favoráveis à sua aceitação, muito embora aquele fosse um tempo de incertezas, um período propício a transformações intensas e radicais – como certamente percebiam seus autores, experientes no convívio com os problemas da profissão. Ainda que combatida, a Documentação de Paul Otlet exercia influência, particularmente em relação ao reconhecimento da diversidade de veículos de informação e à afirmação da necessidade de tratamento técnico de seu conteúdo. Aliás, desde o início daquele século a “informação” já havia se libertado do suporte físico que a aprisionava, passando a compor expressões como “information work” e “information bureau” (SHAPIRO, 1995). Só mais tarde, porém, com Shannon, Weaver e Wiener, em 1948, ela ganharia estatura, transformando-se em entidade plena de significação (SEGAL, 1998). Em 1950, com o avanço tecnológico na área da computação, surgia o termo “in-

formation retrieval”, que alcançou grande popularidade na área. O passo seguinte foi dado pelo inglês Farradane, que em 1953 lançou a expressão “information scientist” e em 1955 completou a operação, cunhando “information science” (SHAPIRO, 1995).

É interessante observar que Farradane atribuiu à forma verbal “information scientist” valor equivalente ao do termo “documentalist”, no sentido com o qual – ele o declarava – este último era empregado no continente europeu, mas excluiu o bibliotecário desse eixo semântico, pois isso poderia “confundir a questão” (FARRADANE, 1955, p. 76). Ao afirmar que o “information scientist” era “essencialmente um cientista de pesquisa [research scientist] que se especializou em coletar e disseminar o conhecimento” (FARRADANE apud SHAPIRO, 1995, p. 384) ou, como exemplificou Shapiro, “um físico que provê informação a seus colegas cientistas” (SHAPIRO, 1995, p. 384-5), Farradane parece não ter levado em consideração o modo como a área estava organizada nos Estados Unidos, onde, como assinalou o próprio Shapiro, Documentação era “o nome europeu para o trabalho dos bibliotecários” (SHAPIRO, 1995, p. 384-5). Essa intrincada divergência de nomenclaturas atesta a situação instável, em termos de identidade, em que se encontravam naquele momento teóricos e profissionais ligados à gestão do conhecimento, condição que ainda hoje subsiste (CRONIN, 1995).

Por demonstrar maior sintonia com o contexto científico e cultural de sua época – caracterizado pela expansão do fenômeno que Segal denominou de “discurso informacional” (SEGAL, 1998) – em pouco tempo o sintagma “Information Science” se estabilizou e passou a constituir uma nova disciplina nessa complexa área de pesquisa, agora claramente compartimentada: à “Library Science” ou “Librarianship” ficariam os livros e as bibliotecas, com seus instrumentos de coleta, organização e armazenagem; à “Documentation” restaria o exílio no continente europeu e à “Information Science” caberia a informação extraída pelas técnicas mecanizadas da “information retrieval”. Na prática, porém, a disputa permanecia e, como apon-

tou Shera, “no início dos anos 1960 os termos ‘librarian’, ‘documentalist’, ‘information specialist’ e suas variantes tornavam-se muito confusos” (SHERA, 1972, p. 288).

Em 1968, quando o American Documentation Institute alterou sua denominação para American Society for Information Science, a nova expressão ganhou definitiva consagração. Aos poucos, o espaço da Information Science, que de início era composto majoritariamente por cientistas de várias filiações, passou a dar abrigo também a outros tipos de pesquisadores e profissionais diretamente interessados nas questões ligadas ao processamento e à recuperação da informação. Esse processo acabou por demonstrar que os graduados em biblioteconomia mantinham mais proximidade com a Ciência da Informação do que se supunha a princípio (GARCIA, 2003). Partindo das universidades americanas, a Ciência da Informação espalhou-se então pelo resto do mundo, constituindo faculdades, escolas e departamentos de Library & Information Science. A forma como esses coletivos intelectuais se adaptavam às transformações acabou por resultar numa mudança de perspectiva na configuração da comunidade internacional da área, que passou a ser formada, em sua maioria, por membros da academia, muitas vezes ex-bibliotecários. Depois de Farradane, que viera da indústria, a composição demográfica e a estrutura social da Ciência da Informação haviam mudado bastante e a epistemologia social estava definitivamente enterrada.

A cuidadosa revisão dos diversos documentos em que a teoria de Jesse Shera e de Margaret Egan foi mencionada revela ao pesquisador atual, no entanto, curiosas analogias entre as diretrizes originais da epistemologia social e teorias bem mais recentes, produzidas no âmbito da literatura internacional das ciências humanas, como é o caso da ecologia cognitiva, de Pierre Lévy, da paradiplomática, de Edgar Morin, e da mediologia, de Régis Debray. Por outro lado, a argumentação utilizada na defesa da epistemologia social lançava mão de noções que só encontrariam pleno amadurecimento mais tarde, no bojo de obras cuja proximidade temática com a disciplina proposta por Shera e Egan está longe de representar um consenso, co-

mo por exemplo a arqueologia do saber, de Michel Foucault, e a teoria ator-rede, de Bruno Latour, para mencionar apenas esses dois casos. Além disso, chega a ser surpreendente a maneira pela qual toda uma extensa gama de recursos discursivos e conceituais tais como metáforas, imagens e expressões lingüísticas se superpõe nos textos Shera & Egan, Foucault e Latour – registramos aqui, a título de exemplo, a metáfora da rede ferroviária (SHERA & EGAN, 1965), a imagem do fio de Ariadne, o conceito de ator e o sintagma ‘cognição social’, como sinônimo de epistemologia social (SHERA, 1973).

O que se observa, desde logo, é que a epistemologia social parece compartilhar com essas teorias, a despeito de sua distância no tempo, uma idêntica matriz epistêmica, um mesmo movimento paradigmático – o que sem dúvida autoriza uma leitura mais abrangente ou de maior alcance, poderíamos dizer, da proposta dos dois americanos. Na verdade, o simples acercamento da epistemologia social a conceitos que só há pouco emergiram no cenário das ciências do homem e da sociedade – como paradigma, epistême, noosfera, formação discursiva, redes sociais, redes sociotécnicas, comunidade científica, tecnologias intelectuais, metrologia, inteligência coletiva e inteligência distribuída, entre outros – produz de imediato notáveis desdobramentos em seu esquema conceitual, favorecendo a observação de conexões e solidariedades que lhe conferem substância e coerência, estendendo as possibilidades de sua utilização em diferentes direções (GOLDMAN, 2001).

Quando referendada por um quadro teórico mais amplo e complexo, que simultaneamente a enriquece e contextualiza, a tese da epistemologia social transforma-se, atualiza-se, passando a constituir um corpo de conhecimentos sobre a dinâmica social da atividade intelectual dos coletivos humanos. Enquanto espaço circunscrito de fenômenos, sua perspectiva abrange ao mesmo tempo toda a economia do mercado material e simbólico de bens intelectuais e toda a ecologia do sistema social de produção informacional, ou seja, toda a extensão e toda a variedade do sistema social de produção, circulação e consumo de informação. Com tal

escopo, portanto – e como desejaram aqueles que a conceberam – poderia vir a representar uma consistente alternativa teórica às preocupações epistemológicas da Ciência da Informação, oferecendo uma contribuição substantiva ao esforço dos que hoje se dedicam ao exercício de definir suas bases científicas e de demarcar suas fronteiras disciplinares.

Iniciado pelo resgate da tese da epistemologia social, o quadro teórico-conceitual que sustenta esta pesquisa também buscou analisar e incorporar outras contribuições que pareceram significativas para o enriquecimento daquela matriz epistêmica de que se falou anteriormente, entre elas o conceito de redes sociais, desenvolvido por Norbert Elias, os conceitos de ecologia cognitiva e de tecnologias intelectuais, elaborados por Pierre Lévy, e a arqueologia do saber, de Michel Foucault. Tais contribuições serão brevemente explicitadas a seguir, na tentativa de compreendê-las e de fazer repercutir sobre o projeto a força de sua influência.

Norbert Elias foi um dos primeiros teóricos da sociologia a pensar a problemática da sociedade em termos de redes (ELIAS, 1994). Afirmando que as sociedades são totalidades incompletas, abertas temporalmente a um fluxo contínuo entre o passado e o futuro, Elias acreditava que existe uma ordem oculta, invisível, nas diferentes formas de vida em comum. Essa ordem se configurava para o autor como um tecido de relações móveis, um arcabouço de funções interdependentes, regulado por leis próprias, que apresenta características particulares e distintas em cada associação de seres humanos (ELIAS, 1994, p. 21-23). As posições e as posturas que um indivíduo assume ao longo de sua vida, por exemplo, nunca dependem exclusivamente de seu próprio arbítrio, mas da natureza das relações estabelecidas entre ele e os outros indivíduos de seu grupo social, assim como da estrutura formada pela articulação conjuntural dessas diferentes e múltiplas relações.

‘[...] Cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a pren-

dem. Essas cadeias não são visíveis ou tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais e decerto não menos fortes. [...]” (ELIAS, 1994, p. 23)

Ao considerar a sociedade como uma extensa rede social formada a partir da interseção e da articulação de redes menores, Elias identificava os fenômenos reticulares que resultam do múltiplo entrelaçamento das ações individuais. Esses fenômenos se caracterizariam pela contínua formação e transformação de idéias e atitudes, num processo dinâmico, em que tanto a natureza individual quanto a social são incessantemente modeladas e modificadas por movimentos de intercâmbio de posições. A configuração das redes sociais revela-se assim em constante mutação, pois na medida em que os indivíduos, por força de sua interdependência, alteram suas posições relativas, a sociedade também vê alterados seus contornos.

“[...] Somente quando o indivíduo pára de tomar a si mesmo como ponto de partida de seu pensamento, pára de fitar o mundo como alguém que olha de ‘dentro’ de sua casa para a rua ‘lá fora’, para as casas ‘do outro lado’, e quando é capaz – por uma revolução copernicana em seus pensamentos e sentimentos – de ver a si e à sua concha como parte da rua, de vê-los em relação a toda a rede humana móvel, só então se desfaz, pouco a pouco, seu sentimento de ser uma coisa isolada e contida ‘do lado de dentro’, enquanto os outros são algo separado dele por um abismo, são uma ‘paisagem’, um ‘ambiente’, uma ‘sociedade’. [...] ” (ELIAS, 1994, p. 53)

O que Norbert Elias propôs, em resumo, foi um novo ponto de vista para o estudo dos homens e de suas associações. Um ponto de vista que em vez de privilegiar os atributos e as características individuais, isolando-os de seus contextos, privilegie as trocas, as inter-relações e as interdependências entre os seres, de forma a captar o dinâmico e contínuo movimento que os anima e que os transforma em conjuntos coesos e significativos. Em um importante

ensaio sobre a obra de Elias, o historiador francês Roger Chartier afirma que os “utensílios intelectuais” desenvolvidos pelo sociólogo – conceitos como os de interdependência, equilíbrio de tensões e formação e evolução das formações – podem ser aplicados com bastante proveito à ‘ques tão de saber de que maneira e por que razão os homens se ligam entre si e formam em conjunto grupos dinâmicos específicos’ (CHARTIER, 1990, p. 100).

‘[...] Contra as categorias idealistas do indivíduo em si ou da pessoa absoluta, contra uma representação atomista das sociedades, que apenas as considera como a agregação de sujeitos isolados e a soma de comportamentos pessoais, Elias atribui um papel central às redes de dependências recíprocas que fazem com que cada ação individual dependa de toda uma série de outras, que modificam, por seu turno, a própria figura do jogo social. [...] Contra uma concepção empobrecedora do ‘real’ muitas vezes encontrada [...] e que só tem em conta o concreto de existências individuais bem identificáveis, Elias propõe uma outra maneira de pensar, que considera de igual modo reais as relações, evidentemente invisíveis, que associam essas existências individuais, determinando assim a natureza da formação social em que elas se inscrevem. [...]’ (CHARTIER, 1990, p. 101-102)

Numa perspectiva como essa, os conceitos de ‘tecnologias da inteligência’ e de ‘ecologia cognitiva’, desenvolvidos pelo filósofo Pierre Lévy (1993), se inscrevem de maneira precisa. Aproximando-se das concepções de Elias pelo viés das interdependências reticulares, esses conceitos mostram também estreita conexão com a teoria socio-antropológica elaborada por Bruno Latour, que abordaremos mais adiante. Interessado nas questões interpostas pelo advento da era da informática, Lévy procura contextualizar esse evento, propondo que o observemos do ponto de vista de uma evolução histórica que teria se originado na oralidade, passando pela invenção da linguagem escrita e pelo surgimento da impressão com tipos móveis.

“[...] Não é a primeira vez que a aparição de novas tecnologias intelectuais é acompanhada por uma modificação nas normas do saber. [...] De que lugar julgamos a informática e os estilos de conhecimento que lhe são aparentados? Ao analisar tudo aquilo que, em nossa forma de pensar, depende da oralidade, da escrita e da impressão, descobriremos que apreendemos o conhecimento por simulação, típico da cultura informática, com os critérios e os reflexos mentais ligados às tecnologias intelectuais anteriores. Colocar em perspectiva, relativizar as formas teóricas ou críticas de pensar que perdem terreno hoje, isto talvez facilite o indispensável trabalho de luto que permitirá abrimos-nos a novas formas de comunicar e de conhecer. [...]” (LÉVY, 1993, p. 19)

Perguntando-se que tipo de relação pode existir entre o pensamento individual, as instituições sociais e as técnicas de comunicação, Lévy argumenta que os três elementos se associam para formar coletivos heterogêneos que freqüentemente transgridem as fronteiras tradicionais entre homens e coisas, entre sujeitos e objetos, entre idéias e técnicas. Para estudar esses coletivos e suas realizações, o autor apresenta o programa de uma ‘ecologia cognitiva’, que se configura como uma análise molecular, em termos de redes de interfaces, dessas coletividades.

“[...] A inteligência ou a cognição são o resultado de redes complexas onde interage um grande número de atores humanos, biológicos e técnicos. Não sou ‘eu’ que sou inteligente, mas ‘eu’ com o grupo humano do qual sou membro, com minha língua, com toda uma herança de métodos e tecnologias intelectuais [...]. Para citar apenas três elementos entre milhares de outros, sem acesso às bibliotecas públicas, à prática em vários programas bastante úteis e numerosas conversas com os amigos, aquele que assina este texto não teria sido capaz de redigi-lo. Fora da coletividade, desprovido de tecnologias intelectuais, ‘eu’ não pensaria. O pretense sujeito inteligente nada mais é que um dos micro-atores de uma ecologia cognitiva que o engloba e restringe. [...]” (LÉVY, 1993, p. 135)

Por outro lado, a conexão que Lévy estabelece entre o pensamento e as tecnologias intelectuais mantém íntima afinidade com a questão da produção de inscrições no âmbito da ciência sob a perspectiva latouriana. Existem de fato, nessa relação, distintos regimes de interferência, de compartilhamento e de tradução que inscrevem ordens de determinação singulares sobre as atitudes e as ações envolvidas nos atos de pensar e de produzir conhecimento.

Por outro lado, situando esse relacionamento no contexto ecológico das redes, Lévy parece admitir que o pensamento e os conhecimentos acumulados através da produção de inscrições são, em larga medida, tributários do processo de circulação, que irriga e estende as redes do saber, sustentando as trocas realizadas em seu interior. Os híbridos que circulam por essas redes – as teorias mais respeitáveis, os fatos científicos mais concretos, os artefatos mais práticos (LATOURET, 2000) – são, sem dúvida, resultantes dos agenciamentos heterogêneos articulados no movimento dessas complexas teias de relações.

Ao definir a ecologia cognitiva como “o estudo das dimensões técnicas e coletivas da cognição” (LÉVY, 1993, p. 137), o autor pretende que sejam observadas as distintas formas de gestão social do conhecimento que prevalecem em culturas e períodos históricos determinados, fragmentadas em estruturas fluidas, distribuídas, provisórias e mestiças e operadas por coletivos híbridos, constituídos por atores humanos e não-humanos. Estudando as técnicas, os processos e as formas de inteligência em uso numa dada sociedade, a ecologia cognitiva assinala o espaço e o papel que cabem a cada elemento individual na construção, transformação e sustentação das redes sociais do conhecimento. Como já alertava Norbert Elias (ELIAS, 1994, p. 57), nem mesmo a compreensão de um “eu penso” pode ser desligada ou desvinculada da existência de grupos de indivíduos com os quais convivemos e trocamos idéias e informações.

‘[...] Quem pensa? Uma imensa rede loucamente complicada, que pensa de forma múltipla, cada nó da qual é por sua vez um entrelace indiscernível de partes heterogêneas [...]. Os atores dessa rede não param de traduzir, de repetir, de cortar, de flexio-

nar em todos os sentidos aquilo que recebem de outros. [...] As tecnologias intelectuais situam-se fora dos sujeitos cognitivos, como este computador sobre minha mesa ou este livro em suas mãos. Mas elas também estão entre os sujeitos como códigos compartilhados, textos que circulam, programas que copiamos, imagens que imprimimos e transmitimos [...]. Mesmo com as mãos vazias e sem nos mexermos, pensamos com escritas, métodos, regras, compassos, quadros, grafos, oposições lógicas, algoritmos, modos de representação e de visualização diversos. [...] Mas estas coisas do mundo, sem as quais o sujeito não pensaria, são em si produto de sujeitos, de coletividades intersubjetivas que as saturaram de humanidade. [...]” (LÉVY, 1993, p. 173 -174)

Preocupado em entender as circunstâncias que envolveram o surgimento histórico de disciplinas como a medicina, a psiquiatria e a psicopatologia, entre outras, Foucault sugere que se verifiquem as condições de possibilidade da existência dessas disciplinas. Para o autor, as condições que possibilitam a existência de uma ciência estão inscritas num campo de determinação histórica constituído por conjuntos discursivos “que não têm nem o mesmo estatuto, nem o mesmo recorte [...], nem a mesma organização, nem o mesmo funcionamento que as ciências às quais dão lugar” (FOUCAULT, 1971, p. 44), mas cuja unidade é assegurada pelas regras de um sistema de positividades. À constelação de enunciados que enseja a instauração de um conhecimento dito científico, Foucault atribuiu a denominação de ‘formação discursiva’, expressão que designa

“[...] todo um conjunto de objetos, de tipos de formulação, de conceitos, de opções teóricas que estão investidos em instituições, técnicas, condutas individuais ou coletivas, em operações políticas, atividades científicas, ficções literárias, especulações teóricas. O conjunto assim formado a partir do sistema de positividade e manifestado na unidade de uma formação discursiva é o que se poderia chamar um saber. O saber não é uma soma de conhecimentos – [...] é o conjunto dos elementos (o objetos, tipos de for-

mulação, conceitos e escolhas teóricas) formados, a partir de uma única e mesma positividade, no campo de uma formação discursiva unitária. [...]” (FOUCAULT, 1971, p. 42)

Para estudar uma formação discursiva Foucault recorre a um modelo de análise que envolve a complexa descrição do modo através do qual os enunciados, enquanto eventos de natureza discursiva, se articulam, em intrincados jogos de relações, com acontecimentos outros, de natureza técnica, prática, econômica, social e política. Essa articulação e esses jogos configuram a epistême de determinado momento histórico e enquanto tal são identificáveis através de três tipos de critérios: os critérios de formação, os critérios de transformação e os critérios de correlação. Os critérios de formação envolvem as regras que dão forma a todos os objetos, todas as operações, todos os conceitos e todas as opções teóricas que constituem aquela formação discursiva; os critérios de transformação dizem respeito às condições que propiciam a emergência de determinadas formas (objetos, operações, conceitos e opções teóricas) e não de outras, a partir de uma formação anterior; os critérios de correlação, por sua vez, inventariam o conjunto de relações que define aquela formação discursiva, situando-a quanto a seu contexto discursivo maior – outros tipos de discurso – e a seu contexto não-discursivo (FOUCAULT, 1972, p. 59-60).

“[...] O que se trataria de fazer aparecer é o conjunto das condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, a aparição dos enunciados, sua conservação, os laços que são estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamos em conjuntos estatutários, o papel que exercem, o jogo dos valores ou das sacralizações que os afetam, a maneira pela qual são investidos em práticas ou condutas, os princípios segundo os quais circulam, são recalcados, esquecidos, destruídos ou reativados. Em suma, tratar-se-ia do discurso no sistema de sua institucionalização. [...]” (FOUCAULT, 1971, p. 25)

Foucault argumenta ainda que, “para que uma seqüência de elementos [...] possa ser considerada e analisada como um enunciado, é preciso que ela preencha uma [...] condição: deve ter existência material”. Sem essa “espessura material” que lhes dá vida, os enunciados estão para sempre condenados ao silêncio, pois “o enunciado tem necessidade dessa materialidade [...]: em parte, ela o constitui” (FOUCAULT, 1997, p. 115).

“[...] Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. [...]” (FOUCAULT, 1997, p. 121)

Especificamente em relação a esse aspecto, não nos passa despercebida a extrema semelhança entre as concepções de Latour e as Foucault. Para ambos os autores a inscrição material é condição *sine qua non* do trabalho científico:

“[...] O contro le intelectual, o domínio erudito, não se exerce diretamente sobre os fenômenos – galáxias, vírus, economia, paisagens [e informações, poder-se-ia acrescentar] – mas sim sobre as inscrições que lhes servem de veículo, sob condição de circular continuamente, e nos dois sentidos, através de redes de transformações – laboratórios, instrumentos, expedições, coleções. [...]” (LATOUR, 1996, p. 32)

Outro dos elementos que aproximam o universo conceitual concebido por Foucault daquele desenvolvido por Latour é a noção de rede. Reconhecendo que os discursos, por natureza, são passíveis de múltiplas leituras, Foucault recusa os rótulos e as classificações formais e apriorísticas – como as de autor, de obra e de livro – por considerar que tais categorias homogeneizam os discursos, impondo-lhes uma interpretação redutora. Optando por observar os enunciados no espaço de sua dispersão e de sua descontinuidade, Foucault utiliza a noção de rede para descrever o *locus* no qual se dá o jogo de relações e de rupturas que configura uma determinada formação discursiva.

‘[...] A unidade do livro não é, inicialmente, uma unidade homogênea: a relação que existe entre diferentes tratados de matemática não é a mesma que a que existe entre diferentes textos filosóficos [...]. Mas, além disso, os limites de um livro não são claros nem rigorosamente traçados: nenhum livro pode existir por si mesmo; está sempre numa relação de apoio e de dependência em relação aos outros; é um ponto em uma rede; comporta um sistema de indicações que remetem – explicitamente ou não – a outros livros, ou a outros textos, ou a outras frases. E, conforme se trate de um livro de física, de uma antologia de discursos políticos ou de um romance de antecipação, a estrutura desse remetimento e, por conseguinte, o sistema complexo de autonomia e de heteronomia, não será o mesmo. É inútil dar-se o livro como objeto que se tem sob a mão; é inútil encarilhá-lo nesse pequeno paralelepípedo que o encerra; sua unidade é variável e relativa: ela não se constrói, não se indica e, por conseguinte, ela não se pode descrever senão a partir de um campo de discurso. [...]’ (FOUCAULT, 1971, p. 18-19)

Nesta aproximação inicial – e por certo superficial – ao arcabouço teórico elaborado por Foucault, percebem-se de imediato as potenciais afinidades que podem ser traçadas entre a arqueologia do saber, a epistemologia social e a teoria ator-rede. Para assinalar ape-

nas a primeira e mais óbvia delas, recorde-se que as três proposições analisam o caráter coletivo e acumulativo da produção do saber, diferenciando-se por isso da grande maioria das pesquisas já realizadas sobre o tema (KUHN, 1975; FROHMANN, 1995). Na citação a seguir Foucault sintetiza um dos marcos distintivos de sua metodologia:

“[...] Eu não interrogo os discursos sobre aquilo que, silenciosamente, eles querem dizer, mas sobre o fato e as condições de seu aparecimento manifesto; não sobre os conteúdos que eles podem encobrir, mas sobre as transformações que eles efetuaram; não sobre o sentido que se mantém neles como uma origem perpétua, mas sobre o campo onde eles coexistem, permanecem e se apagam. Trata-se de uma análise dos discursos na dimensão de sua exterioridade. [...]” (FOUCAULT, 1972, p. 67)

A teoria ator-rede, que surgiu no bojo das expressivas mudanças experimentadas pela sociologia da ciência nas últimas décadas do século XX, representa o conjunto teórico mais abrangente e mais orgânico para o exame das questões às quais esta pesquisa procura responder. Todo um novo e articulado esquema conceitual é apresentado por essa teoria, que permite identificar e seguir os atores, as redes e os movimentos cuja inter-relação engendra o estado particular de cada situação e de cada acontecimento.

A moderna sociologia da ciência, no interior da qual a teoria de Latour se inscreve, é uma disciplina vinculada à contemporaneidade. As transformações que ela aporta têm sido sistematicamente associadas à publicação, em 1962, da pioneira obra *The structure of scientific revolutions*, de Thomas Kuhn (1975), muito embora seja possível atribuir-lhes origens mais remotas, em especial as que apontam para Ludwik Fleck (LÖWY, 1998) e Robert Merton (LIMA, 1998), entre outros autores e trabalhos menos conhecidos (LATOUR & WOOLGAR, 1997, p. 19). O programa da sociologia da ciência, segundo seus articuladores e analistas, baseia-se em pressupostos teóricos bastante radicais do ponto de vista epistemológico tradicional. Mencionam-se a seguir, sumariamente, alguns de seus princípios:

- a ciência é uma atividade humana como qualquer outra, sendo social e historicamente determinada;
- a ciência, enquanto fenômeno cultural, deve ser compreendida em relação aos contextos em que ocorre;
- o produto da ciência afeta a sociedade na mesma medida em que é por ela afetado;
- o que chamamos de conhecimento científico é um produto socialmente construído, negociado e aplicado;
- as investigações sobre a ciência devem levar em conta, simultaneamente, suas formas institucionais, seus usos sociais, suas práticas e também seu conteúdo;
- a sociologia da ciência deve ser imparcial, ou seja, deve tomar como objeto a ser explicado tanto o que se julga ser verdadeiro quanto o que se crê ser falso, tanto o racional quanto o irracional;
- a sociologia da ciência deve oferecer aos fenômenos que observa explicações simétricas, ou seja, que esclareçam tanto os seus aspectos positivos quanto os negativos;
- a sociologia da ciência deve ser reflexiva, ou seja, os padrões de explicação que ela adota para seus objetos devem, identicamente, ser aplicados a ela própria (BARNES, BLOOR & HENRY, 1996, p. viii).

Ao longo dos últimos vinte anos, os estudos sociais da ciência se dividiram em duas diferentes perspectivas, muitas vezes irreconciliáveis entre si: as análises macro-sociológicas e as micro-sociológicas. Esta cisão possui diversas implicações e levanta inúmeras questões pertinentes para a epistemologia. Neste documento, contudo, nos limitaremos a revisar a problemática identificada com o ponto de vista micro-social, uma linha de pesquisa cujos dois principais representantes são Bruno Latour e Karin Knorr-Cetina. Latour, por exemplo, defende a idéia de que a sociologia da ciência deve investigar a ciência em ação, “à ciência atual, a

que está sendo feita, em meio a toda a controvérsia” (LATOUR & WOOLGAR, 1997, p. 21; LATOUR, 2000). No entanto, para tornar independentes as análises sobre a ciência é preciso, sobretudo, “não se basear unicamente no que os pesquisadores e descobridores dizem de si mesmos: eles devem tornar-se o que os antropólogos chamam de ‘informantes’” (LATOUR & WOOLGAR, 1997, p. 19).

“[...] Considerou -se que o conhecimento científico não derivava da aplicação imparcial de claros critérios técnicos de adequação, mas de fatores tais como os recursos retóricos dos praticantes e suas adesões socialmente negociadas. A observação cuidadosa de cientistas trabalhando parecia mostrar que o conhecimento científico não é uma representação objetiva e imparcial de um mundo natural independente, mas, pelo contrário, uma criação ativa e comprometida desse mundo no transcorrer da interação social. As conclusões da ciência são formulações socialmente contingentes que foram consideradas adequadas por grupos específicos em determinadas situações culturais e sociais. [...]” (MULKAY, 1997, p. 744)

Segundo Latour, se o objetivo da sociologia da ciência é descrever a “produção social do fato científico”, então só poderemos afirmar que ela é de fato praticada quando for possível estabelecer um nexos real entre o conteúdo científico e o contexto social. Enquanto os dois conjuntos permanecerem “justa postos em tranqüila coexistência”, não se poderá compreender nem explicar o fenômeno científico. Por isso, no seu entender, “uma sociologia dos saberes superpõe-se, mistura-se a uma epistemologia” (LATOUR & WOOLGAR, 1997, p. 20). Em outras palavras, uma verdadeira sociologia da atividade científica não pode pretender segregas as questões epistemológicas colocadas pela ciência e vice-versa: a epistemologia não pode eximir-se de levar em conta as questões culturais e sociais envolvidas na atividade científica. Isso significa, em última instância, que o corte que vem mantendo isoladas a natureza e a

cultura deve ser vencido para que legitimamente se possa falar em sociologia da ciência (LATOUR, 1994, p. 9).

Para superar o fosso que distancia a natureza da cultura, o conhecimento do poder e a ciência da sociologia Latour propõe utilizar, como ‘meio de transporte’, o conceito de rede. ‘Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne dessas histórias confusas’ (LATOUR, 1994, p. 9). A idéia de rede, segundo Latour, é uma forma nova de encarar a problemática da ‘produção social do conhecimento científico’, porque ela ‘se conecta ao mesmo tempo à natureza das coisas e ao contexto social, sem contudo reduzir-se nem a uma coisa nem a outra’ (LATOUR, 1994, p. 11).

‘[...] Se a corrida pela descoberta científica tem um custo tão alto que apenas poucas pessoas, nações, instituições ou profissões podem sustentá-la, então a produção dos fatos e artefatos não ocorrerá em qualquer lugar e de modo gratuito, mas somente em locais restritos e momentos específicos. Isso leva [...] [a concluir que] a tecnociência é elaborada em lugares relativamente novos, raros, caros e frágeis, que armazenam quantidades desproporcionais de recursos; esses locais podem vir a ocupar posições estratégicas e podem estar relacionados uns com os outros. [...] Se a tecnociência pode ser descrita como sendo tão poderosa e ainda assim tão pequena, tão concentrada e tão diluída, isso significa que ela possui as características de uma rede. A palavra rede indica que os recursos estão concentrados em alguns poucos locais – os nós e os nodos – os quais estão conectados uns aos outros – os vínculos e a malha: essas conexões transformam os recursos que estão dispersos, convertendo-os em uma teia que parece estender-se para todos os lados. [...] A noção de rede nos ajudará a reconciliar os dois aspectos contraditórios da tecnociência [...].’ (LATOUR, 2000, p. 179 -180)

Para Knorr-Cetina – cujas teorias não possuem tanta amplitude quanto as de Latour, embora se situem na mesma linha construtivista – “o produto da ciência não pode ser entendido como algo separado das práticas que o constituíram” (HOCHMAN, 1998, p. 221). Partindo deste pressuposto, a pesquisadora cria o conceito de arenas transepistêmicas para fazer referência ao campo de relações e atividades que, transcendendo o laboratório, oferece sustentação ao trabalho científico. As arenas transepistêmicas da autora remetem, sem dúvida, às redes descritas e documentadas por Latour em seus estudos, configurando uma concepção de ciência em que “o produto da pesquisa é fabricado e negociado por agentes específicos, em um tempo e espaço particulares, não sendo fruto de uma racionalidade científica especial” (HOCHMAN, 1998, p. 222).

[...] O argumento aqui é que o discurso ao qual as seleções realizadas no laboratório correspondem aponta para *campos transcientíficos variáveis*; ou seja, ele nos remete a redes de relacionamentos simbólicos que em princípio vão além dos limites de uma comunidade ou campo científicos, a despeito de quão amplamente estes últimos sejam definidos. O ponto crucial é que um campo transcientífico variável não é determinado, primordialmente, por características que seus membros mantêm em comum, como no caso de um grupo lógico. Além do cientista no laboratório, ele pode incluir o reitor da universidade, os agentes administrativos do instituto de pesquisa, funcionários da Fundação Nacional de Ciência, oficiais do governo, membros ou representantes da indústria e o editor executivo de uma editora. Para a grande maioria, ele incluirá outros cientistas, tanto de áreas distintas quanto de áreas idênticas àquela na qual se desenvolve a produção do laboratório. [...]” (KNORR-CETINA, 1981, p. 82-83)

Considerando a ciência um sistema produtivo bastante concreto e material, Bruno Latour sublinha seu caráter coletivo e acumulativo (LATOURE, 2000). A primeira dessas propriedades decorre do fato de que “o destino do que a firmamos e do que construímos repousa

nas mãos de seus usuários subseqüentes” (LATOUR, 2000, p. 29). A segunda deriva da definição de conhecimento enquanto “familiaridade com eventos, lugares e pessoas observadas muitas e muitas vezes” (LATOUR, 2000, p. 220) e não enquanto categoria oposta a ignorância ou a crença.

Para comprovar o caráter coletivo da atividade científica, Latour utiliza novamente a noção de rede, a partir da qual descreve o contínuo jogo de relações que se estabelece entre um enunciado científico e outro; a inegável circularidade que entrelaça as condições de produção e as de reconhecimento de um determinado conjunto de textos; a ininterrupta negociação travada entre os atores, sua comunidade e a sociedade; o movimento dinâmico que caracteriza o campo científico; o constante intercâmbio posicional entre um pesquisador e outro e a incessante luta de fronteiras que prevalece entre uma especialidade e outra.

Segundo Latour, é exatamente esse complexo jogo relacional e coletivo que alimenta o caráter acumulativo do trabalho e do conhecimento científicos, instituindo o que o autor denominou de ciclos de acumulação. O exame e a compreensão desses ciclos pressupõem a visualização e a descrição dos inúmeros movimentos, relações, trânsitos, traduções, deslocamentos, transferências, transportes e correspondências que ativam a rede de práticas da ciência e produzem numerosos e diversificados recursos de informação.

Nascida no interior do mais reservado e inexpugnável domínio das ciências exatas, a matemática a idéia de informação foi adotada, em meados do século passado, por várias áreas das ciências sociais e humanas como uma ‘descoberta’ a ser celebrada. Fora da própria teoria matemática da comunicação que a gerou, porém, ela não conseguiu alcançar nem substância nem coerência. Constantemente ‘coisificada” como um ‘pacote que se leva” (JORGE, 1995, p. 298), a informação se cristalizou. A partir das reflexões propostas por Bruno Latour no bojo de seus estudos sobre a ciência, contudo, a natureza incorpórea, fluida e abstrata da informação recebeu uma nova configuração.

“[...] A informação não é um signo, mas uma relação estabelecida entre dois lugares, o primeiro que vem a ser uma periferia e o segundo que se torna um centro, com a condição de que entre eles circule um veículo que se costuma chamar de forma mas que, para insistir em seu aspecto material, eu prefiro chamar de inscrição. [...] A informação não é, portanto, um signo, mas uma ‘carga’ no interior de inscrições cada vez mais móveis e cada vez mais fiéis de uma grande quantidade de matérias. [...]” (LATOURE, 1996, p. 24 e 26).

Percebida como entidade eminentemente relacional, profundamente imersa na rede de interações que caracteriza a atividade científica, a informação, na verdade, dá forma ao perpétuo movimento entre o mundo exterior – a periferia – e as instituições e indivíduos privilegiados que se encontram concentrados em alguns pontos da rede – os centros. Constituindo um “ajustamento entre a presença e a ausência” de uma realidade objetiva (LATOURE, 2000, p. 243), a informação, para Latour, é o que permite reter as formas de uma substância sem sofrer o embaraço de sua matéria.

Um mapa, uma ave empalhada, uma tabela, um organograma, uma muda de árvore, um gráfico, a planta baixa de uma edificação, um fragmento de cristal de rocha, um cálculo, um texto: ao estabelecer uma relação específica e particular com as diferentes realidades de onde foi extraído – as periferias – todo esse vasto elenco de objetos garante a pesquisadores de todas as áreas trabalhar com informações detalhadas sobre seus objetos de estudo sem ter necessidade de se deslocar fisicamente dos gabinetes onde se localizam seus instrumentos de medição, cálculo e reflexão – os centros. Explicam-se assim os ciclos de acumulação produzidos pela ciência no interior de instituições como laboratórios, bibliotecas, centros de pesquisa, museus e arquivos: eles representam o capital informacional colocado à disposição de cientistas e estudiosos para assegurar a continuidade do exercício de geração e acumulação de conhecimentos.

Latour argumenta, porém, que é necessário proceder a um concreto e preciso trabalho de produção para que uma inscrição viabilize o transporte de informações sempre confiáveis – absolutamente fiéis à realidade de onde foram extraídas. Assim, a relação que liga uma periferia a um centro deve resultar num objeto bastante prático e essencialmente material, que apresente compatibilidade com todas as outras inscrições e que mantenha critérios de uniformidade extensíveis a todos os outros objetos do mesmo tipo. Essas diversas qualidades permitem às inscrições – e por consequência à informação – manter padrões que redundem em apreciável ganho de tempo, de recursos e de esforços.

‘[...] Compreende -se melhor agora a expressão ‘centros de cálculo’. Desde que uma inscrição tire proveito das vantagens do inscrito, do calculado, do plano, do desdobrável, do superposto, daquilo que se pode inspecionar com o olho, ela se torna comensurável com todas as outras, oriundas de domínios da realidade completamente distintos. A perda considerável de cada inscrição isolada em relação àquilo que ela representa se paga cem vezes com a mais-valia das informações que lhe dão tal compatibilidade com todas as outras inscrições. [...] Hoje podem os compreender melhor essa compatibilidade, pois nós utilizamos computadores que se tornaram capazes de misturar, de ligar, de combinar, de traduzir os desenhos, os textos, as fotografias, os cálculos até pouco tempo atrás fisicamente separados. A digitalização prolonga a extensa história dos centros de cálculo, oferecendo a cada inscrição o poder de todas as outras. Mas esse poder não decorre de sua entrada no universo dos signos, ele deriva de sua compatibilidade, de sua coerência ótica, de sua padronização com outras inscrições junto às quais cada uma se encontra sempre lateralmente ligada ao mundo através de uma rede. [...]’ (LATOUR, 1996, p. 31 -32)

Para Latour, não existe prática científica que não dependa da transformação prévia que se opera entre o mundo real e as inscrições científicas e que não termine por estender

os fenômenos pelos quais ela se interessa sobre uma superfície plana de alguns metros quadrados, em torno da qual os pesquisadores se reúnem. Como já mencionamos, para Latour o trabalho científico é sempre exercido sobre as inscrições trazidas das periferias. Mas Latour observa também que todo o trabalho de mobilizar o mundo em rede, de construir, padronizar e acelerar os artefatos intelectuais é insuficiente, porque o resultado que se obtém não é o mundo, mas apenas uma representação dele. É preciso dar continuidade ao trabalho, voltando à periferia. A capacidade dos pesquisadores para construir e expandir redes da periferia para o centro e vice-versa é o que torna possível à ciência elaborar previsões. Sempre que um fato é verificado ou que uma máquina entra em operação, isso significa que de alguma forma as condições do laboratório ou da oficina foram previamente estendidas em rede.

Para que as redes possam ser estendidas, contudo, é necessário contar com o auxílio da metrologia. Latour atribui à metrologia tanto a grandiosidade quanto a fragilidade dos centros de cálculo, pois a qualidade do trabalho ali operado não representará absolutamente nada se as inscrições não forem conduzidas de volta ao mundo exterior. Os artefatos intelectuais práticos e fiéis mobilizam o mundo, criando idas e vindas, mas é essencial que esses caminhos não sejam interrompidos. Contudo, de acordo com Latour, esse movimento do centro em direção à periferia é muito pouco estudado, em virtude da crença de que as ciências e as técnicas são universais e de que, por esse motivo, elas estarão em toda parte sem nenhum trabalho adicional.

Latour afirma que a construção e a multiplicação dos artefatos tecnológicos permitiu ao ser humano modificar e ampliar a topografia das redes sociais por ele estabelecidas ao longo de sua história (LATOURE, 1994, p. 114-123). Com o surgimento e a proliferação dos instrumentos, das máquinas e dos equipamentos – os não-humanos, produtos da tecnologia – as redes sofreram efeitos de extensão significativos, possibilitando ao homem expandir e diversificar as relações entre o local e o global, entre o micro e o macro.

‘[...] Uma ferrovia é local ou global? Nem uma coisa nem outra. É local e em cada ponto, já que há sempre travessias, ferroviários, algumas vezes estações e máquinas para venda automática de bilhetes. Mas também é global, uma vez que pode transportar as pessoas de Madri a Berlim ou de Brest a Vladivostok. [...] O modelo da ferrovia pode ser estendido a todas as redes técnicas que encontramos diariamente. Ainda que o telefone tenha se disseminado universalmente, sabemos que podemos esperar até a morte ao lado de uma linha caso não estejamos ligados a ela por uma tomada e um número. [...] As ondas magnéticas estão em toda parte, mas ainda assim é preciso ter uma antena, uma assinatura e um decodificador para assistir à televisão a cabo. Portanto, no caso das redes técnicas, não temos nenhuma dificuldade em reconciliar seu aspecto local e sua dimensão global. [...]’ (LATOUR, 1994, p. 115)

A universalidade dessas redes sociotécnicas – simultaneamente sociais e técnicas – torna-se então transparente: elas são universais porque se estendem a todos os domínios do universo conhecido. Assim, Latour argumenta que se deve aplicar o mesmo critério em relação ao conhecimento, aos saberes e às competências. Quando se verifica que o saber percorre caminhos em tudo semelhantes às redes sociotécnicas, torna-se então compreensível sua trajetória do local ao universal.

‘[...] O percurso das idéias, do saber ou dos fatos [...] torna-se tão facilmente traçável quanto o das ferrovias ou dos telefones, graças a essa materialização do espírito que as máquinas de pensar e os computadores permitem. Quando medimos as informações em *bits* e *bauds*, quando somos assinantes de um banco de dados, quando estamos conectados ou desconectados de uma rede de processamento distribuído, é mais [...] fácil do que anteriormente, então, ver em nossas leis e em nossas constantes, nossas demonstrações e nossos teoremas, objetos estabilizados que circulam bem longe, de fato, mas ainda assim no interior das redes metrológicas bem gerenciadas das quais eles são

incapazes de sair – exceto através de ramificações, assinaturas e decodificação. [...]”
(LATOUR, 1994, p. 117)

A universalidade do conhecimento deriva, portanto, de sua ampla conformação aos padrões metrológicos que garantem sua circulação uniforme pelas redes sociotécnicas. E para que uma teoria possa ser igualmente entendida e aplicada em qualquer ponto do planeta – da rede – é necessário padronizar os experimentos de modo a produzir sempre os mesmos resultados. Pesquisadores e instituições que se mantenham conectados a essa extensa malha de laboratórios, bibliotecas, instrumentos e medidas, asseguram a universalidade de suas teorias, sempre verificadas e atestadas de forma idêntica em todas as partes.

Essa rede de práticas, de saberes, de instrumentos e de documentos transforma o conhecimento, sempre construído localmente, em fato universal, acessível a todos aqueles que se disponham a conectar-se e a adotar seus padrões. Por outro lado, a rede também contribui para uma inevitável materialização do pensamento que, não podendo mais dispensar os instrumentos de que se utiliza para constituir-se e manter-se estável, torna-se um ‘híbrido ou trora impensável’ (LATOUR, 1993, p. 156). A atividade teórica assume, assim, a mesma posição que outros ofícios e saberes igualmente dignos e importantes, resultando numa prática amplamente concreta e localizada, para a qual concorrem uma multiplicidade de elementos e fatores heterogêneos (LATOUR, 1993, p. 157) A combinação entre o trabalho das redes metrológicas – disciplinando os operadores e as operações – e o das redes sociotécnicas – estendendo a circulação do conhecimento – emerge na noção latouriana de inteligência distribuída.

[...] A inteligência não se localiza mais em um único local – ela não se encontra nem no cérebro, nem no conhecimento tácito, nem nas máquinas, nem no grupo social, nem nos conceitos – ela se distribui. [...] E tudo muda com a redistribuição da inteligência. [...]” (LATOUR, 1993, p. 157)

No contexto da teoria ator-rede, o conhecimento partilha sua força com todos os artefatos que o materializam e que disciplinam o pensamento; além disso, o conhecimento também se distribui pelas redes que o fazem circular. Sua universalidade, portanto, não resulta do improvável privilégio da razão, como pensava Descartes (FROHMANN, 2004), mas dessa inteligência que se ramifica em torno dos coletivos humanos. É aqui, talvez, que melhor se compreende a ecologia cognitiva de Pierre Lévy. Ao estudar as técnicas, os processos e as práticas do trabalho intelectual de determinadas sociedades, a ecologia cognitiva permite visualizar os modos através dos quais ocorre a gestão da informação e do conhecimento: distribuída em estruturas híbridas, heterogêneas, flexíveis, provisórias e perecíveis. Identificar e descrever a inteligência coletiva ou a cognição social enquanto resultados de redes complexas no interior das quais interagem diferentes agentes e agenciamentos, humanos e técnicos – e fora das quais não haveria pensamento, nem inteligência, nem informação – parece ser, sem dúvida, o verdadeiro programa de uma epistemologia social, tal como a conceberam Jesse Shera e Margaret Egan na década de 1950.

3 – Lydia e a Biblioteca do DASP

Durante o Estado Novo, a Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP – foi uma das mais competentes e poderosas instituições de coleta, tratamento e disseminação da informação que já existiram no Brasil. Integrando a estrutura burocrática do DASP desde o Decreto de sua fundação, em julho de 1938 (BRASIL, 1938), a Biblioteca esteve sempre, ao longo dos nove anos em que vigorou o Estado Novo e mesmo depois, nos anos subseqüentes, até a extinção do DASP em 1986, subordinada à Presidência do órgão (WAHRLICH, 1983). Pouco se sabe de sua história e de sua organização neste período, embora muitas informações de primeira mão sobre sua estrutura e sobre as atividades que desenvolvia possam ser encontradas nos periódicos *A Biblioteca* (1944-1959) e *Revista do Serviço Público* (1937-), enquanto outras vêm sendo cuidadosamente reunidas e sistematizadas por Rosa Maria Gastal de Menezes, bibliotecária do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde o acervo³ daquela que foi, na década de 1940, a eficiente e imponente Biblioteca do DASP está atualmente depositado (BRASIL, 2000).

³ Para uma pequena amostra de alguns dos itens que compunham esse valioso acervo no final da década de 1930 e início da década de 1940, ver o Anexo 1: Relação parcial do acervo de livros da Biblioteca do DASP.

A primeira encarregada pela Biblioteca do DASP foi Sylvia de Queiroz Grillo, nomeada através da Portaria nº 43, de 31 de outubro de 1938. Funcionária pública do Ministério da Fazenda, Sylvia foi designada para o cargo ao retornar de um período como bolsista nos Estados Unidos, onde teve a oportunidade de completar seus estudos universitários em Biblioteconomia. De acordo com Dóris de Queiroz Carvalho, irmã mais nova de Sylvia, embora sua idéia inicial não fosse exatamente essa, Sylvia teria seguido uma sugestão do próprio Ministro Capanema ao escolher o curso de Biblioteconomia. Os argumentos utilizados pelo Ministro teriam se baseado na necessidade de desenvolver as bibliotecas brasileiras e na carência de pessoal convenientemente treinado para fazê-lo (CARVALHO, 2004).

Para além da função pública que exercia enquanto Ministro da Educação do primeiro governo Vargas, Gustavo Capanema parece ter nutrido um grande interesse pelas bibliotecas. Não poderia ser diferente, considerando sua origem de intelectual mineiro, embora este aspecto de sua carreira ainda não tenha sido devidamente investigado (OLIVEIRA, 1982; SCHWARTZMAN, 1982; SCHWARTZMAN, 1983; GOMES, 2000; SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000; BOMENY, 2001; MICELI, 2001). Além de ter condicionado a viagem de Sylvia à sua opção por um curso de Biblioteconomia, Capanema controlava de perto diversos projetos relativos a bibliotecas e Biblioteconomia. Documentos disponíveis em seu arquivo pessoal, hoje mantido pelo Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil – CPDOC – da Fundação Getulio Vargas, são prova disso.

Um dos exemplos que colhemos nesse arquivo é o item GC G 1936.10.30, composto por cinco pastas e 86 documentos, incluindo papéis sobre a organização da biblioteca da Secretaria de Estado do Ministério da Educação e Saúde, planos para a criação de bibliotecas populares, relatórios sobre a situação das bibliotecas federais, pedidos de doações e aquisições de bibliotecas, projetos para intercâmbio de livros com bibliotecas de outros países, idéias para a implantação de bibliotecas de estudos brasileiros em países latino-americanos, planos pa-

ra a criação da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro e estudos para a estruturação de bibliotecas municipais (CAPANEMA, 2004b). Em outro item, englobando três pastas e 17 documentos, encontram-se planos para a criação da Universidade do Brasil, nos quais se destacam estudos sobre a organização da biblioteca universitária (CAPANEMA, 2004a). Já nas cinco pastas e 55 documentos que integram o item GC g 1937.06.30, estão agrupados os relatórios da Biblioteca Nacional relativos aos anos de 1939, 1944 e 1945, assim como textos sobre os cursos de biblioteconomia e o projeto de reforma do órgão (CAPANEMA, 2004c).

Além disso, durante o período que se estendeu entre 1941 e 1944, Gustavo Capanema manteve-se em permanente contato com Sylvia para tratar de assuntos relacionados à biblioteconomia nacional. O item GC g 1941.09.00 do arquivo do Ministro, por exemplo, contém onze documentos sobre a organização do currículo de biblioteconomia, incluindo estudos de Sylvia para a reformulação do curso da Biblioteca Nacional (CAPANEMA, 2004d).

Após seu regresso dos Estados Unidos, onde freqüentou os cursos da Columbia University, Sylvia tomou lugar à frente da Biblioteca do DASP, começando a pôr em prática alguns dos procedimentos técnicos especializados que aprendera. Ao mesmo tempo, cumprindo seu compromisso com Capanema, deu início ao treinamento de alguns “estagiários”, modo como eram chamados os que procuravam a Biblioteca do DASP para aprender o ofício da Biblioteconomia, em sua maioria funcionários públicos do DASP e de outros órgãos. Verdadeiramente cativada pelos encantos da profissão, Sylvia atraiu outra de suas irmãs mais novas para participar desses treinamentos: Lydia de Queiroz Sambaquy.

Em 1938, Lydia de Queiroz Sambaquy, uma jovem senhora de 25 anos, casada e mãe de três filhos, vivia situação semelhante à de outras mulheres brasileiras. Antes de se casar com Julio Furquim Sambaquy em 1929, aos 16 anos, Lydia residia com sua família em São José do Rio Preto. No final da década de 1920, pressionado pelos efeitos da queda no preço do café decorrente da crise de 1929 (FAUSTO, 1974), seu pai, Espiridião de Queiroz Lima, que se

aventurara como pequeno cafeicultor, acabou sendo levado a vender sua casa e a transferir-se com a família para o Rio de Janeiro. Cerca de um ano mais tarde, Lydia e seu marido, também proprietários na região, fizeram o mesmo e fixaram residência na capital federal. A crise política interna – desencadeada de início pelo colapso da economia capitalista internacional e agravada pelo movimento revolucionário acionado pela Aliança Liberal em 1930 – se por um lado tornava extremamente instável a situação nacional, por outro acenava com perspectivas que, a uma emergente classe média já urbanizada ou em processo de urbanização, pareciam naquele momento bastante promissoras (FAUSTO, 1974; A REVOLUÇÃO, 1982; CAMARGO, 1989; ESCOBAR, 1996).

Doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e especialista em veterinária, Esperidião de Queiroz Lima descendia de tradicional família cearense: os Queiroz Lima. Com uma história que remonta ao século XVII (LIMA, 1946), a família teve seu berço na antiga Fazenda Califórnia, no sertão de Quixadá. Lá nasceram várias gerações de admiráveis brasileiros, um deles Eusébio de Queiroz Lima, cujas obras permanecem sendo referência na área do Direito. Entre os inúmeros descendentes, no entanto, quem alcançou maior projeção pública foi sem dúvida a escritora Rachel de Queiroz, prima em primeiro grau de Lydia, por ter dado início, em 1977, à participação das mulheres na Academia Brasileira de Letras.

Embora pouco conhecidos atualmente, outros membros da família também se tornaram notáveis em suas áreas de atuação. Foi esse o caso do médico Esperidião de Queiroz Lima, pai de Lydia. Diplomado no Curso de Ciências Médicas e Cirúrgicas em 1903, quando teve sua tese inaugural aprovada com distinção (LIMA, 1903), Esperidião iniciou sua carreira em medicina veterinária clinicando em Manaus e no Acre, onde estudou a doença provocada pelo *Tripanosoma equinus*. Em consequência desses estudos, em 1912 foi nomeado Veterinário do Serviço de Indústria Pastoril, no Pará, onde permaneceu até 1915. Foi durante sua permanência neste Estado que Lydia nasceu. Nos anos seguintes trabalhou em Minas Gerais, no

Rio de Janeiro, no Espírito Santo e em São Paulo (O BIOLOGISTA, 1958).

Entre os anos de 1931 e 1933 Esperidião chefiou Comissões de Combate à Raiva em Mato Grosso e em Santa Catarina. No exercício dessas funções teve oportunidade de investigar e demonstrar em laboratório que os morcegos *Desmodus rotundus* transmitiam raiva a animais herbívoros. Seu primeiro artigo sobre o tema (LIMA, 1934) alcançou imediata repercussão internacional, merecendo citações de cientistas na Inglaterra, França, Argentina e Uruguai. Escritos posteriores (LIMA, 1935) fizeram com que suas pesquisas se tornassem conhecidas nos principais centros especializados do mundo.

A importância da descoberta acabou por levar a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária a aprovar, durante o encerramento do primeiro Simpósio Brasileiro de Raiva, realizado em 1957, uma recomendação no sentido de que o nome do pesquisador fosse indicado para figurar no Livro do Mérito. Criada por Getúlio Vargas em 1939, essa homenagem destinava-se a reconhecer publicamente brasileiros que tivessem contribuído para o progresso material e espiritual da nação. Dezoito pessoas constavam do Livro do Mérito até aquela data, entre elas o Marechal Rondon, o médico Vital Brasil e o jurista Clovis Bevilacqua. Décimo nono, Esperidião recebeu o diploma diretamente das mãos do então Presidente Juscelino Kubitschek, em cerimônia que se realizou no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1958 (O BIOLOGISTA, 1958).

Como se deduz, o ambiente familiar no seio do qual Lygia cresceu e foi educada se caracterizava por uma condição esclarecida, propícia ao estudo, à reflexão e ao pensamento crítico. Entre 1925 e 1929 Lygia frequentou o curso secundário no Colégio das irmãs de Santo André, em São José do Rio Preto, fundado em 1920. A condição federativa do Estado brasileiro nesse período, no entanto, evitava e, na prática, impedia a integração e a uniformização das políticas educacionais do país. O ensino secundário não possuía diretrizes nacionais, sendo oferecido de acordo com os critérios e os modelos vigentes em cada unidade da Federa-

ção (BRANDÃO, 1999). Para um país que ainda não possuía universidades – o que dificultava o acesso à via do trabalho intelectual – e que se encontrava em acelerado processo de industrialização, tal situação se afigurava desastrosa. Depois da Revolução de 1930, a imediata criação do Ministério da Educação e a promulgação do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que reformulava o ensino secundário, trouxeram perspectivas renovadoras (CUNHA, 1981; PILLETTI, 2003). Para Lydia, contudo, a chamada Reforma Francisco Campos significou ter que voltar ao curso secundário. E ela o fez no Colégio Pedro II, entre 1933 e 1936.

Como nos contou sua irmã Dóris de Queiroz Carvalho, no Pedro II Lydia atraiu a atenção de Cecil Thiré, professor de matemática, que a incentivava a prosseguir seus estudos nessa matéria (CARVALHO, 2004). Segundo o que consta de algumas versões iniciais de seu currículo, Lydia teria levado essa idéia adiante e freqüentado a Escola de Engenharia até o terceiro ano. Porém, ao ser convidada por sua irmã Sylvia para participar dos treinamentos que vinham sendo ministrados na Biblioteca do DASP, os planos de Lydia se alteraram de forma definitiva e ela decidiu matricular-se no curso superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Em janeiro de 1941, quando recebeu seu diploma de bibliotecária, Lydia já trabalhava regularmente na Biblioteca do DASP, primeiro como assistente técnico e depois como técnico de administração.

Nesse intervalo, conforme ela própria explicou a Lucille L. Keck, da Joint Reference Library de Chicago em carta datada de abril de 1939, Sylvia havia se afastado da Biblioteca do DASP e Lydia havia assumido a sua direção (GRILLO, 1939). Testemunhando o estágio primitivo da Biblioteconomia nacional naquele período, esse documento é um retrato fiel do trabalho pioneiro das duas irmãs naquela Biblioteca.

“[...] devo informá-la que não estou mais trabalhando na Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público. Estou em São Paulo [...], mas ainda me interesso muito pela Biblioteca do DASP. Deixei lá cinco bem-treinadas bibliotecárias que estão

dando continuidade ao sistema americano que iniciei. A Sra. Lydia Sambaquy está chefiando a Biblioteca agora e ela me relata que a necessidade de uma tabela de classificação torna-se maior a cada dia. Veja, eu organizei o catálogo dicionário, a circulação, etc., mas não classifiquei os livros porque antes queria conhecer o esquema Anderson-Glidden. Para seguir sem a classificação dos livros, tive que reuni-los nas estantes por assunto, de modo aproximado, rotulando cada seção de acordo com os assuntos. Como você bem pode imaginar, esse arranjo não vai funcionar por muito tempo, pois o grande número de aquisições que vem sendo constantemente realizadas traz novos assuntos, para os quais novas seções nas estantes se tornam necessárias. Nossa capacidade de armazenamento é bastante limitada e é por isso que estamos necessitando tanto do esquema de classificação.

Entretanto, estou encorajando a Sra. Sambaquy a esperar até agosto (não é então que a revisão da Sra. Glidden será publicada?) pela classificação dos livros. Na verdade, eu devo retornar ao DASP por um pequeno período para começar também a classificação dos livros.

Pessoalmente, estou muito interessada em manter contato com você, pois posso precisar de seus conselhos em relação à redação de um livro sobre a organização das bibliotecas americanas. Estou planejando tudo e já tenho algum material em fichas. Não há muitas pessoas aqui que possam ler inglês e nós carecemos, totalmente, não apenas de tabelas de classificação, mas também de livros sobre catalogação, circulação, organização e administração de bibliotecas. Estou planejando dar as bases de cada um desses assuntos e depois escrever sobre algo mais abrangente.

Eu agradeceria muito receber uma cópia do panfleto sobre a organização da Joint Reference Library, assim como as listas de publicações de suas associadas.

Junto com esta carta estou enviando a você um cheque de \$1.00 para cobrir o custo do *Public Administration Libraries: a manual of practice*.

Por favor, não deixe de me escrever sobre as obras de referência que você acredita que

possam me interessar, pois quero saber mais sobre as bibliotecas técnico-administrativas. [...]” (GRILLO, 1939)

Pouco a pouco, sob a direção de Lydia e com a orientação de Sylvia, a Biblioteca do DASP ganhava corpo, força e visibilidade. Ao fundo, sob a aparente pressão do cotidiano, encoberta ainda pelos laços de amizade e de parentesco, pelas incertezas e obstáculos a superar, uma Biblioteconomia tipicamente brasileira emergia, procurando seus modelos, selecionando seus parceiros e aliados, articulando seus fundamentos, estendendo lentamente sua rede. Em outubro de 1940, respondendo carta de uma amiga⁴ que lhe escrevera dos Estados Unidos, Lydia assim se refere à instituição e à profissão:

“[...] Agradeço-lhe [...] a carta que, embora coletiva, me causou tanto prazer como se tivesse sido escrita especialmente para mim.

Não tive dúvida em perder parte de uma aula do Silva (o que representa, para nós, um verdadeiro ato de bravura), para lê-la logo que a recebi.

Sua carta faz recordar as que Sylvia nos escrevia, ainda cheia de espanto pelo próprio feito, saudosa, com grande coragem para aprender e pretendendo muito fazer em benefício da biblioteconomia brasileira. Tenho certeza de que o esforço de Sylvia foi muito bem aproveitado. Sob sua direção formou-se a Biblioteca do DASP que, se não é perfeita, é, entretanto, um núcleo de entusiasmo, boa vontade em se aperfeiçoar e produzir e, principalmente, um grupo idealista, despido completamente de rivalidades tolas e mesquinhas...

A Biblioteca do DASP tem trabalhado e ainda trabalha, ardorosamente, junto ao governo para que sejam criadas oportunidades de viagem aos Estados Unidos aos bibliotecários. Como você diz agora, Sylvia havia dito em relatório ao Ministro: ‘Estamos num círculo vicioso: não temos bibliotecários porque não temos escola; não temos es-

⁴ A carta era dirigida à bibliotecária Cecília Helena de Oliveira Roxo, depois Wagley, funcionária da Biblioteca Nacional. Alguns anos mais tarde, Cecília Wagley seria responsável pela implantação e organização da seção de referência dessa instituição (DIAS, 1958).

cola porque não temos bibliotecários’... Outro fruto da viagem de Sylvia aos Estados Unidos, que considero digno de nota, foi o projeto que fez para a criação da Escola de Biblioteconomia, o qual penso que lhe mostrei por ocasião de seu estágio nesta Biblioteca. É um ótimo trabalho.

Digo-lhe isso tudo, menos pelo prazer de elogiar a Sylvia – no que verdadeiramente tenho prazer – do que para lhe dizer da fé que tenho nos ótimos resultados que tiraremos de sua viagem e dos seus esforços.

Você, de volta, encontrará, ao contrário de Sylvia, um pessoal ávido por aprender e com grande disposição para colaborar, não só na Biblioteca Nacional, como na Biblioteca do DASP. [...].

Dr. Simões pediu-me que reunisse o material necessário ao curso que vai organizar, de aperfeiçoamento para funcionários. A primeira coisa de que cogitei, e com toda razão, foi dos livros.

Fizemos uma lista dos melhores, segundo indicação de Sylvia, lista essa que foi remetida no começo deste ano, mais ou menos em fevereiro, ao Dr. Mario de Brito; até hoje, entretanto, nada de livros!

Lembra-se daqueles que recebemos da ALA, com tanta alegria, pensando que eram os tais encomendados? Pois bem, até hoje nada. Dr. Vidal e Dr. Simões já estão intrigados com tanta demora. Rogo portanto seus bons ofícios junto ao Dr. Mario de Brito para que nos sejam remetidos o quanto antes!

Nessa encomenda figuram os ‘syllabi’ da Columbia e o livro de Margaret Mann. Acho conveniente virem, em vez de um exemplar de cada obra, pelos menos três para que seja fácil o empréstimo aos alunos do curso. Rogo, encarecidamente, a sua especial atenção para este meu pedido.

Você ainda não visitou nenhuma biblioteca que tivesse ‘*open shelf*’? Então não deixe de visitar as ‘*branch libraries*’ da grande Biblioteca Pública de New York. [...]

As nossas contribuições na ***Revista do Serviço Público*** continuam saindo. Agora são

as regras da ALA, que Heloisa está pondo em bom português. Naturalmente você está recebendo a Revista, não? Diga-nos, o que acha deste trabalho?

Tal como a sua, minha vida está cheia de trabalhos e estudos. Estamos agora cogitando da representação dos Serviços de Biblioteca na Exposição Anual do Estado Novo.

É um tal de procurar idéias!

Agradeço por mim e por todas, de antemão, as ótimas lições que certamente você continuará nos enviando. [...]” (SAMBAQUY, 1940b)

Estavam-se constituindo, naquele momento, as condições de possibilidade para que um saber biblioteconômico nacional buscasse sua especificidade e afirmasse sua autonomia, distinguindo-se de uma miscelânea de outras atividades profissionais de ordem administrativa, burocrática e técnica. Quase que imediatamente, os atores começaram a perceber a necessidade de ocupar novos espaços e de empreender ações de extensão desse saber que se produzia e se acumulava naquele laboratório de experiências biblioteconômicas que era a Biblioteca do DASP. O papel tradutor dos discursos, orais e escritos, foi logo compreendido e interfaces específicas para cada audiência preparadas. Ainda em 1939 a *Revista do Serviço Público* começou a publicar uma seção intitulada “Biblioteca do DASP”, através da qual eram veiculadas notícias, informações estatísticas e contribuições selecionadas, escritas por Lydia ou por outros integrantes da própria Biblioteca. Ocupando duas páginas da revista, o ensaio *O que é a biblioteca moderna*, de autoria de Lydia, apareceu no número correspondente a julho e agosto de 1939 (SAMBAQUY, 1939; BRASIL, 1940d, 1942b).

A disseminação do conhecimento especializado para uma comunidade de pares potencialmente parceira também não era negligenciada. No número de agosto de 1940 da *Revista do Serviço Público* Lydia publica uma avaliação crítica dos instrumentos classificatórios então disponíveis, intitulada *A Classificação Decimal de Melvil Dewey e a Classificação Decimal de Bruxelas* (SAMBAQUY, 1940a). Esse texto era parte de uma série sobre “Bibliotecono-

mia” e a ele se seguiu o artigo de Heloisa Leite Soares de Azevedo, abordando o “catálogo de funcionários” (AZEVEDO, 1940). Tratava-se também, nesse caso, de conquistar visibilidade para aquilo que era específico da Biblioteconomia em meio à complexificação dos saberes e das linguagens que ia ganhando espaço nas páginas da revista.

Uma iniciativa que alcançou repercussão bastante favorável (MORAES, 1940) foi a publicação do *Esquema da organização da Biblioteca do DASP*. Embora fosse dirigido a uma comunidade já especializada e profissionalizada – ou em vias disso – esse texto minucioso, em tom didático e acompanhado de inúmeros formulários e fichas em tamanho natural parece ter sido produzido com a decidida intenção de divulgar o trabalho que se realizava na Biblioteca e de registrar as devidas autoridades no assunto: Sylvia em primeiro lugar e Lydia em seguida. Essa atribuição de autoridade não era apenas necessária, era verdadeiramente providencial, pois caracterizava uma liderança a essa altura indispensável para a área. E as duas irmãs assumem corajosamente esse papel, apesar do desgaste público que essa posição acarretaria. Originalmente dividido em três partes, o *Esquema* foi publicado em números consecutivos da *Revista do Serviço Público* – fevereiro, março e abril de 1940. Ainda naquele mesmo ano o trabalho, agora na sua forma integral, apareceria como separata da revista (SAMBAQUY, 1940c), ganhando uma segunda edição em 1944 (SAMBAQUY, 1944).

Outra proposta habilidosa foi a criação, no âmbito do DASP, de um curso preparatório para bibliotecários⁵ (WAHRLICH, 1983). Formalizado através do Decreto nº 6.416, o curso, com duração de seis meses, oferecia aos funcionários aprovados a oportunidade de serem promovidos à carreira de bibliotecário (BRASIL, 1940a), seguramente mais respeitável e melhor remunerada. Considerado isoladamente, esse curso seria apenas mais uma formalidade

⁵ De acordo com Wahrlich (1983, p. 240-241) esse curso foi criado por um ato isolado, sem relação com a institucionalização, no DASP, de seu amplo programa de preparação, aperfeiçoamento e especialização de funcionários que, apesar de instituído em 1940 (BRASIL, 1940c), só começou a funcionar após ser regulamentado em 1942 (BRASIL, 1942a). Foi no contexto desse programa que ficaram conhecidos os cursos de administração ministrados pelo DASP, pois eles acabaram contribuindo para o delineamento da administração como área do conhecimento.

burocrática, mais um artifício de controle operado pelo aparelho administrativo. Tal avaliação parece ainda mais natural quando se verifica que a idéia do curso está inequivocamente atrelada à reordenação da carreira de bibliotecário (SAMBAQUY, 1950a; DIAS, 1958; MORAES, 1983), empreendida pelo DASP cinco meses antes por meio do Decreto-lei nº 2.166 (BRASIL, 1940d), em relação ao qual o referido Decreto nº 6.416 é apenas a regulamentação. Despindo-o de seu contexto, porém, uma leitura como essa empobrece o projeto e subtrai sua força, negando-lhe a habilidade para intervir e o poder de influenciar, organizar e alterar o rumo dos acontecimentos.

Uma análise mais sugestiva poderia ser obtida se mantivéssemos em mente a natureza híbrida e complexa dos fenômenos sociais. Por esse ângulo, a reforma e o curso comporiam, juntos, um dispositivo articulado cujo principal objetivo seria produzir – de início apenas no âmbito do serviço público⁶ – bibliotecários comprometidos com as práticas e as técnicas experimentais desenvolvidas na Biblioteca do DASP. Esse desígnio, contudo, não esgotava o sentido do projeto. Embora aquele grupo viesse se fazendo notar – tanto na administração pública como no meio biblioteconômico em geral⁷ – o que se ambicionava era conseguir transformar o saber gerado a partir daquelas experiências num ponto de passagem obrigatório para o exercício da profissão. Sob esse enfoque, o curso representava a oportunidade de estender as condições de trabalho que vigoravam na Biblioteca-laboratório a outros espaços, permitindo a reprodução uniforme daquele conhecimento.

Englobando três disciplinas – catalogação e classificação; administração e organização de bibliotecas; bibliografia e referência – o curso criado pelo DASP possuía um cará-

⁶ Afinal, a quantidade de bibliotecários fora da esfera pública ainda era irrisória. Além disso, a hegemonia administrativa do Estado Novo acabava produzindo um mercado de trabalho em contínua expansão, não apenas para bibliotecários mas para uma série de outros profissionais (SAMBAQUY, 1950b; WAHRLICH, 1983).

⁷ Em carta de 23 de outubro de 1940, escrita em papel timbrado do Departamento de Cultura de São Paulo, Rubens Borba de Moraes, então diretor da Biblioteca Municipal daquela cidade, dirige-se a Lydia para solicitar o envio de dez exemplares da separata que traz o *Esquema da organização da Biblioteca do DASP*. Referindo-se a esse trabalho como ‘um dos melhores, no gênero, que têm aparecido no Brasil ultimamente’, ele prossegue, afirmando que ‘esta Biblioteca tem grande empenho em possuir diversos exemplares dessa separata para o curso de biblioteconomia que possui’ (MORAES, 1940).

ter prático, “sempre que possível”. Para que esse aspecto inovador se tornasse efetivo, o curso previa um estágio, definido como uma espécie de “treinamento em serviço”, um acompanhamento dos trabalhos que se realizavam em “bibliotecas e outros serviços”, “oficiais ou particulares” (BRASIL, 1940a, art. 2º, § 3º). O texto legal mencionava também a necessidade de contar com a colaboração das “bibliotecas e serviços oficiais”, cujos responsáveis deveriam permitir “aos funcionários, quando em desempenho das obrigações do curso, o acesso às estantes⁸ e o manuseio de catálogos e obras que [estes julgassem] necessários à preparação dos trabalhos” (BRASIL, 1940a, art. 2º, § 4º). Moderno, esse perfil didático chocava-se frontalmente com o que era adotado pelo curso superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Neste último eram ministradas, num período de dois anos, quatro disciplinas: bibliografia; paleografia e diplomática; história literária, com aplicação à bibliografia; iconografia e cartografia (FONSECA, 1957; DIAS, 1958; CASTRO, 2000). Contudo, como reconhecia Caetano Dias em 1958, as

“[...] bibliotecas se ressentiam de uma preparação mais racional, mais prática, dos bibliotecários aos quais eram confiados seus serviços. De nada valiam, para esses casos, os conhecimentos altamente especializados ministrados no curso da Biblioteca Nacional. [...] [E]ste, a rigor, somente preparava o bibliotecário para o exercício da profissão num determinado tipo de biblioteca: a Biblioteca Nacional. [...]” (DIAS, 1958, p. 11)

Oferecido em bases semestrais durante quatro anos consecutivos – entre 1941 e 1944⁹ – o curso do DASP formou um número significativo de bibliotecários. Os próprios professores foram influenciados pelo novo modelo de Biblioteconomia que o curso disseminava. Ainda em 1943, numa conferência pronunciada na Casa do Estudante do Brasil, Rubens Borba

⁸ A questão do livre acesso às estantes é emblemática, pois sua adoção representava uma ruptura radical com o passado e a tradição (SAMBAQUY, 1940a). Nenhuma biblioteca brasileira, pública ou particular, o praticava naquele período, exceto a Biblioteca George Alexander, do Mackenzie College, em São Paulo, dirigida por outra bibliotecária pioneira, Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo (UNIVERSIDADE, 2004a, 2004b, 2004c), e a Biblioteca do DASP.

⁹ Ainda nos foi possível recuperar, principalmente em sebos cariocas, várias das “apostilas” utilizadas nesses cursos. É nossa idéia proceder futuramente a um estudo consistente desse material.

de Moraes assim se expressava a respeito do mesmo:

“[...] Muito se deve ao DASP, que instituiu excelentes cursos, criou a carreira de bibliotecário e fez da sua biblioteca um centro de aperfeiçoamento para todos os que estão ligados a esses problemas. [...]” (MORAES, 1983, p. 21)

O valor estratégico do curso de preparação de bibliotecários criado pela Biblioteca do DASP naquele ano de 1940 só pode ser avaliado com clareza, como se vê, pela riqueza das interfaces que ele estabeleceu e pela diversidade das mudanças que ele foi capaz de operar nos anos seguintes. Sobretudo a mais significativa entre todas elas: a completa reformulação do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Sob a égide de um tempo que se prenunciava glorioso – como o foi de fato – Josué Montello¹⁰, também professor dos cursos do DASP, foi quem a conduziu em 1944, no período em que à sua frente estava Rodolpho Garcia, o mesmo que em 1914 escrevera sobre os sistemas de classificação bibliográfica e suas vantagens (FONSECA, 1961). Lydia Sambaquy, mentora e articuladora dessa transformação, foi nomeada professora de *Catálogo e classificação* do curso em março de 1945 (QUEM, 1971).

Voltando a meados de 1941, constatamos então o quanto a Biblioteca do DASP pouco a pouco se fortalecia, convertida em modelo de funcionamento e de atuação profissional para todo um conjunto de repartições públicas semelhantes, já existentes ou em implantação. Por outro lado, tendo trilhado os primeiros e decisivos passos, Lydia parecia já ter escolhido seu caminho em direção ao futuro. Cada vez mais engajada, porém, ela se propunha mais. A oportunidade que faltava surgiu logo em seguida: Lydia recebeu sua própria bolsa de estudos para frequentar a famosa School of Library Service da Columbia University. O grande investimento que ela vinha realizando desde 1938 finalmente produzia frutos concretos, embora eles se materializassem na perspectiva de novos investimentos.

¹⁰ Para uma análise detalhada da reforma conduzida por Josué Montello nos cursos da Biblioteca Nacional e um relato competente da evolução do ensino da Biblioteconomia no Brasil deve-se consultar a obra de Caetano Dias (1958). Fonseca (1957) e Castro (2000) também oferecem informações importantes.

Em agosto de 1942, como parte da Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal – evento promovido pelo DASP em comemoração ao seu quarto aniversário (WAHRLICH, 1983, p. 344-348) – Lydia pronunciou uma conferência na Biblioteca intitulada *A ação social da biblioteca pública*. A palestra, proferida logo após seu retorno dos Estados Unidos, representava uma espécie de prestação de contas de sua viagem. O tema do evento, “situação da biblioteconomia nacional”, foi objeto de discussão entre os presentes depois da apresentação. Após extenso e minucioso relato da situação das bibliotecas americanas naquele período, Lydia finalizava o documento citando alguns tópicos daquele que viria a ser seu programa de trabalho nos anos seguintes:

“[...] O Departamento Administrativo do Serviço Público já há muito compreendeu o grande valor da biblioteca e com grande entusiasmo vem envidando poderosos esforços para apressar o mais possível a sua evolução no Brasil.

A divisão da carreira de bibliotecário, os cursos de treinamento e formação de bibliotecários, os projetos de organização de bibliotecas modernas, como o magnífico projeto da biblioteca do Ministério da fazenda, o código de catalogação, que está sendo elaborado, são atestados vivos de seu grande interesse pelo progresso da biblioteconomia nacional. [...]” (SAMBAQUY, 1942)

Ainda em novembro daquele ano, a mesma Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal foi levada a São Paulo. Nesta cidade, mais precisamente no Salão Nobre de sua Biblioteca Pública, Lydia apresentou outra conferência, intitulada *Como a biblioteca pode e deve servir ao Brasil*. É interessante observar nesse texto que, entremeadas a considerações de natureza geral sobre a guerra que se desenvolvia na Europa, sobre a urgência da colaboração de todos os indivíduos e sobre a importância do livro e das bibliotecas nesse contexto, Lydia se refere à Biblioteconomia, aos bibliotecários e a seus planos de ação para o futuro de uma maneira muito especial:

“[...] Já é tempo de possuímos, em cada cidade, um sistema de bibliotecas que, desdobrando-se em sucursais, sub-sucursais e agências, leve a cada bairro, a cada canto da cidade, a cada indivíduo em particular, o grande auxílio que o livro representa.

É natural que, quando congregamos nossas energias para um esforço pelo progresso dos nossos trabalhos, quando nos traçamos um novo plano de ação, do qual devem surgir melhores resultados do que daquele que o antecedeu, quando desejamos aperfeiçoar a nossa produção para melhor servir, sentimos necessidade absoluta de analisar o nosso programa passado, os trabalhos realizados, pesar os seus efeitos, para podermos, então, seguindo a experiência adquirida, traçar melhor programa e evitar os erros conhecidos.

Não sabemos qual é a sensação daqueles que, olhando o passado, encaram o futuro com um sorriso estampado no rosto, retratando satisfação e orgulho, porque nada precisarão modificar em seu programa, pois tudo já foi feito, não existindo em seus trabalhos erros a corrigir. Não sabemos qual é a sua sensação porque no campo da biblioteconomia ainda quase tudo está por ser feito e o nosso sentimento, ao olhar para trás, não é de triunfo e orgulho pelo que já existe, mas de coragem e entusiasmo, porque muito temos ainda para fazer, porque muito poderemos ainda realizar.

Poderemos fazer de nossas bibliotecas perfeitos laboratórios de pesquisa e estudo; poderemos fazer de nossas bibliotecas valiosos centros de informação e de orientação profissional; poderemos fazer de nossas bibliotecas ricos e eficientes serviços de documentação; poderemos fazer de nossas bibliotecas preciosos centros de recreação intelectual e, ainda, poderemos fazer de nossas bibliotecas escolas ativas, de valor inestimável para a evolução da cultura e da educação em nosso país.

[...]

A BIBLIOTECA COMO UM LABORATÓRIO DE PESQUISA E DE ESTUDO

Vejamos a biblioteca como um laboratório de pesquisa e estudo.

Com exceção da biblioteca infantil, para todos os outros tipos de biblioteca essa é uma

de suas funções primordiais.

Quem considera a imensa riqueza da produção escrita sobre todos os assuntos e sabe que até mesmo o especialista fica desorientado diante da bibliografia completa das publicações em sua especialização, quem avalia o que é uma biblioteca constituída de milhões de livros, compreende a necessidade não só da perfeita classificação e catalogação desse material, mas também entende a necessidade absoluta de sua seleção.

É por isso que a biblioteca moderna se impôs a tarefa de aproveitar as suas pesquisas bibliográficas para aliviar o técnico, o cientista, ou qualquer estudioso, de buscas inúteis, de pesquisas já realizadas. Comprometeu-se a biblioteca hodierna a mostrar ao leitor aquilo que já existe escrito sobre o trabalho que ele se propõe a realizar, para que não seja repetido o que já foi feito e sim melhorado e ampliado.

[...]

A BIBLIOTECA COMO CENTRO DE INFORMAÇÃO E DE RECREAÇÃO

É na biblioteca pública que podemos fazer, de maneira mais clara e mais precisa, a distinção entre as várias funções da biblioteca. A simples visão do aspecto de uma biblioteca pública em plena atividade incute, em quem o observa, fé em seus trabalhos e perfeita compreensão do seu valor. Nela vemos distintamente as suas variadas funções de laboratório, de estudo e de pesquisa, de centro de documentação e informações bibliográficas e de centro de recreação intelectual.

[...]

A BIBLIOTECA E A NOSSA MOBILIZAÇÃO INTELECTUAL

Em verdade, na nossa mobilização intelectual, a tarefa que assiste às bibliotecas é tão vasta e complexa, que só será executada se houver a mais estreita cooperação entre elas, visando a utilização em comum dos seus valiosos recursos.

[...]

Para isso as bibliotecas devem, em primeiro lugar, procurar encontrar, para poderem oferecer aos interessados, todo o material bibliográfico que, de qualquer modo, tiver va-

lor para os trabalhos diretamente relacionados à mobilização econômica. Em segundo lugar, elas devem esforçar-se, tanto quanto possível, para despertar o interesse pela leitura desse material.

Considerando-se o imenso campo em que a biblioteca pode agir, se nos lembrarmos de sua influência nas escolas, nas universidades, nos meios rurais e urbanos, nas fábricas, nas repartições públicas e nas instituições as mais diversas, pode-se ter uma idéia do quanto ela é capaz de trabalhar para que cada um receba a melhor instrução sobre o que deve fazer, no que se refere à parte que lhe toca no movimento de mobilização econômica.

[...]

O QUE O DASP ESTÁ FAZENDO PELO

DESENVOLVIMENTO DA BIBLIOTECONOMIA NACIONAL

[...]

Quem conhece a Biblioteca do DASP, quem já viu as suas duas pequenas e acanhadas salas, cheias de mesas, estantes e leitores, dificilmente é levado a acreditar que ela possa realmente significar alguma coisa. No entanto, para nós ela muito representa. Representa, em um pequeno mas valioso ensaio, a biblioteca moderna, a escola ativa de que tanto necessitamos. Essa biblioteca moderna que já está vitoriosa na capital paulista e cuja causa, no Rio de Janeiro, a Biblioteca do DASP foi uma das primeiras a advogar.

[...]

Por isso, contrariando profundamente as afirmações dos entendidos, que asseguram que o povo brasileiro ainda não está suficientemente educado para que os livros de nossas bibliotecas lhe possam ser confiados, o DASP, em sua própria Biblioteca, organizou um campo de experimentação, ou laboratório, em que seriam observados os resultados práticos da técnica preconizada pela biblioteconomia moderna.

Assim, a Biblioteca do DASP, que, segundo as antigas praxes, deveria ser reservada ao uso dos funcionários daquele Departamento, transformou-se em uma biblioteca pública,

onde é permitido o livre acesso às estantes, onde existe catálogo dicionário e um serviço de referência na sua concepção mais liberal; em uma biblioteca onde os livros são arrumados nas estantes segundo a ordem natural dos símbolos de uma classificação de assuntos; em uma biblioteca que faz o empréstimo de livros para leitura a domicílio, finalmente, transformou-se em uma biblioteca onde deve ser oferecido aos leitores o máximo de auxílio com o mínimo de exigências.

[...]

Segundo esperamos, o SIC, ou Serviço de Intercâmbio de Catalogação, organizado pela Imprensa Nacional sob os auspícios da Biblioteca do DASP, constituirá, dentro em breve, um poderoso elemento para que os nossos catálogos se transformem em instrumentos bibliográficos os mais perfeitos; para que os trabalhos de catalogação atinjam a mais apurada técnica e, enfim, para que consigamos isso pelo menor preço. Com a utilização desse sistema, em pouco tempo as coleções pertencentes às nossas bibliotecas poderão estar com a sua catalogação perfeitamente em dia, facilitando também, sobremaneira, a formação, para as nossas bibliotecas, de valiosos catálogos coletivos.

[...]

O QUE SE ESPERA DA CONTRIBUIÇÃO DE SÃO PAULO

[...]

Muito temos que aprender com as bibliotecas de São Paulo e muito poderemos executar em união com as bibliotecas paulistas.

[...]

Precisamos de bibliotecas como esta Biblioteca Municipal [...].

Precisamos de bibliotecas universitárias e escolares, assim como de bibliotecas de referência, perfeitas e eficazes e, para isso, muito se espera da contribuição de São Paulo.

Em estreita cooperação poderemos transformar as nossas bibliotecas nas escolas ativas que elas devem ser, para melhor fazermos a utilização do livro, que tem, como sabemos, tão grande e valioso poder. [...]" (SAMBA QUY, 1943)

Não é preciso dizer que este texto enfatiza e esclarece algumas das conclusões a que já havíamos chegado por outras vias. Embora o faça dentro de outro contexto e levada por outras motivações, Lydia reconhece aqui o caráter experimental das práticas que desenvolveu na Biblioteca do DASP¹¹. Por outro lado, ela define uma postura que muito irá influenciá-la daí para frente: a da cooperação entre bibliotecários e entre bibliotecas.

Como também se observa perfeitamente, este discurso, proferido no dia 3 de novembro de 1942, representa uma ruptura nas idéias de Lydia e no modo como ela as descreve¹². Enriquecido por referências à documentação, aos laboratórios, às pesquisas e aos cientistas, este texto caracteriza a entrada de Lydia numa outra esfera de saber. A Biblioteconomia não está mais sozinha neste cenário. A seu lado, agora, está a Documentação. Já não se trata mais, nem exclusiva nem principalmente, da organização dos acervos e de sua perfeita ordenação nas estantes à espera de que um usuário bem-informado chegasse e soubesse o que escolher. Nesse novo contexto o bibliotecário detém uma postura pró-ativa, de efetivo envolvimento com seu usuário, de interessada e influente disseminação dos registros do conhecimento. É uma nova visão de mundo que se adota aqui.

Outras idéias que sairão deste texto para o futuro são a disseminação da informação, a criação de bibliotecas públicas, os catálogos coletivos, a organização de sistemas de bibliotecas e a concentração de metadados num único centro gestor, concepção que Lydia irá aprofundar e que mais tarde servirá de fundamento à criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – o IBBD. Se tivermos em mente que este texto foi escrito em 1942 – e não, por exemplo, em 1952 – ficaremos ainda mais atônitos frente à constatação das realizações de Lydia Sambaquy no âmbito da Biblioteconomia, da Documentação e, por que não, da Ciência da Informação – mesmo que ela ainda não empregasse tal expressão.

¹¹ Num texto de 1983 ela se refere à Biblioteca do DASP como um “projeto -piloto” (SAMBAQUY, 1983).

¹² É curioso, mas compreensível, que essa ruptura tenha se processado justamente após sua viagem aos Estados Unidos. O que nunca saberemos exatamente, porém, é o que a despertou para essa nova postura.

4 – Lydia e o SIC

Considerado “a maior experiência bibliotecária brasileira” por Rincon Ferreira e colaboradores (FERREIRA et al., 1979, p. 67) e trabalho de impacto “irrelevante” sobre as bibliotecas brasileiras por Briquet de Lemos (LEMOS, 1979, p. 100), o SIC – como ficou conhecido o Serviço de Intercâmbio de Catalogação – foi um projeto ambicioso cujo principal objetivo era estabelecer uma rede cooperativa de bibliotecas para a catalogação de livros. Criado em 1942 por Lydia Sambaquy, o SIC compunha, ao lado de outras iniciativas, o laboratório experimental em que se havia transformado a Biblioteca do DASP no início da década de 1940. Resultado de uma visita de Lydia à Biblioteca do Congresso Americano, onde ela teve oportunidade de observar com detalhes um serviço semelhante que existia desde o início daquele século (BARBOSA, 1978), o SIC caracterizou-se como uma tentativa ousada e inovadora de integrar as bibliotecas brasileiras num único sistema de geração e distribuição massiva de metadados, mantido através de um mínimo alinhamento técnico entre elas (SAMBAQUY, 1949a).

Planejado e coordenado por Lydia, o SIC constituiu a principal bandeira de seu projeto de Biblioteconomia brasileira nos anos seguintes e mesmo mais adiante, após o fim do Estado Novo e seu afastamento da Biblioteca do DASP. A idéia que fundamentava o SIC era a

da cooperação. Consciente da amplitude do território brasileiro, do desequilíbrio do desenvolvimento econômico e social em suas diversas regiões e da disparidade do estágio de proficiência que predominava entre as bibliotecas do país, Lydia compreendeu que só uma ação cooperativa sistemática poderia produzir um progresso geral, simultâneo e uniforme, das múltiplas unidades de informação nacionais. Esse progresso, contudo, não era visto como um fim em si mesmo, mas como meio de alavancar e sustentar o crescimento e a valorização da Biblioteconomia brasileira, equiparando-a a outras atividades produtivas indispensáveis à nação.

Há poucas informações consolidadas sobre o SIC. Os dados de que se poderia dispor para efetuar uma análise mais criteriosa de sua organização e de seu funcionamento encontram-se dispersos em documentos e publicações impressas que, quase sempre, são de difícil acesso. Briquet de Lemos, citando Carlos Victor Penna¹³, afirma que até 1968 o serviço tinha produzido fichas catalográficas para mais de cem mil livros, agregando e atendendo a cerca de trezentas bibliotecas, o que não é desprezível (LEMOS, 1979, p. 100).

Examinando sua paralisação em 1972, após trinta anos de atividade, Rincon Ferreira e colaboradores, baseados em relatório do IBBD¹⁴, apontam alguns fatores que teriam contribuído para a falência do sistema. Dois deles merecem destaque: (a) a ausência de padronização dos instrumentos técnicos utilizados para elaborar as fichas – em especial o código de catalogação e a lista de cabeçalhos de assunto – e (b) as divergências existentes, desde os primeiros anos, entre os critérios adotados pela coordenação do sistema no Rio de Janeiro e os critérios defendidos por influentes bibliotecários paulistas (FERREIRA et al., 1979, p. 68-69). Comentando os problemas do SIC, Briquet também faz referência a essa problemática, afirmando que o “insucesso” do SIC não deve ser atribuído apenas às suas “deficiências intrínsecas”, mas a uma “inflexível resistência à efetiva implementação da cooperação, encoberta por argu-

¹³ PENNA, Carlos Victor. *The planning of library and documentation services*. 2. ed. Paris: Unesco, 1967 apud LEMOS, 1979.

¹⁴ Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Comunicações*. Rio de Janeiro, 1973. Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), seção 7 da numeração progressiva apud FERREIRA et al., 1979.

mentos bizantinos sobre as vantagens e desvantagens de regras de catalogação e sistemas de classificação” (LEMOS, 1979, p. 102).

Para analisar o problema da padronização – ou melhor, da falta de padronização – dos instrumentos metrológicos de que se valiam os bibliotecários de então para gerar as fichas catalográficas de cada livro, é necessário que se recorde que naquela época esta era uma questão central na Biblioteconomia. Em todo o mundo – mas sobretudo nos Estados Unidos, Europa e Inglaterra – eram empreendidos esforços verdadeiramente extraordinários para definir regras que fossem aceitas mais amplamente, para além de suas respectivas regiões de origem (JOACIM, 2003). Na realidade, desde o começo do século XIX essa preocupação havia marcado o trabalho de bibliotecários como Antonio Panizzi, na Grã-Bretanha (CARPENTER, 2003), Charles Jewett, Melvil Dewey e Charles Cutter na América (BLAKE, 2003), Otlet e La Fontaine na Bélgica (BRADFORD, 1961; RAYWARD, 1996), para só citar alguns dos exemplos mais conhecidos¹⁵.

No Brasil não era diferente. Mas como aqui não havia normas ou padrões nacionais que regulassem a matéria¹⁶, utilizavam-se códigos e esquemas alienígenas de arranjo e tabulação de dados. Só que isso também provocava problemas, pois cada um dos dois grupos que havia introduzido a Biblioteconomia de base americana no país, o paulista e o carioca, defendia critérios distintos: o primeiro adotava o Código de Catalogação da American Library Association (RULES, 1949; REGRAS, 1956); o segundo seguia o código da Biblioteca Apostólica Vaticana (BIBLIOTECA, 1949, 1962; SAMBAQUY, 1949b, 1962).

A questão da definição de padrões uniformes de registro, acesso e recuperação,

¹⁵ Para uma visão mais abrangente dessa problemática cf. MURRA, 1951; SHERA & EGAN, 1951; GOMES, 1975; FONSECA, 1979a; SEALOCK & LEHNUS, 1979; SOUSA, 1979; RAYWARD, 1992, 1994; GARCÍA VALENZUELA, 1998; PEREIRA, 2000; MATTELART, 2002 e RAYWARD, 2003.

¹⁶ Não é que não houvesse interesse em desenvolvê-los, ao contrário. Uma das primeiras preocupações de Lygia quando deu início às atividades do SIC foi a elaboração de um código de catalogação brasileiro (SAMBAQUY, 1942, 1943), que atendesse às peculiaridades e especificidades dos problemas lingüísticos e bibliográficos nacionais. Entretanto, as várias tentativas empreendidas, por ela e por outros bibliotecários, para preparar um instrumento como esse, sempre acabaram esbarrando na dificuldade de chegar a acordos consensuais (EVANS, 1948).

como se sabe, é fundamental para a sobrevivência dos sistemas e redes de informação. É preciso recordar, porém, que ela nunca se reduz ao seu aspecto meramente técnico. Sempre estarão em jogo outros pontos – políticos, principalmente, mas também relativos a disputas de cientificidade, autoridade, jurisdição e competência – que muitas vezes escapam ao controle racional e podem acabar bloqueando todos os esforços em direção a um objetivo que se pretende comum. Por outro lado, como salientam Bowker e Star, em “disputas por padrões”¹⁷ como essa, uma vez alcançada a estabilidade, os vestígios das inúmeras e acaloradas discussões, acordos e dissensões se apagam, tornando transparentes todos os matizes e invisível toda a riqueza das pluralidades (BOWKER & STAR, 1996, 1999).

Embora fossem capazes de perceber as vantagens que a padronização das normas traria, todos os envolvidos mantinham-se na estrita defesa de seus critérios e de suas políticas, de seus princípios e de suas conveniências. A disputa, porém, celebrou-se¹⁸. Escrito para rebater comentários críticos de bibliotecários paulistas, o trabalho *O Serviço de Intercâmbio de catalogação e as críticas que lhe são feitas* (SAMBAQUY, 1953; SAMBAQUY & MORTE, 1955) não ajudou a esclarecer a questão. Preso entre os dois pólos da disputa, o problema da padronização cristalizou-se e foi esquecido por completo. Bem mais tarde, a publicação da segunda versão das Regras de Catalogação Anglo-Americanas, logo aceitas internacionalmente, acabou por sepultar para sempre a história dessa controvérsia.

É essencial assinalar no entanto que essa disputa se coloca como um fenômeno especialmente significativo na evolução e presente situação da Biblioteconomia no Brasil. E não apenas no que se refere aos padrões propriamente ditos, mas sobretudo em relação ao conjunto de idéias, princípios, posturas e fundamentos – alguns de natureza especificamente teórica – que no calor dessa e de outras controvérsias intelectuais, se constituiu, se desenvolveu, se ne-

¹⁷ A expressão original é ‘standards struggles’.

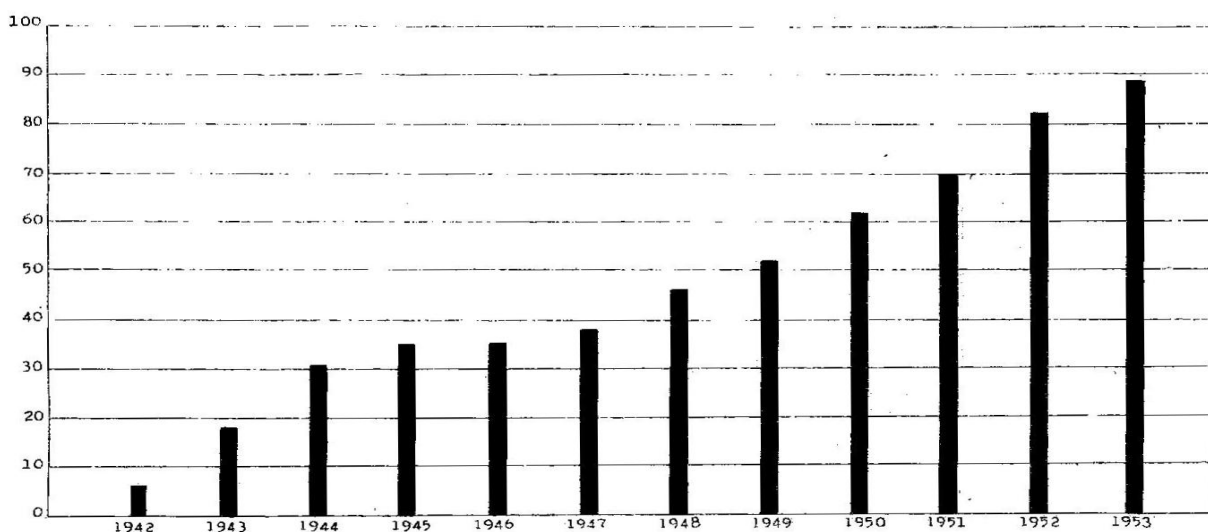
¹⁸ Na verdade, a questão das disputas entre São Paulo e Rio de Janeiro é bem mais antiga e mais complexa. Cf. GOMES, 1993 e OLIVEIRA, 2000.

gociou e se definiu. O cuidadoso resgate dessas “coisas maçantes” (STAR, 1999, 2000), numa perspectiva que busque iluminar os aspectos macro e micro-sociológicos que os sustentaram e influenciaram – em investigações que examinem como e porque tais polêmicas se fundaram e se dissolveram, que alterações elas operaram – seria extremamente enriquecedora, pois ajudaria a revelar como foram sendo produzidas as características da Biblioteconomia brasileira.

Uma peculiaridade do SIC ainda negligenciada pela literatura mas que aparenta ser extremamente relevante para entender a maneira como a Biblioteconomia definiu seus contornos no país está associada à capacidade desse serviço para funcionar como uma extensão das práticas que eram introduzidas e experimentadas na Biblioteca do DASP. É verdade que o SIC nunca teve um alcance assim tão amplo. Em 1953, por exemplo, o SIC coordenava oitenta e oito bibliotecas, como se vê na **Figura 1**, com unidades localizadas em Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Sul e São Paulo, além das bibliotecas do Rio de Janeiro e da Guanabara (FUNDAÇÃO, 1953). Em 1959, já sob a tutela do IBBD, esse quadro não havia se alterado, a não ser pelo número de unidades cooperantes, que subira para cento e trinta (SAMBAQUY, 1959).

Figura 1

SERVIÇO DE INTERCÂMBIO DE CATALOGAÇÃO (S. I. C.)
BIBLIOTECAS COOPERANTES - 1942-1953



Fonte: FUNDAÇÃO, 1953, p. iv.

A despeito do alcance talvez reduzido do SIC, sua importância como programa de extensão das práticas, discursos e ferramentas que formavam a Biblioteconomia moderna e cooperativista não parece negligenciável, especialmente entre 1947 e 1953. Afinal, de acordo com Laura Russo, até 1959 havia apenas dez escolas de Biblioteconomia no país, sendo somente cinco fora do eixo Rio-São Paulo – Bahia (1942), Rio Grande do Sul (1947), Pernambuco (1950), Minas Gerais (1950), Paraná (1952) (RUSSO, 1966). Acreditamos, portanto, que esse aspecto deva ser avaliado segundo os mesmos critérios que se utilizam para considerar que as bolsas de estudo oferecidas a candidatos de outros estados pelos cursos de Biblioteconomia do Departamento de Cultura de São Paulo, do DASP e da Biblioteca Nacional representaram uma forma de disseminar argumentos, conceitos e comportamentos.

Em meados da década de 1950, era nessa perspectiva que Antonio Caetano Dias, por exemplo, explicava o desenvolvimento e a expansão da área¹⁹:

“[...] A concessão de bolsas de estudo [...] proporcionou o início da descentralização do ensino, formando candidatos oriundos de outros estados que, mais tarde, viriam a se constituir em elementos de divulgação dos métodos de ensino da Biblioteconomia. [...]” (DIAS, 1958, p. 13)

De modo análogo, podemos afirmar que o SIC fez sua própria escola, formando alguns dos melhores quadros da Biblioteconomia nacional. Toda uma geração de profissionais altamente treinados e qualificados, mais tarde responsável por contribuições individuais e coletivas de grande relevo e especial impacto para a área e para o país, deu seus primeiros passos no SIC. Celia Ribeiro Zaher, Jannice Monte-Mór, Alice Príncipe Barbosa e Miriam Gusmão são algumas das bibliotecárias cujas trajetórias parecem ter sido marcadas pela influência da carti-

¹⁹ O primeiro a utilizar este argumento parece ter sido Edson Nery (FONSECA, 1957, p. 96), mas Borba de Moraes, na década de 1970, seguiu o mesmo raciocínio ao afirmar que “em 1943 [...] as antigas bolsistas da escola paulista estavam iniciando cursos que estabeleceriam bases seguras para um futuro desenvolvimento [da Biblioteconomia]” (MORAES, 1983, p. 33).

lha do SIC. No manuscrito de um discurso que fez, em 1962, para comemorar os vinte anos de existência do SIC²⁰, encontram-se muitos outros nomes, a quem Lydia agradece dizendo:

“[...] Há 20 anos [...] falo, sistematicamente, sobre este Serviço. Em aulas e fora delas. Mas, nesta oportunidade, o faço com especial agrado, porque desejo manifestar de público minha sincera admiração pelo grupo que realmente tem trabalhado pelo desenvolvimento, no país, do intercâmbio entre bibliotecas. Na verdade tenho falado muito, mas quem tem trabalhado de fato é esse grupo de bibliotecários que, antes do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação existir e depois da criação deste Instituto, tem demonstrado sempre, por todos os modos e por todos os meios, inextinguível dedicação, competência, lealdade, tenacidade, entusiasmo, enfim uma série enorme de qualidades difíceis de serem reunidas em uma só equipe de trabalho. [...]” (SAMBAQUY, 1962)

Entretanto, o que melhor caracteriza a postura de todos esses profissionais – começando pela própria Lydia Sambaquy – é, com certeza, sua capacidade de se adaptar às mudanças que se processaram no mundo e em sua área de trabalho no longo período entre 1940 e 1970. Fundando ideologias, agenciando compromissos, negociando políticas, definindo prioridades, propondo conceitos, fixando procedimentos, estabelecendo parâmetros e administrando conflitos, esses profissionais mantiveram-se em permanente sintonia com as estratégias e os movimentos de um campo que parece construir sua identidade através da coordenação de dispositivos e sistemas metrológicos cada vez mais complexos e esmerados. Não devemos permitir que se apague de nossa memória, portanto, a lembrança de que foi uma antiga bibliotecária do SIC que introduziu a Ciência da Informação no Brasil²¹, tal como Lydia havia feito antes com a moderna Biblioteconomia (PINHEIRO, 2002).

²⁰ Este texto está transcrito no Anexo 2: Aniversário do SIC.

²¹ Estamos fazendo referência, como se sabe, a Celia Ribeiro Zaher. Em 1970, enquanto diretora do IBBD, Celia criou o primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação da América do Sul. Por outro lado, Celia e Hagar Espanha Gomes, outra profissional de valor, definiram as bases da Ciência da Informação no Brasil (GOMES, 1978, 1980; GOMES & ZAHER, 1972a, 1972b; ZAHER & GOMES, 1972a, 1972b; ZAHER, 1969, 1974).

Como se tentou demonstrar, portanto, seria indispensável proceder a um estudo metucioso das problemáticas originadas no passado por iniciativas como o SIC – entre várias outras – para resgatar fatos históricos que porventura tenham contribuído para definir e configurar o quadro de questões epistemológicas desencadeado, a partir de 1970, pela emergência da Ciência da Informação. Afinal, compreendemos perfeitamente bem que a introdução de novos conceitos, posturas, instituições ou dispositivos não ocorre no vazio e sim em terreno já semeado. Um estudo assim, orientado ao exame dos indícios de natureza histórica que, desfeita a obscuridade, se apresentam como testemunhos capazes de expandir e enriquecer o entendimento de questões teóricas que se tornaram correntes para a área, permitiria enfrentar de modo mais conseqüente o conjunto de temas estratégicos que vêm sendo identificados nos últimos anos por programas de pesquisa e agências de fomento (PINHEIRO, 1997).

5 – Lydia e a Documentação

No princípio da década de 1940, o termo “documentação” parecia estar -se propagando rapidamente no serviço público federal. A manifestação inicial desse fenômeno ocorreu com a publicação do Decreto-lei nº 2.039, de 27 de fevereiro de 1940, que transformava o Serviço de Publicidade do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP – em Serviço de Documentação (BRASIL, 1940b). Beatriz Wahrlich afirma que essa mudança decorreu da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – em 1939 e da conseqüente revisão das atribuições do Serviço de Publicidade do DASP. Alterações semelhantes nos serviços de publicidade do Ministério da Educação e Saúde e do Ministério da Agricultura²², procedidas naquele mesmo ano, teriam cumprido a mesma função (WAHRLICH, 1983, p. 413-414). Nos anos seguintes, a mudança foi efetuada em outros órgãos: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica em 1941, o Ministério das Relações Exteriores em 1942, o da Mari-

²² O Ministério da Agricultura constitui um caso à parte, já que seu Serviço de Publicidade Agrícola foi transformado em Serviço de *Informação* Agrícola, e não, como se poderia pensar, em “serviço de documentação agrícola”. Segundo Beatriz Caiado, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado em 1906, ganhou uma Seção de Publicidade e Biblioteca em 1909. Em 1910 esta seção foi transformada em Serviço de Informações e Biblioteca, o qual, por sua vez, foi alterado para Serviço de Informações e Divulgações em 1911. Todos esses setores incluíam, desde o início, uma biblioteca. Somente em 1938, depois de toda uma série de reformas administrativas, cria-se então, no novo Ministério da Agricultura, um Serviço de Publicidade Agrícola (CAIADO, 1995, p. 26-38). Como se percebe, a questão da atividade bibliográfica no Ministério da Agricultura está a exigir um estudo cuidadoso, que reverta a naturalidade com que se intercambiam todas essas expressões e revele as originais condições de uso de cada uma delas.

nha e o da Justiça e Negócios Interiores em 1943, o da Viação e Obras Públicas e o do Trabalho, Indústria e Comércio em 1944 (FONSECA, 1973, p. 42; WAHRLICH, 1983, p. 414, 423-424).

Inicialmente acreditávamos que a interpretação oferecida por Wahrlich era insuficiente e que o extensivo uso do termo naquele momento decorria preponderantemente da influência exercida pela Biblioteca do DASP sobre o órgão e sobre seu principal dirigente, Luís Simões Lopes. Cedo entendemos, porém, que a questão era mais complexa, exigindo o aporte de informações históricas de outra origem e natureza. Assim, optamos por descrever a seguir as razões pelas quais acreditamos ter encontrado indícios de que as problemáticas da introdução e da recepção da Documentação no país ultrapassam os limites do presente trabalho, exigindo a realização de uma ou mais pesquisas inteiramente independentes, em que a singularidade do tema venha a ser melhor explorada.

Antes de mais nada é preciso reconhecer que a explicação de Wahrlich nos parecia insuficiente porque a autora não considerava qualquer relação entre os conceitos de Documentação e de Biblioteconomia, que julgávamos constituir, neste caso, um vínculo inevitável e, sobretudo, necessário. Além disso, tal conexão mostrava-se muito mais promissora, pois suas raízes se prolongavam até o final do século XIX, num encadeamento histórico potencialmente mais fecundo. Disponível na literatura brasileira da área desde os trabalhos produzidos por Edson Nery da Fonseca na década de 1950, a ligação entre Documentação e Biblioteconomia nos conduzia diretamente à figura de Manuel Cicero Peregrino da Silva e às iniciativas por ele implementadas na Biblioteca Nacional durante os anos 1910 e 1920, traços seguros da entrada do conceito no país e da nossa participação no movimento europeu liderado por Paul Otlet (FONSECA, 1957, 1973; RAYWARD, 1996). Em outras palavras, acreditávamos que o emprego do termo “documentação” na década de 1940 devia-se a uma retomada, um resgate ou até um reconhecimento de sua plena validade naquele novo contexto. E a observação de Wahrlich

não contemplava esse aspecto. Não sendo propriamente equivocado, esse raciocínio provou-se, contudo, precipitado, tendo em vista que não foi possível identificar sinais da passagem entre a obra de Peregrino no início do século e o ressurgimento do conceito na década de 1940. Se de fato tal ligação existira, suas evidências não estavam disponíveis nos documentos com os quais estávamos trabalhando.

Uma mudança de perspectiva parecia, portanto, indispensável para fazer face à absoluta ausência de dados que comprovassem qualquer relação entre o contato de Cicero Peregrino com Paul Otlet em 1911 (RAYWARD, 1996, p. 158) e o aproveitamento do termo “documentação” no âmbito da reforma administrativa dirigida pelo DASP. Contrariamente, porém, havia diversos indícios negativos, em especial de natureza discursiva. Constatamos, por exemplo, que o programa desenvolvido por Lydia na Biblioteca do DASP desde 1938 ainda não portava, em 1940, nenhum elemento pertinente à esfera da Documentação, mesmo considerando que naquele ano ela publicara um artigo sobre a Classificação Decimal de Bruxelas²³ (SAMBAQUY, 1940a). Verificamos também, por outro lado, que somente ao retornar de sua viagem aos Estados Unidos, em meados de 1942, ela começou a incorporar elementos discursivos compatíveis com o projeto da Documentação – como salientamos em capítulo anterior.

“[...] Poderemos fazer de nossas bibliotecas perfeitos laboratórios de pesquisa e estudo; poderemos fazer de nossas bibliotecas valiosos centros de informação e de orientação profissional; poderemos fazer de nossas bibliotecas ricos e eficientes serviços de documentação [...].” (SAMBAQUY, 1943)

²³ O que queremos afirmar é que Lydia não precisaria ter tido qualquer contato com as obras de Paul Otlet ou do Instituto Internacional de Bibliografia para conhecer a Classificação Decimal de Bruxelas. Nesse período, o trabalho mais completo sobre classificação e catalogação era o livro da americana Margaret Mann (MANN, 1930, 1962), que sabemos ter sido adquirido e utilizado por Lydia, pois ela o mencionava na carta a Cecília Helena de Oliveira Roxo (SAMBAQUY, 1940b). Nas páginas 83 a 85 desta obra, a autora faz referência ao Instituto Internacional de Bibliografia e à Classificação Decimal Universal, ou de Bruxelas, citando-a como uma das edições da Classificação Decimal de Dewey e explicando corretamente o pedido de Otlet para traduzir e adaptar as tabelas e a autorização concedida por Dewey (RAYWARD, 1996).

Uma alternativa que poderia resultar interessante consistia em utilizar os dados disponíveis nas obras de Nery da Fonseca para tentar localizar outras informações relevantes, afinal, boa parte do que sabemos sobre a influência da Documentação no Brasil deve-se a Fonseca, pesquisador que mais sistematicamente escreveu sobre a história da participação brasileira na área (FONSECA, 1957, 1963, 1979a, 1992). Há vários estudos de Fonseca sobre Documentação (FONSECA, 1958, 1961, 1973), abordando diferentes aspectos de sua introdução, inserção e fixação no país: o movimento das idéias, a adoção das práticas e o emprego dos instrumentos de gestão produzidos pelo Instituto Internacional de Bibliografia, instituição sediada em Bruxelas que, como se sabe, concebia, desenvolvia e promovia os princípios da Documentação (RAYWARD, 1996). Um dos melhores trabalhos desse autor sobre o assunto é o apêndice (FONSECA, 1961) escrito para a tardia tradução brasileira da obra *Documentation*, do inglês Bradford (BRADFORD, 1961), texto que uma década mais tarde seria revisto e ampliado para uma nova edição (FONSECA, 1973). Outro documento de autoria de Fonseca que apresenta informações relevantes sobre o tema é o livreto que descreve o trabalho bibliográfico desenvolvido pelo historiador Ramiz Galvão (FONSECA, 1963).

De acordo com as pesquisas de Fonseca, os métodos e princípios que Paul Otlet e Henri La Fontaine defendiam e praticavam – antes mesmo de fundar o Instituto Internacional de Bibliografia em 1895 (RAYWARD, 1996) – já haviam conquistado adeptos importantes nos meios científicos e profissionais brasileiros na última década do século XIX. Entre os pioneiros encontravam-se o médico Juliano Moreira, o engenheiro Victor Freire e o bibliotecário Ramiz Galvão. A eles vieram juntar-se, nas décadas seguintes, outros nomes de peso: intelectuais como Mario de Alencar e Rodolpho Garcia e bibliotecários como Alfredo Diniz (DINIZ, c1915) e Manuel Cícero Peregrino da Silva.

Entre os pioneiros, Juliano Moreira é por certo o caso mais estimulante, pois seu interesse pelo Instituto Internacional de Bibliografia e pela mais significativa das suas bandeiras

ras, a classificação decimal, parece ter-se relacionado a questões propriamente científicas e não bibliográficas. Estudando a introdução no Brasil das modernas técnicas psiquiátricas, a pesquisadora Vera Portocarrero, por exemplo, destaca a atuação de Juliano na constituição de um saber psiquiátrico que, ao lado das tecnologias de intervenção terapêutica, dos dispositivos institucionais para abrigo de loucos e de um corpo de profissionais especializados, instauram uma política de saúde mental articulada entre governo, sociedade e classe médica. Nesse contexto, “a classificação começa a ser vista como um instrumento médico-científico [...] para um maior controle da população e da saúde, por meio da definição que torna patológicos os indivíduos desviantes do padrão da normalidade” (PORTOCARRERO, 2002, p. 99).

“[...] A partir de Juliano Moreira, as questões de cunho científico – como conceito de doença mental, critérios de classificação, embasamento médico e terapêutico etc. – começam a ser debatidas e, sobretudo, trazidas tanto quanto possível para a prática psiquiátrica [...]” (PORTOCARRERO, 2002, p. 100)

Infelizmente, as pesquisas de Portocarrero resultaram infrutíferas quanto à localização de uma tabela de classificação que tenha sido produzida por Moreira, pois a pesquisadora declara que a mesma “não foi afinal encontrada em nenhum dos arquivos ou teses” (PORTOCARRERO, 2002, p. 98). Considerando porém que Fonseca, baseado em Freire²⁴, afirma que Juliano teria utilizado a classificação decimal na revista por ele dirigida, *Annaes da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia* (FONSECA, 1973), acreditamos que a questão mereça uma investigação de maior fôlego. Afinal, toda uma série de possíveis associações entre as práticas da Documentação e a atividade científica no Brasil ainda está por ser estudada (OLAGÜE DE ROS, MENÉNDEZ NAVARRO & ASTRAIN GALLART, 1993; ASTRAIN

²⁴ FREIRE, Victor Alves da Silva. *A bibliographia universal e a classificação decimal*: subsidio para a participação do Brasil na organização internacional da bibliographia scientifica. São Paulo: C. Gerke, 1901. 38p. apud FONSECA, 1973.

GALLART, OLAGÜE DE ROS & MENÉNDEZ NAVARRO, 2001; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, 2003).

Um dos primeiros a deixar registrado seu envolvimento com os critérios bibliográficos estabelecidos em Bruxelas foi Ramiz Galvão. Nomeado Bibliotecário²⁵ em 1870, no contexto das novas posturas políticas sustentadas pelo então Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira (CARVALHO, 1994, p. 65), Galvão esteve à frente da Biblioteca Nacional até 1882. No exercício do cargo, uma de suas primeiras missões foi “estudar a organização das bibliotecas européias” (RODRIGUES, 1952, p. 74), tarefa que cumpriu entre 1873 e 1874. Durante os treze meses em que esteve na Europa, Ramiz Galvão visitou bibliotecas em Florença, Berlim, Zurique, Milão, Roma, Paris, Lisboa e Londres. Para Fonseca, o relatório que Galvão apresentou²⁶ mostra “como ele estava bem orientado a respeito dos menores detalhes da técnica biblioteconômica” daquele período (FONSECA, 1957, p. 97), já que, entre outras observações pertinentes, Galvão teria assinalado sua perplexidade diante da ausência de catálogo sistemático na Biblioteca do British Museum (FONSECA, 1963, p. 17-18; CARPENTER, 2003).

Quando Ramiz Galvão deu início à reforma da Biblioteca Nacional, em 1876, a técnica biblioteconômica mais avançada já incluía algumas características bastante progressistas – desenvolvidas principalmente pelo americano Charles Ammi Cutter, na década de 1860 – mas até então nunca postas em prática de forma consistente: um conjunto de regras básicas para a descrição dos documentos²⁷; entradas por assunto para todos os itens; um único índice alfabético para todas as entradas²⁸ e catálogos organizados em fichas – não mais em volumes impressos (BLAKE, 2002). A criteriosa proposta de Cutter, embora ainda não tivesse encontrado

²⁵ Só a partir de 1889 o posto mais alto da Biblioteca Nacional passaria a ser o de *Diretor*.

²⁶ GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *Bibliothecas publicas da Europa*: relatório apresentado ao Ministerio dos Negocios do Imperio [...] em 31 de dezembro de 1874. [Rio de Janeiro, 1875]. 82p. apud FONSECA, 1963.

²⁷ Entre essas regras – algumas das quais já estavam contempladas nas pioneiras 91 regras elaboradas por Panizzi para o British Museum em 1841 (CARPENTER, 2002) – é interessante mencionar: a) a descrição seria feita a partir do item que se tinha em mãos; b) o frontispício deveria ser a fonte primária de informações sobre cada item; c) o título deveria ser transcrito exatamente como mencionado na publicação, sem quaisquer abreviações; d) os assuntos atribuídos pelo catalogador não deveriam estar restritos a palavras do título, mas deveriam compor verdadeiras “classes” (BLAKE, 2002).

²⁸ O chamado ‘catálogo dicionário’, alvo de muita controvérsia posterior.

plena aceitação em seu país, acabou sendo uma das bases da verdadeira revolução que se processaria na biblioteconomia norte-americana ainda naquele ano de 1876, com o surgimento da *Classificação Decimal* de Melvil Dewey e das *Regras para um catálogo dicionário*, do mesmo Cutter (LENTINO, 1959, 1967; BARBOSA, 1969, 1978).

No sentido estritamente operacional, portanto, a reforma que Ramiz Galvão implementou na Biblioteca Nacional em 1876 não incorporou esses procedimentos bibliográficos mais modernos (FONSECA, 1963). Contudo, ele os adotaria logo em seguida, na organização do Catálogo do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, onde era ‘Bibliothecario -mór honorário’ (GALVÃO, 1906-7). O trabalho de compilação deste Catálogo teve início em 1895 e se estendeu até 1900, quando foi então interrompido. Retomado em 1905, um ano depois já começava a ser impresso. Galvão fez questão de caracterizar, no próprio título, a orientação intelectual que norteava sua obra: ‘segundo o sistema decimal de Melvil Dewey’. Porém, como assinalou Fonseca, o sistema utilizado por Galvão não foi propriamente o de Dewey e sim o do Instituto Internacional de Bibliografia, de Bruxelas (FONSECA, 1963, p. 26). O que acontece é que naquela época de fato não havia, além da língua e de alguns sinais introduzidos por Otlet – com a expressa autorização de Dewey²⁹ – nenhuma diferença mais significativa entre as duas obras. Pelo contrário, sabe-se que Otlet esforçou-se para que a versão francesa da classificação estivesse sempre em perfeita conformidade com a americana (RAYWARD, 1996).

Na *Advertência* ao Catálogo, Galvão apresenta a classificação decimal e defende os princípios que a sustentam, ressaltando suas vantagens com ‘termos extraídos da própria exposição do ‘Instituto Internacional de Bibliografia’, dada a lume em 1897’ (GALVÃO, 1906 - 7, p. ix). Duas dessas vantagens caracterizam bastante bem o diferencial introduzido pela classificação decimal³⁰:

²⁹ Cf. nota 2.

³⁰ A ortografia foi atualizada para a transcrição.

“[...] 4ª – Como os números classificadores correspondem a idéias e não a vocábulos, eles constituem uma verdadeira nomenclatura bibliográfica internacional:

– 928.699.1 significa, em todas as línguas do mundo civilizado, *Biografia de um poeta brasileiro* [...].

6ª – A classificação decimal, finalmente, oferece a todos um quadro completo de divisões previamente preparadas por especialistas. Cada qual fica dispensado de refazer para seu uso pessoal esse trabalho, que exige conhecimentos enciclopédicos e extensos. [...]” (GALVÃO, 1906-7, p. xii-xiii)

A sistemática adoção dos critérios metrológicos introduzidos pela classificação decimal – Dewey ou Bruxelas, importa pouco – parece ter sido uma característica marcante do período entre 1900 e 1938, pois no seu decorrer diversos catálogos desse tipo foram publicados – entre eles o da Biblioteca da Marinha (PORTO, 1904), o da Biblioteca da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (MATTOS JUNIOR & SANTOS, 1923-25) e o da Biblioteca Pública de São Paulo (FREIRE, 1924). Mas além do enfoque essencialmente pragmático dos catálogos, também parecia haver preocupação em produzir obras que disseminassem essa técnica e servissem de guia a outros interessados. Neste último caso encontram-se publicações como *Bibliothecosophia* (DINIZ, c1915), *Noções de biblioteconomia* (RIBEIRO, 1934), *Classificação Decimal Universal* (FISCHER, 1937), *Breves noções de biblioteconomia* (QUITITO, 1937), *Bibliotecas científicas* (MORENO, 1938) e *A Classificação Decimal Universal* (WERNECK, 1938). Apesar de não termos encontrado provas documentais para essa conclusão, muito provavelmente a Classificação de Bruxelas alcança um maior número de citações nessa literatura e nessa prática devido à estreita ligação do país com o continente europeu durante esse período. A menção a Dewey decorreria então não da iniciativa dos bibliotecários brasileiros em procurar conhecer a nova classificação do americano, mas por força da publicidade que o próprio Otlet lhe oferecia. Ao menos é essa a idéia que a *Advertência* de Ramiz Galvão deixa transparecer.

Embora inovadores, esse discurso e essa prática ocorriam dentro de um contexto no qual as bibliotecas e os bibliotecários continuavam mantendo hábitos tradicionais e seculares de armazenagem de livros e de atendimento aos usuários, ou seja, um ambiente em que nenhuma efetiva mudança de mentalidade havia se processado. Uma postura distinta desta só entrou realmente em cena depois de 1926 – e mesmo assim circunscrita a uma região do país – com a chegada da bibliotecária americana Dorothy Gropp ao Mackenzie College e a viagem de Adelpha Figueiredo aos Estados Unidos (CASTRO, 2000). Criada apenas em 1938, a Biblioteca do DASP, favorecida pelo poder catalisador e centralizador que esse órgão exercia, veio ocupar o espaço que, nesse panorama, estava reservado à disseminação das novas práticas.

De qualquer maneira, a ênfase que Fonseca e Lydia chegaram a atribuir, na década de 1950, à introdução dos princípios bibliográficos de Bruxelas no Brasil parece questionável (SAMBAQUY, 1956a, 1956b; FONSECA, 1957). E não apenas porque, como ficou claro, o feito permaneceu isolado, sem produzir reflexos no meio biblioteconômico, mas particularmente porque os fatores que estariam na origem do projeto de Cicero Peregrino não chegaram a ser conhecidos. Em sua extensa pesquisa sobre a participação da Espanha e de países da América Latina nas redes documentais e bibliográficas de comunicação científica que se estabeleceram, entre 1895 e 1930, em decorrência de projetos como o da Royal Society de Londres e do Instituto Internacional de Bibliografia, Menéndez Navarro, Olagüe de Ros e Astrain Gallart acentuam, por exemplo, que “o trabalho de publicidade e o prestígio de [Federico] Birabén foram determinantes [...] para a expansão da CDU no Brasil” (MENÉNDEZ NAVARRO, OLAGÜE DE ROS & ASTRAIN GALLART, 2002, p. 237). Continuando, os autores afirmam que

“[...] O reconhecimento da dimensão continental alcançada pela proposta de Birabén, assim como a definitiva incorporação das questões documentais à agenda latino-americana ficaram claros em 1910. [...] O próprio *Bulletin de l’Institut International de Bi-*

bliographie congratulava-se pela nova ‘etapa no desenvolvimento da cooperação internacional’ que as oficinas bibliográficas latino-americanas representavam, reconhecendo a liderança desempenhada por Birabén em sua gestão e funcionamento. [...]” (MENÉNDEZ NAVARRO, OLAGÜE DE ROS & ASTRAIN GALLART, 2002, p. 239-240)

Fica patente, portanto, que a iniciativa de Peregrino inseria-se num movimento de dimensões muito mais amplas e de implicações políticas bastante mais significativas. Sobre esse movimento ou sobre sua repercussão no Brasil, porém, nada sabemos ainda. E contrariamente ao que se acabou acreditando, a ‘visão profética’ (FONSECA, 1957, p. 98) ou o ‘espírito idealista’ (SAMBAQUY, 1956a, p. 25) de Peregrino provavelmente foram pouco operantes neste caso. O exacerbado personalismo histórico a que nos habituamos infelizmente oblitera a visão crítica dos fenômenos. É com esta visão crítica que observamos, por exemplo, a contradição entre as iniciativas de Peregrino, algumas tão ‘precursoras’ e outras tão eivadas de tradicionalismo. O curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, por exemplo, criado por Peregrino em 1911 e tão elogiado por seu pioneirismo, seguia fielmente o modelo da tradicional *École des Chartes* e não um padrão mais próximo aos princípios otletianos³¹ (FONSECA, 1957; CARVALHO, 1994; CASTRO, 2000). O mesmo se pode aventar a propósito da CDU: embora não tenhamos consultado fontes primárias que pudessem nos esclarecer a respeito, a literatura não menciona qualquer alteração no processamento técnico da Biblioteca Nacional para dar lugar à introdução da Classificação de Bruxelas naquela casa. Na Argentina, ao contrário,

“[...] Demonstrando uma compreensão cabal dos fundamentos e alcances das propostas metodológicas do Instituto de Bibliografia de Bruxelas, Birabén – mediante o recurso sistemático à obra de Otlet – contextualizou sua proposta com uma amplíssima apresentação das bases conceituais da nova ciência documental. Além de comentar a estru-

³¹ Entre 1909 e 1910 Birabén ministrou um curso de catalogação e classificação na Argentina, de acordo com os padrões e tabelas do Instituto Internacional de Bibliografia (BARBER, TRIPALDI & PISANO, 2003, p. 94).

tura e as funções das novas bibliotecas – concebidas como laboratórios intelectuais – [...], Birabén prestou especial atenção às considerações metodológicas da ciência documental, detendo-se na função uniformizadora desempenhada pela CDU. [...]” (MENÉNDEZ NAVARRO, OLAGÜE DE ROS & ASTRAIN GALLART, 2002, p. 227)

Não parece possível escapar ao fato de que, no contexto das duas primeiras décadas do século XX, o conceito de Documentação não possuía qualquer representatividade no Brasil. Bibliografia era a expressão apropriada e aplicável ao trabalho que se desenvolvia naquele período. Parece ter sido nesta perspectiva, portanto, que Peregrino se dispôs a organizar em 1911 o repertório bibliográfico brasileiro. O mérito maior dessa iniciativa, porém, não foi promover a compilação de uma bibliografia nacional. Foi promover a adesão do país a uma rede internacional de comunicação científica.

“[...] o acontecimento mais importante na história do processo de distribuição do Repertório Bibliográfico Universal foi a chegada, em 1911, de uma petição encaminhada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro para que fossem enviadas seiscentas mil fichas que formassem um repertório temático geral. A biblioteca concordou em pagar a tarifa de quinze mil francos pelas fichas. [...] Otlet e sua equipe reuniram 230 mil fichas e as ordenaram em 192 caixas. Para entregar este material ao embaixador brasileiro foi celebrada uma recepção à qual foram convidados diplomatas da França, da Bélgica e da maioria dos países sul-americanos. No fim de 1913, a quantidade de material enviado elevava-se a 351.697 fichas. Em julho de 1914 foi enviado o extraordinário número de 33 mil fichas [...]. Aparentemente, o total das seiscentas mil fichas contratadas nunca foi enviado. No entanto, as fichas remetidas foram muito apreciadas no Rio, por isso em 1914 se tentou mandar um estudioso brasileiro a Bruxelas para que investigasse o sistema de trabalho do Instituto Internacional de Bibliografia com o objetivo

de obter um maior rendimento das fichas. Infelizmente, o início da guerra impossibilitou esse projeto. [...]” (RAYWARD, 1996, p. 158)

Tendo enfim esgotado as ‘pistas’ fornecidas pela obra de Fonseca e verificado que resultavam infrutíferas todas as avaliações a que havíamos procedido para compreender o surgimento do conceito de Documentação no Brasil, decidimos retornar ao ponto de partida para tentar avaliar o fenômeno em sua sincronia. A Documentação, que havia chegado à década de 1940 produzindo tão grande impacto, não fora introduzida por Peregrino no início do século XX, nem fora resgatada por Lydia na Biblioteca do DASP. Mas toda a questão pareceu se esclarecer quando decidimos abordá-la na perspectiva do próprio DASP.

Sustentando que ‘os novos serviços de documentação [...] marcavam o surgimento de um novo ‘sistema’ de órgãos’ em relação ao qual a ‘doutrina esposada pelo DASP em matéria de documentação’ teria desempenhado um papel fundamental (WAHRLICH, 1983, p. 414), Beatriz Wahrlich afirmava que essa doutrina, a ‘documentação administrativa’, estaria integralmente expressa nas páginas da *Revista do Serviço Público*. Ao examinar a coleção do periódico, de fato observamos, a partir de 1943, alguns editoriais e artigos assinados que procuravam definir a expressão ‘documentação administrativa’. Reunindo a maioria desses textos, a coletânea *Diretrizes da documentação* facilitou sua consulta e nos permitiu alinhar algumas novas reflexões (DIRETRIZES, 1964).

Bastante elaborada em termos retóricos, mas muito pouco consistente do ponto de vista teórico, a ‘documentação administrativa’ constituía sua discursividade correlacionando conceitos e processos da burocracia estatal a idéias e práticas da Biblioteconomia. Os documentos permitiam entrever um deliberado esforço para traduzir em termos racionais e técnicos a prática administrativa cultivada no espaço público (SCHWARTZMAN, 1984). Em argumentos longos e circulares, os autores recorriam a trechos da obra de Otlet e a experiências adqui-

ridas na convivência com a Biblioteca do DASP para construir uma ordem afirmativa dos fenômenos. Por outro lado, faziam uso instrumental de figuras de estilo e de linguagem, escamoteando o sentido dúbio ou mesmo equivocado das afirmativas. Produzindo híbridos – “pérolas” do pensamento daspeano – cujo principal objetivo parecia ser o de justificar a posição ideológica do órgão, esses trabalhos procuravam convencer, mais do que explicar. Apresentamos a seguir três recortes especialmente selecionados:

“[...] ‘La Bibliothèque’ – diz Paul Otlet em seu excelente *Traité de Documentation* – ‘c’est la collection des documents e uxmêmes chacun dans leur intégrité individuelle (livres et publications diverses)’³², e essa definição, mesmo encerrando uma noção comum, diz muito. Mas essa coleção de documentos, se não for acessível até aos portmenores, perde seu valor. Sistematizada segundo os assuntos, deve poder ser compulsada diretamente pelos interessados e, quando isso não baste, e mesmo que baste, deve ser intimamente conhecida pelos seus responsáveis de forma a que possam prestar, sempre que necessário, todas as informações possíveis. Biblioteca que não informa não é documentação, é depósito de livros. [...]” (DIRETRIZES, 1964, p. 15)

“[...] A concepção correta da documentação administrativa moderna, reclamada pelas urgências e complexidades das funções do Estado, igualmente repele a idéia da estagnação, do arquivo morto, da simples reunião ordenada de documentos avulsos. Assim como a biblioteca não é um depósito de livros, assim também a documentação não é um arquivo de papéis. Se àquela cumpre ativar indefinidamente o processo da difusão cultural, a esta cabe capitalizar a experiência prática, prolongando no futuro as vantagens e benefícios das decisões acertadas, dos estudos bem conduzidos, das resoluções fecundas, feitos no dia-a-dia da administração. Concebida como um processo de acumulação e depuração da experiência, a documentação administrativa permite a um tem-

³² Em francês no original: “A B iblioteca é a coleção dos próprios documentos, mantidos cada um em sua integridade individual (livros e publicações diversas)”.

po a crítica e corretivo dos erros que só se tornam evidentes quando reunidos, bem como a propagação dos modos de agir e resolver já sancionados pela prática. [...]” (WAHRLICH, 1983, p. 415-416)

“[...] É ponto pacífico que todos os instrumentos capazes de ‘informar’ são integrantes da documentação. [...] A exigência fundamental é que os instrumentos aptos a informar informem, realmente. Não há documentação sem informação. Segundo autorizado tratadista do assunto [Paul Otlet?], os fins da documentação organizada consistem em poder oferecer informações documentadas: universais quanto ao seu objeto; seguras e verdadeiras, completas, rápidas; em dia, fáceis de obter; reunidas de antemão; e postas à disposição do maior número. [...] Este é outro aspecto fundamental do conceito brasileiro de documentação administrativa: o de que ao poder público compete, como uma de suas finalidades, levar aos diferentes núcleos, entre os quais se distribui a atividade nacional, recursos e idéias novas, já experimentados e provados, como excelente fator de propulsão do progresso e de educação coletiva. [...]” (DIRETRIZES, 1964, p. 337-339)

Não resta dúvida, portanto, de que a despeito destes e de outros vieses, a “documentação administrativa” foi o primeiro movimento realizado no Brasil para apropriar o conceito de Documentação tal como Paul Otlet o havia formulado na década de 1930. Não houve outro. E depois dessa tentativa do DASP, o conceito só tornará a aparecer novamente na segunda metade da década de 1950, por força das demandas originadas no IBBD. A expressão “documentação administrativa” foi concebida pelo próprio Otlet e aparece com destaque tanto no *Traité de Documentation* (OTLET, [199?], p. 350-355) como no artigo traduzido pelo DASP – *Documentos e Documentação*, originalmente publicado nos *Anais do Congresso Internacional de Documentação Universal*, realizado em 1937 (OTLET, 1937, p. 251-258).

Contudo, ainda nos restavam dúvidas a respeito de um pormenor. Se os contatos de Peregrino com Otlet haviam sido interrompidos pela Primeira Guerra (RAYWARD, 1996, p. 158) e se não há indicações de que, terminada a guerra, Peregrino tenha retomado tais contatos, como Otlet e suas obras haviam chegado ao conhecimento do DASP antes mesmo que Ly-
dia tivesse se aproximado mais delas e se empenhado em sua disseminação? Essa questão nos intrigava e julgamos que era importante tentar elucidá-la.

Uma primeira alternativa que nos pareceu promissora foi verificar os exemplares das duas obras de Otlet mencionadas nos textos do DASP para verificar a existência de sinais de propriedade: se as obras tivessem pertencido a alguém antes de entrar para o acervo da Biblioteca do DASP, isso poderia ser um indício de que essa pessoa tivesse promovido sua disseminação. Poderíamos então investigar com mais detalhe a trajetória desta pessoa e situar melhor seu relacionamento com a Documentação. Constatamos, porém, que essas obras não constam mais entre os livros que pertenceram ao acervo do DASP. Aliás, nem há como saber se algum dia elas pertenceram àquele acervo, já que após o cadastramento desses livros em um sistema eletrônico, todas as fichas do antigo catálogo foram descartadas.

Aventando a possibilidade de que Ly-
dia houvesse levado essas obras do acervo do DASP para o acervo do IBBD, tentamos localizá-las em Brasília e no Rio de Janeiro. Embora em Brasília as obras não tenham sido localizadas, a base Minerva, da UFRJ, mencionava a existência de um exemplar de cada – tanto o *Traité* como os *Anais* do Congresso Internacional de Documentação Universal – na Biblioteca da Escola de Comunicação. Interessados em manusear os exemplares, nos dirigimos a esta Biblioteca: o *Traité* encontrava-se desaparecido; os *Anais*, contudo, estavam disponíveis. E como supúnhamos, o contato com o exemplar dos *Anais* nos trouxe surpresas.

Procuramos por brasileiros que tivessem participado do evento. E nos defrontamos com a existência de um delegado oficial do Brasil! Provavelmente era esse o elo perdido!

À página 18 da terceira parte dos *Anais – os Proceedings* – o nome desse congressista e delegado do Brasil era A. H. de Miranda Correa. Recorremos ao *Quem é quem* (QUEM, 1971), na expectativa de encontrar algum bibliotecário ou bibliotecária com tal nome, mas não localizamos ninguém. Contudo, acabamos descobrindo quem era essa pessoa. Em nossas leituras sobre o Estado Novo e suas políticas, havíamos selecionado várias obras interessantes. Em três delas encontramos menção a A. H. de Miranda Correa e à sua missão no Congresso Internacional de Documentação Universal. As obras eram de autoria de Ricardo Antonio Silva Seitenfus (1982), Elizabeth Cancelli (1993) e R. S. Rose (2001).

“[...] Concretamente, a colaboração manifesta-se em vários níveis [...]. A segunda forma de colaboração é a troca de informações e o ‘intercâmbio de experiências’ na luta anticomunista. Neste sentido, o capitão Affonso Henrique de Miranda Correia [sic], chefe do Departamento Especial da Segurança Política e Social do Rio de Janeiro, visita a Alemanha em março de 1937. Muito bem acolhido pelos militares alemães, Miranda Correia [sic] tomará conhecimento dos meios postos em prática para combater a ‘infiltração do comunismo’ nas fileiras do exército alemão. O enviado brasileiro é recebido também pela Gestapo. A Alemanha considera a viagem de Miranda Correia [sic] muito interessante, pois ele ‘está a par da política interna [{brasileira}] e tem ligações com as forças policiais de toda a América Latina³³, podendo ser muito útil na troca de informações e no combate à infiltração judaica no Brasil’, pois Miranda Correia [sic], continua o relatório alemão, ‘traz consigo um fichário sobre a oposição ao nazismo no Brasil’. [...]” (SEITENFUS, 1982, p. 631)

“[...] Como Chefe da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, [o capitão] Affonso Henrique [Miranda Correa] vinha fazendo uma série de contatos secretos para

³³ Citando um artigo de Carlos Manacorda publicado em 1930, Barber, Tripaldi e Pisano afirmam que os membros do Partido Socialista argentino tinham simpatia pelo sistema decimal, por sua orientação internacional, científica e moderna (BARBER, TRIPALDI & PISANO, 2003, p. 96). Talvez tenha sido esta associação entre Documentação e socialismo ou comunismo que atraiu o interesse do Estado Novo pela Documentação.

a polícia de [Filinto] Müller. Em fevereiro de 1937, depois de ter visitado os Estados Unidos, ele partiu secretamente a mando pessoal de Getúlio Vargas, com destino a Paris, sob a alegação de que participaria do Congresso Mundial de Documentação Internacional [sic]. Seu destino real era a Alemanha, onde permaneceu um ano junto à Gestapo em Berlim, acabando por receber, secretamente de Himler, a Ordem de Primeira Classe da Cruz Vermelha. [...]” (CANCELLI, 1993, p. 16-17)

“[...] A Geheime Staatspolizei tinha um acordo verbal secreto com a polícia política brasileira, que se efetivou depois de novembro de 1935, para combater o bolchevismo e outros dogmas considerados perigosos para ambos os regimes. [...]. Os brasileiros também receberam informações sobre suspeitos de comunismo, assim como publicações da extrema-direita, do Bureau Anti-Comintern de Berlim. [...]. A sugestão que [Filinto] Müller deu de que a Gestapo enviasse formalmente especialistas ao Brasil também foi rejeitada pelo Catete. Em vez disso, o chefe do DESPS, Affonso Henrique de Miranda Correa, foi à Alemanha em março de 1937 para estudar em primeira mão os esforços que o Reich fazia para lidar com o comunismo e eliminá-lo. Esteve lá por cerca de doze meses e se reuniu pessoalmente com Heinrich Himler. Quando [...] voltou, suas malas estavam cheias de fotografias e pastas com informações sobre judeus e agentes do Comintern. [...]” (ROSE, 2001, p. 95)

6 – Lydia e o IBBD

Com o fim do Estado Novo, a Fundação Getúlio Vargas, agora sob o comando de Luís Simões Lopes, assumiu a responsabilidade pelo SIC, embora o acervo de fichas tenha continuado nas dependências do DASP. Além disso, o serviço ainda contava com o apoio gráfico da Imprensa Nacional para a impressão das fichas. Nos anos que se seguiram, Lydia dedicou-se principalmente ao SIC e ao ensino de catalogação e classificação no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Como já mencionamos, “cooperação” passou a ser um conceito decisivo na vida profissional de Lydia a partir de 1942. E embora as dificuldades com o SIC se ampliassem, seu entusiasmo não esmorecia.

A defesa de uma permanente cooperação entre bibliotecários e bibliotecas esteve, portanto, cada vez mais presente nos textos de Lydia, chegando mesmo a transformar-se, como dissemos, num princípio a ser defendido e disseminado. O momento máximo desse processo discursivo de convencimento e arregimentação ocorreu em 1951, quando ela preparou o artigo sobre catalogação cooperativa que apresentaria na Conferência da Unesco, que ocorreria naquele ano em São Paulo: *Desenvolvimento das bibliotecas públicas na América Latina*. Publicado em português na *Revista do Serviço Público* dois meses antes da realização do evento,

onde o texto apareceu em espanhol (SAMBAQUY, 1951, 1953), o artigo chama a atenção pelo trabalho firme e eficiente de conscientização ali desenvolvido. Além disso, a leitura deste texto nos permite identificar algumas das principais formulações que orientarão a criação do IBBD dali a três anos e que marcarão presença nos documentos de Lydia depois de 1954.

“[...] O que importa é que as bibliotecas compreendam que, para servir bem, não lhes é necessário conhecer somente que livros possuem, mas também onde se encontra o livro ou a informação que realmente está sendo desejada. [...] É importante que não esqueçam os bibliotecários ou os organizadores de bibliotecas, que estas não mais podem viver isoladas e que a cooperação que derem umas às outras lhes será devolvida muitas vezes multiplicada, em juros elevados. [...]” (SAMBAQUY, 1951, p. 39)

Depois de participar dessa Conferência da Unesco em São Paulo, além de uma defesa mais consistente da cooperação e da integração entre os bibliotecários, o discurso de Lydia começou a incorporar também elementos oriundos das propostas internacionais de trabalho desse órgão. Assim, integrando o Comitê II do evento, que tratou da “ação interamericana necessária para o desenvolvimento das bibliotecas públicas”, ela teve oportunidade de oferecer contribuições, sob a forma de um relatório ao IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, no qual muitas das idéias que farão parte do projeto de criação do IBBD já estão antecipadas. Neste sentido, é importante lembrar que o trabalho que Lydia desenvolvia na Fundação Getúlio Vargas, um órgão que aos poucos ia construindo uma sólida reputação e uma visível centralidade no cenário político, administrativo e também científico brasileiro, criava diversas oportunidades para que ela estivesse em contato com pessoas e instituições potencialmente importantes para as questões biblioteconômicas.

Sobre o período imediatamente anterior à criação do IBBD em 1954, Luiz Antonio Gonçalves da Silva já nos apresentou, em sua dissertação de mestrado, defendida na Uni-

versidade de Brasília em 1987, todos os mínimos detalhes das intrincadas negociações, dos interesses disputados por cada uma das instituições envolvidas – o recém-criado CNPq e a Fundação Getulio Vargas – dos problemas ocorridos entre Lydia e Herbert Coblans, o consultor enviado pela Unesco para coordenar a implantação do centro bibliográfico e, por fim, do resultado favorável alcançado por Simões Lopes em favor do projeto que vinha sendo delineado por Lydia há já alguns anos. Embora muitas outras investigações ainda possam ser conduzidas em torno desta questão, pode-se dizer de imediato que os documentos pessoais de Lydia são claros, autorizando perfeitamente uma conclusão: todo o projeto de criação do IBBD foi traçado por ela, planejado por ela e escrito por ela, inclusive rascunhos de documentos que mais tarde se tornariam oficiais (SILVA, 1987).

Toda esta articulação tem início em 1952, quando por intermédio de Paulo Carneiro, representante do Brasil na Unesco, ela consegue ser indicada, junto com Jannice Montemór, para fazer, às expensas da Unesco e da Fundação Getulio Vargas, uma viagem de quase um ano pelas principais bibliotecas e centros de informação da Europa e dos Estados Unidos. Essa viagem é decisiva para a melhor definição de suas idéias em torno da cooperação e da estrutura que um órgão nacional dedicado ao trabalho bibliográfico deveria ter para impulsionar as atividades científicas e tecnológicas no Brasil. Ela retoma um conceito já exposto em 1943, numa palestra proferida na Biblioteca do DASP:

“[...] Para isso as bibliotecas devem, em primeiro lugar, procurar encontrar, para poderem oferecer aos interessados, todo o material bibliográfico que, de qualquer modo, tiver valor para os trabalhos diretamente relacionados à mobilização econômica. Em segundo lugar, elas devem esforçar-se, tanto quanto possível, para despertar o interesse pela leitura desse material. [...]” (SAMBAQUY, 1943)

A idéia de um órgão centralizador, que capitalizasse recursos bibliográficos para uso de toda a comunidade científica sairá vencedora de todos os embates, embora bem mais

tarde ela acabe por trazer uma série de problemas para Lygia e para seus assessores. É que o cenário promissor que se estabeleceu no início da década de 1950 durou pouco e mesmo antes de surgirem problemas de natureza política, os problemas financeiros já se faziam notar. No início da década de 1960, Lygia tinha bastante dificuldade em obter as verbas necessárias à manutenção das inúmeras de coleções de periódicos correntes que o IBBD assinava, mas ainda acalentava a idéia de transformar a Biblioteca do IBBD na

Figura 2
Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia



A biblioteca do IBBD em 1962

“[...] [R]eúne, atualmente, uma das mais importantes coleções de referência bibliográfica e [...] deverá ser transformada, em breve, na Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia”.

Fonte: BRASIL, 1962, p. 59.

Os anos de 1963 e 1964, porém serão decisivos para que Lygia reveja seus conceitos. Seus ideais se tornarão pouco sustentáveis. E questões políticas virão agravar o quadro.

Dissemos anteriormente que o IBBD instituiu um novo regime de informação no Brasil (FROHMANN, 1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003). Esta afirmativa decorre não somente das novas práticas e posturas que o órgão adotou e disseminou entre bibliotecários e pesquisadores brasileiros, mas principalmente da força das novas construções teóricas que começaram a ser utilizadas no contexto do órgão. Parecia difícil enfrentar a estruturação de um órgão como o IBBD apenas na posse de um par de conceitos biblioteconômicos. A assembléia de fatores intervenientes era imensa e cada item demandava uma parcela própria de atenção. Equipamentos, coleções, políticas, orçamentos, reuniões, funcionários, pesquisadores e toda uma extensa gama de agentes exigia decisões imediatas e eficientes. Não que Lydia não estivesse preparada para isso, tanto emocionalmente quanto profissionalmente. Ao contrário, se havia uma pessoa que podia fazê-lo era Lydia.

Mas era preciso articular também um discurso em que todos esses novos atores estivessem compostos e organizados de forma eficiente e conseqüente. Além de trabalhar e produzir com afinco para erguer uma instituição que todos respeitassem, era necessário construir e manter uma imagem pública que fizesse jus a todo aquele esforço. Entre 1955 e 1956 muitas iniciativas nessa direção começaram a ser realizadas. Uma das primeiras foi a criação dos cursos de pesquisa bibliográfica. Nesses cursos, direcionados principalmente à comunidade de bibliotecários brasileiros, muitas inovações foram postas em prática. Uma das mais notáveis foi a idéia – sem dúvida originária de uma visão mais internacional da Biblioteconomia – de permitir que interessados que não fossem bibliotecários se matriculassem nos cursos.

Independente dos efeitos concretos dessa política – que infelizmente ainda não atraíu o interesse de nenhum pesquisador da Ciência da Informação – sobre os bibliotecários e sobre os pesquisadores que eventualmente tenham participado desses cursos, uma controvérsia assinalou, desde logo, uma espécie de desavença entre Lydia e a mentalidade que ela cultivava no IBBD e a “pura” Biblioteconomia de que era representante, por exemplo, Laura Garcia Mo-

reno Russo. Laura Russo, que mesmo antes da regulamentação da profissão já defendia uma posição que mais tarde iríamos chamar de corporativista (SOUZA, 1990), era frontalmente contra a admissão de alunos que não fossem bibliotecários. Apesar das discussões entre elas, que nos foram relatadas por alguns de nossos entrevistados, Lydia nunca abriu mão desse princípio, definindo assim uma distância entre aquela prática profissional que se exercia no IBBD e a prática da Biblioteconomia, entendida de forma restrita e típica como as atividades conduzidas em bibliotecas. Este foi um dos primeiros princípios do novo regime posto em ação pelo IBBD enquanto dispositivo de articulação de forças que operava nesse cenário.

Os cursos de pesquisa bibliográfica, assim como antes já haviam sido os cursos preparatórios de bibliotecários do DASP e o próprio SIC, exerceram uma influência decisiva na propagação desse novo modelo proposto para a área da Biblioteconomia. Hagar Espanha Gomes, em artigo publicado na década de 1970, ressaltava a situação precária da formação de recursos humanos para a área em meados da década de 1950 e assinalava o diferencial oferecido pelos cursos do IBBD aos candidatos:

“[...] O Curso de Bibliografia Especializada [...], apesar do nome, incluía em seu currículo outros tópicos que não eram ministrados nas escolas de graduação, como a própria bibliografia especializada, normalização da documentação, mecanização de serviços técnicos, etc. Todas essas matérias foram incluídas posteriormente nos programas das escolas, com nomes diversos. [...]” (GOMES & ZAHER, 1972b, p. 315-316)³⁴

Não era mais, portanto, uma ‘pura’ Biblioteconomia que se praticava e que disseminava nos cursos do IBBD. O que se observa é que o IBBD havia conseguido implantar, em seu novo regime, posturas e mentalidades que estavam “contaminadas” por um outro conceito: a Documentação. Como vimos anteriormente, a Biblioteconomia ainda não havia se ajustado,

³⁴ Cf. também GOMES, 1978 e LEMOS, 1972.

no Brasil, às questões postas desde 1930 pela Documentação de Paul Otlet. No resto do mundo, ao contrário, essas questões já estavam em pauta há pelo menos uma década, como atestam, por exemplo, os artigos sobre esse tema escritos por Jesse Shera, um dos principais divulgadores da Documentação nos Estados Unidos e no mundo (SHERA, 1944, 1952, 1956, 1957; SHERA & EGAN, 1961, 1965).

Quando da vinda de Shera ao Brasil, a convite do IBBD – um convite realizado muito a propósito – para ministrar uma disciplina no curso de pesquisa bibliográfica, Washington Moura, bibliotecário da Câmara dos Deputados, publicou um artigo no *Boletim Informativo do IBBD* em que comentava a chegada do americano e produzia um testemunho inequívoco dos grandes dilemas trazidos pela Documentação aos bibliotecários brasileiros:

“[...] Tratemos, portanto, de perguntar ao professor Shera como nós, bibliotecários, seremos suficientes para exercer o cargo na documentação. Ele poderá sugerir-nos a maneira de realizar uma catalogação menos inibida, sem fazer do seu código um cavalo de batalha, pois, bem a propósito, Dr. Shera entrou na profissão como catalogador. Aproveitaríamos também para, em seminário, considerar, a par de tantos outros problemas difíceis, o preparo econômico de nossas bibliografias, a conveniência da adoção generalizada da Classificação Decimal Universal, primeiro passo para algumas de nossas inadiáveis questões abertas. O professor Shera deverá, afinal, ajudar-nos a discernir o sentido exato de todas as mudanças em perspectiva na documentação. [...]” (MOURA, 1957, p. 168)

A construção de um novo arcabouço teórico que desse conta da nova ordem de práticas e posturas introduzidas pelo IBBD começou a ser elaborada em torno de 1956, quando Lydia, Edson Nery da Fonseca e outros profissionais que trabalhavam no IBBD entraram em contato com as idéias da FID e da Documentação, provavelmente por intermédio da Unesco ou da IFLA. Mas seria necessário proceder a uma apropriação nacional daqueles conceitos e da

queles discursos. Isso foi feito com a colaboração de um bibliotecário da Biblioteca Nacional, Octavio Calazans Rodrigues (SAMBAQUY, 1956a).

Levados a um corpo-a-corpo com a Documentação, Lydia, Nery e outros foram informados por Octavio Rodrigues sobre as aventuras de Manuel Cicero Peregrino da Silva no reino da Documentação no início do século. A oportunidade de operar um “resgate” era sem dúvida muito mais excitante, interessante e promissora do que a criação *ex nihilo* de toda uma estrutura teórico-discursiva. Produzem-se, apresentam-se em congressos³⁵ e publicam-se então vários artigos sobre o tema (SAMBAQUY, 1956a, 1956b; FONSECA, 1957; DIAS, 1958, entre outros). A Associação Brasileira de Bibliotecários, com sede no Rio de Janeiro, de que todos esses profissionais eram membros, também se articula e, a propósito de um concurso para bibliotecário e “documentarista”³⁶ aberto pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização, promove um curso especial de preparação cuja apostila recebeu o título de *Temas de Documentação* (ASSOCIAÇÃO, 1958). A apostila contém textos de Fonseca, Irene de Menezes Dória, Laura Figueiredo, Laís da Boa Morte e outros, a maioria funcionários do IBBD.

A articulação entre Biblioteconomia e Documentação foi executada tão convenientemente que, anos mais tarde, tanto Edson Nery (FONSECA, 1992), quanto Antonio Briquet de Lemos, afirmariam que no Brasil, “a cisão entre bibliotecários e documentalistas que se observou em outros países” não se verificou (LEMOS, 1972, p. 13). No restante do mundo, porém, esta era uma questão pungente, como atestava Lasso de La Vega:

“[...] A explosão da literatura técnica e científica a que assistimos deu origem a uma profissão nova, a de documentalista [...]. O homem de ciência, o erudito e o técnico não acham hoje no bibliotecário a solução para o mais importante de seus problemas: a documentação. [...]” (LASSO DE LA VEGA, 1969, p. 107 -108)

³⁵ Os congressos da área surgem também nesse período e poderiam, por si sós, ser temas de interessantes pesquisas sobre a configuração desse novo regime de informação.

³⁶ Acreditamos que o uso deste termo neste caso deva-se à influência dos Serviços de Documentação que vigoravam no serviço público federal e não, ainda, à influência do IBBD.

É evidente, por outro lado, que o híbrido entre Biblioteconomia e Documentação proposto pelo IBBD não foi uma iniciativa aleatória. Assim como mais tarde a Ciência da Informação (PINHEIRO, 2004) seria oferecida como solução para fazer face às novas problemáticas da década de 1970, a composição Biblioteconomia/Documentação produzida pelo IBBD respondia a orientações internacionais, postuladas principalmente pela ação da FID. A comunidade nacional de bibliotecários, por sua vez, que ainda não possuía espaços apropriados para a produção independente de conhecimentos, respondeu agradecida, incorporando ‘aos seus currículos o ensino da Documentação, sem que houvesse protestos relevantes’ (LEMOS, 1972, p. 13). Quando porém a Biblioteconomia brasileira tentou promover a definitiva anexação da Documentação ao seu domínio na década de 1980, esta pretensão lhe foi oficialmente negada:

“[...] Parece assim ao Relator desnecessário que os bibliotecários sejam explicitamente chamados de documentalistas, uma vez que isto já está expressamente incluído no campo de sua profissão. E ainda porque parece conveniente eludir uma possível perplexidade, que poderia nascer de uma terminologia inovada: Bibliotecário e Documentalista, uma vez que a primeira profissão inclui a segunda, mas a recíproca não é, forçosamente, verdadeira. [...]” (NOVA, 1983, p. 140)³⁷

Outra importante alteração operada pelo regime de informação criado no IBBD foi a participação da área em eventos de natureza propriamente científica. Os pesquisadores do órgão, associados à SBPC, criaram por exemplo os Simpósios de Bibliografia, onde apresentaram comunicações de grande valor em termos de produzir interseções entre a Documentação e a comunidade científica nacional. Muitos dos produtos e iniciativas do IBBD decorreram desse intercâmbio com os cientistas brasileiros. A participação de bibliotecários na ABNT também ocorreu nesse período. Criado o Comitê de Documentação, muitos dos bibliotecários do IBBD,

³⁷ Este pleito se assemelha bastante ao que, já no final dos anos 1990, a Biblioteconomia brasileira colocava em pauta com a revisão da lei de regulamentação da profissão e a assinatura da Lei nº 9.674 (BRASIL, 2004a): a incorporação da ‘informação registrada’, que lhe foi integralmente negada pelos vetos presidenciais (BRASIL, 2004b).

dele participaram, encarregando-se de desenvolver, ao lado de colegas paulistas, principalmente, as primeiras versões das normas de bibliográficas que até hoje utilizamos.

Contudo, o fato de maior relevo na configuração desse novo regime de forças parece ter sido a transformação por ele operada na definição do conjunto de serviços e de práticas que, doravante, estaria incluído no domínio dessa Biblioteconomia articulada à Documentação. Para fazer um paralelo talvez um pouco ousado, mas que parece cabível, diríamos que deixando um pouco de lado as utopias otletianas, perceberemos que Paul Otlet não apenas compreendeu a centralidade e a importância do fenômeno da Documentação e da informação para a sociedade, a cultura e a ciência: ele o fabricou. Ele o colocou em pauta e o definiu, com palavras e ações. De certa forma, o IBBD procedeu de maneira semelhante durante os seus primeiros dez anos de existência: fabricando seus instrumentos, seus conceitos, suas regras, suas práticas, seus discursos.

Como dissemos na Introdução, parece-nos que o conjunto de práticas não apenas pleiteadas, mas efetivamente executadas pelo IBBD nesse período não pertenciam mais, exclusivamente ao domínio da Biblioteconomia. Esse conjunto de atividades exercidas no IBBD materializava um domínio diferente, uma composição híbrida entre Biblioteconomia e Documentação para o qual, contudo, ainda não havia uma designação mais apropriada. Ou melhor, uma designação mais apropriada ainda não era internacionalmente reconhecida. Neste sentido, o regime de informação instituído com a criação do IBBD parece sugerir já a possibilidade de que um trabalho propriamente informacional – tal como descrito por Farradane e por seus contemporâneos (FARRADANE, 1955, 1970, 1971; EVANS & FARRADANE, 1959; ALLIBONE, 2002; DYSON & FARRADANE, 2002) viesse a se estabelecer.

Não nos referimos aqui às distinções pleiteadas por Farradane quanto à formação necessariamente científica do “information officer”, do “information specialist” ou do “information scientist”, que ele concebia como verdadeiros pesquisadores: químicos, geólogos ou

biólogos. Mencionamos, exclusivamente, as práticas enumeradas por Farradane como competências específicas desses novos profissionais. O programa do curso de treinamento desenvolvido por Farradane em 1958 incluía:

- Comunicações humanas
- Técnicas de investigação
- Fontes de informação
- Catalogação, indexação e classificação
- Apresentação da informação
- Administração
- Reprodução documentária
- Leis de direito autoral” (EVANS & FARRADANE, 1959, p. 1492)

“[...] Uma das funções do oficial de informação é a responsabilidade pela reunião, organização e circulação da informação requerida pelo estabelecimento. [...] Ele é responsável por garantir que o trabalho do grupo de pesquisa seja apropriadamente registrado e publicado [...]. Ele tem responsabilidade pela seleção crítica e pré-análise do material requerido pelo grupo de pesquisa [...]. Suas respostas a uma consulta frequentemente irão além daquelas de um bibliotecário de referência [...]. Ele deve preparar análises da informação disponível de modo essencialmente completo, acurado e atualizado [...]. À primeira vista haveria um amplo espaço comum entre o treinamento de um bibliotecário e o de um técnico em informação técnica [...].” (EVANS & FARRADANE, 1959, p. 1489-1490)

À primeira vista, diríamos nós, as qualificações e o programa propostos por Farradane para o seu “information officer” englobavam tudo aquilo que os bibliotecários do IBBD estavam acostumados a realizar no seu cotidiano profissional: a pesquisa, a geração da informação, a produção de repertórios secundários, sua reprodução, disseminação e distribuição.

Embora concordemos que essa breve análise é insuficiente para a comprovação afirmativa dessa proximidade entre as práticas do IBBD e o universo do trabalho informacional, esperamos que ao menos ela coloque a possibilidade dessa tangência de sentido na agenda dos pesquisadores da área, que poderão aprofundá-la com maior rigor em trabalhos futuros.

Quando Lydía foi levada a deixar a presidência do IBBD no final de 1965, por força da pressão de que vinha sendo alvo depois da cassação dos direitos políticos de seu marido, Julio de Furquim Sambaquy, o projeto do IBBD prosseguiu, sob as mãos de outras bibliotecárias. Celia Ribeiro Zaher e Hagar Espanha Gomes, ex-companheiras, deram ao IBBD os novos e promissores rumos de uma Ciência da Informação.

“[...] Despedimo-nos, hoje, da direção do IBBD com muita saudade, mas convencidos da necessidade, que periodicamente se impõe à administração, da renovação e rejuvenescimento dos seus quadros dirigentes. [...] Temos inteira confiança nos destinos do IBBD e na capacidade de trabalho de seus funcionários. É com grande satisfação que fazemos, hoje, essa profissão de fé. Se nos permitimos falar assim é porque consideramos o Instituto um pouco como um filho bem amado, em quem pomos toda a nossa esperança³⁸ no que se refere aos trabalhos de documentação científica em nosso país. De repente, o filho ficou adulto e está exigindo autonomia e capacidade de ação. [...] Temos a sã consciência de haveremos servido o Instituto com dedicação, com amor, entusiasmo, patriotismo. Por isso mesmo e não por qualquer outro motivo, procuramos ter a indispensável coragem e energia para renunciar a esse trabalho, que nos seduzia, nos cativava, para prestar-lhe mais um serviço [...]. Quando compreendi que o IBBD estava a exigir providências urgentes para as quais me faltavam soluções adequadas, fui obrigada, pelo bem deste Instituto e de seu pessoal, a afastar-me, por maior que fosse o sacrifício. [...]” (SAMBAQUY, 1965)

³⁸ Sublinhado no original.

7 – Conclusão

Desde o primeiro momento posicionamos esta pesquisa no contexto de uma historicidade da Ciência da Informação. Enquanto um projeto de resgate, ele procurava responder a demandas em torno de fatos e pessoas específicas que em épocas anteriores desenvolveram ações que acreditamos pertinentes ao campo. Nesse sentido, parece-nos que ele cumpriu seus objetivos, levantando informações até aqui desconhecidas sobre determinados pontos. Contudo, parece-nos que ele pode também ter ido um pouco além e colocado na pauta das preocupações e das estratégias da área o panorama histórico.

Não, porém, uma história exclusivamente normativa, que define uma cronologia e uma lista de eventos habilitados à memória. Acreditamos que o recurso ao passado deve ser enriquecedor, postulando muitas perguntas e poucas respostas. Porque como dizia Valéry, em 1932, a um grupo de estudantes:

“[...] Se se abstrai da história esse elemento de tempo vivo, vemos que sua própria substância, a história... *pura*, aquela que só estará composta de *fatos*, desses fatos incontestáveis de que lhes falo, seria completamente insignificante, já que, por si mesmos, os fatos não têm sentido. Frequentemente dizem a vocês: *Isto é um fato. Renda-se aos fa-*

tos. Quer dizer: *creiam*. Creiam, pois aqui o homem não interferiu e são as próprias coisas que falam. *É um fato*. Sim, mas o que fazer com um *fato*? [...]. Em história, como em qualquer outra matéria, o que é positivo é ambíguo. O que é real se presta a uma infinidade de interpretações. [...]” (VALÉRY, 2001, p. 106, grifo do original)

Não foi nosso desejo nem nossa intenção contar uma história. Nossa preocupação maior nesta pesquisa foi levantar problemas. Problemas que, quando melhor estudados, trarão um entendimento melhor do presente. Para isso, procuramos construir uma linguagem reflexiva, onde o percurso e a metodologia do pesquisador ficassem a todo o momento expostos ao escrutínio do leitor. Uma metalinguagem (LATOURET, 1988).

Também apontamos alguns caminhos possíveis de serem tomados a partir daqui. As pesquisas desenvolvidas por Bernd Frohmann em torno das práticas documentárias (FROHMANN, 2004), as pesquisas sobre a relação entre os princípios da Documentação e as instituições científicas, conduzidas pelo grupo de Guillermo Olagüe de Ros e Alfredo Menéndez Navarro (OLAGÜE DE ROS, MENÉNDEZ NAVARRO & ASTRAIN GALLART, 1998) e algumas pesquisas brasileiras realizadas por historiadores como Lilia Moritz Schwarcz (2002).

Sobremaneira importante nos parece a conclusão de que a criação do IBBD não representou um ponto de partida. Ao contrário, a criação do IBBD concluiu um processo, mesmo que tenha dado início a vários outros. Talvez esta seja uma idéia importante para a Ciência da Informação.

Para algumas pessoas, como Lydia, o IBBD foi o ponto culminante de uma vida que ainda prosseguiu ativa por muitos anos e que prossegue ainda, junto à sua família. Sua contribuição à Biblioteconomia brasileira não deveria ser esquecida. E talvez, neste ponto, esta pesquisa, cumpra sua verdadeira missão.

8 – Bibliografia Consultada

A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, setembro 1980, Rio de Janeiro. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. 728p. (Coleção Temas Brasileiros, 54).

ASTRAIN GALLART, Mikel; OLAGÜE DE ROS, Guillermo; MENÉNDEZ NAVARRO, Alfredo. Ciencia y documentación científica en la periferia: la Royal Society y la creación de la Oficina Bibliográfica mexicana (1895-1929). *Asclepio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, v. 53, n. 1, p. 295-312, 2001.

BARBER, Elsa E.; TRIPALDI, Nicolás M.; PISANO, Silvia L. Facts, approaches and reflections on classification in the history of Argentine librarianship. In: JOACHIM, Martin D. (ed.). *Historical aspects of cataloging and classification*. New York: Haworth, 2003. 606p. p. 79-105.

BARNES, Barry, BLOOR, David, HENRY, John. *Scientific knowledge: a sociological analysis*. Chicago: University of Chicago, 1996.

BLAKE, Virgil L. P. Forging the anglo-american cataloging alliance: descriptive cataloging, 1830-1908. In: JOACHIM, Martin D. (ed.). *Historical aspects of cataloging and classification*. New York: Haworth, 2003. 606p. p. 3-22.

BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. 204p.

BOWKER, Geoffrey C.; STAR, Susan Leigh. *How things (actor-net)work*: classification, magic and the ubiquity of standards. Urbana-Champaign, 1996. Disponível em <http://epl.scu.edu:16080/~gbowker/>. Acessado em 02.11.2004.

BOWKER, Geoffrey C.; STAR, Susan Leigh. *Sorting things out*: classification and its consequences. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1999. 380p.

BRANDÃO, Marisa. Da arte do ofício à ciência da indústria: a conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da educação profissional. *Boletim Técnico do Senac*, v. 25, n. 3, set./dez. 1999. Disponível em <http://www.senac.br/informativo/BTS/253/boltec253b.htm>. Acessado em 04.09.2004.

BRASIL. *Lei nº 9.674*, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19674.htm. Acessado em 22.04.2004a.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Mensagem de Veto nº 749*, de 25 de junho de 1998. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/1998/Mv0749-98.htm. Acessado em 22.04.2004b.

CAIADO, Beatriz Coelho. *A informação agrícola na época de Getúlio Vargas*: o Serviço de Informação Agrícola. Brasília, 1995. 137f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1995.

CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso*: as origens da república corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. 280p.

CANCELLI, Elizabeth. De uma sociedade policiada a um Estado policial: o circuito de informações das polícias nos anos 30. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 36, 1993. 34p. Disponível em <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1993/131.pdf>. Acessado em 29.09.2004.

CARPENTER, Michael. The original 73 rules of the British Museum: a preliminary analysis. In: JOACHIM, Martin D. (ed.). *Historical aspects of cataloging and classification*. New York: Haworth, 2003. 606p. p. 23-36.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional*: 1807 a 1990. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. 224p.

CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*: introdução à filosofia da cultura humana. 2. tir. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 392p.

CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000. 288p.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil ; Lisboa: Difel, 1990. Capítulo III: Formação social e 'habitus': uma leitura de Norbert Elias, p. 91-119.

CHILDE, V. Gordon. *A evolução cultural do homem*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koo- gan, 1981. 232p.

CRONIN, Blaise. Cutting the gordian knot. *Information Processing & Management*, v. 31, n. 6, p. 897-902, 1995.

CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez; Autores As- sociados, 1981. 176p.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In: FAUSTO, Boris (org. período republicano). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983. Tomo III: O Brasil republicano. Vol. 3: Sociedade e política (1930-1964). 608p. p. 77-120.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *The printing press as an agent of change*. Cambridge: Univer- sity Press, 1994. 794p.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Parte I: A sociedade dos indivíduos, p. 11-60.

ESCOBAR, Antonius Jack Vargas. *Política e poder: reflexões sobre os anos 20*. Rio de Janei- ro: Diadorim, 1996. 116p.

FAUSTO, Boris. A revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em perspec- tiva*. 5. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. 368p. p. 227-255.

FERREIRA, José Rincon et al. Redes nacionais de informação, catalogação na fonte e outras experiências. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 12, n. 1- 2, p. 67-88, jan./jun. 1979.

FONSECA, Edson Nery da. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janei- ro: Tempo Brasileiro, 1979a. 116p.

FONSECA, Edson Nery da. A classificação decimal universal no Brasil. In: BRADFORD, S. C. *Documentação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 296p. p. 269-278.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957.

FONSECA, Edson Nery da. Documentação: origem, histórico, objetivos. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECÁRIOS. Departamento Técnico. *Temas de documentação*. Rio de Janeiro, 1958. 55f. [Não-paginado]. 3f.

FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 1992. 156p.

FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 108, n. 1, p. 37-52, jan./abr. 1973.

FONSECA, Edson Nery da. *Ramiz Galvão*: bibliotecário e bibliógrafo. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1963. 46p. Disponível em <http://www.conexaorio.com/bit/ramiz/index.htm>. Acessado em 20.01.2002.

FOSKETT, Douglas J. Informática. In: GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980a. 106p. p. 8-51. [Originalmente publicado em 1970].

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 240p.

FOUCAULT, Michel et al. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971. 240p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 296p.

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 57-81, jan./mar. 1972.

FROHMANN, Bernd. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p. 387-407, winter 2004.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE/ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23., 1995, Edmonton. *Electronic proceedings...* 14p. Disponível em <http://www.cais-acsi.ca/1995proceedings.htm> ou em <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>. Acessado em 20.11.2004.

GARCÍA VALENZUELA, Hortensia. Una aportación teórica a la evolución del concepto, término y definición de biblioteconomía. *Revista General de Información y Documentación*, Madrid, v. 8, n. 1, p. 111-139, 1998. Disponível em <http://revistas.sim.ucm.es:2004/byd/11321873/RGID.pdf>. Acessado em 15.07.2003.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Conferências do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação: “de volta para o futuro”. *Informação & Sociedade: estudos*, v. 12, n. 1, 2002. 16p. Disponível em <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/issuev12n102.html>. Acessado em 23.03.2003.

GOLDMAN, Alvin I. Social epistemology. In: STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/epistemology-social/>. Acessado em 05.07.2001.

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio...: os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

GOMES, Angela de Castro (org.). *O ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. 276p.

GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. 106p.

GOMES, Hagar Espanha. *O pensamento de Paul Otlet e os princípios do UNISIST*. Niterói, 1975. 67 p. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Documentação, Universidade Federal Fluminense, 1975.

GOMES, Hagar Espanha; ZAHER, Celia Ribeiro. A ciência da informação e suas implicações na formação de recursos humanos. In: CONGRESSO REGIONAL SOBRE DOCUMENTAÇÃO, 3.; REUNIÃO DA FID/CLA, 11., 1971, Lima, Peru. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972a. 492p. p. 422-433.

GOMES, Hagar Espanha; ZAHER, Celia Ribeiro. A experiência do IBBD na preparação de cientistas da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, 1., México, 1972. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972b. p. 315-323.

GOMES, Hagar Espanha. Problemas de recursos humanos. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1., 1975, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1978. 2v. Vol. 1, p. 47-50.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, María Nélica. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, María Nélica. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2002a. 266p. p. 25-47.

GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa : 70, 1987. 224p.

GOODY, Jack. *Domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa : Presença, 1988. 192p.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998. 192p.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 506p.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado : leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas*. 1. reimp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, p. 199-231.

JAGUARIBE, Helio. Prefácio: o segundo governo Vargas. In: CRUZ, Adelina Maria Alves Novaes e et al. (org.). *Impasse na democracia brasileira, 1951-1955: coletânea de documentos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983. 480p. p. v-xxi.

JOACHIM, Martin D. (ed.). *Historical aspects of cataloging and classification*. New York: Haworth, 2003. 606p.

JORGE, Maria Manuel Araújo. *Biologia, informação e conhecimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

KNORR-CETINA, Karin D. *The manufacture of knowledge: an essay on the constructivist and contextual nature of science*. Oxford : Pergamon, 1981.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida em laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. 312p.

LATOUR, Bruno. A prologue in form of a dialog between a student and his (somewhat) socratic professor. In: AVGEROU, Chrisanthi; CIBORRA, Claudio; LAND, Frank F. (ed.). *The social study of information and communication technology: innovation, actors and contexts*. Oxford: Oxford University, 2004. 306p. p. 62-76. Disponível em <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/090.html>. Acessado em 04.06.2004.

LATOUR, Bruno. Ces réseaux que la raison ignore: laboratoires, bibliothèques, collections. In: JACOB, Christian; BARATIN, Marc (dir.). *Le pouvoir des bibliothèques: la memoire des livres en Occident*. Paris: Albin Michel, 1996. 338p. p. 23-46.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000. 440p.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: 34, 1994. 152p.

LATOUR, Bruno. *La clef de Berlin: et autres leçons de sociologie des sciences*. Paris: La Découverte, 1993. 256p.

LATOUR, Bruno. Pragmatogonies: a mythical account of how humans and nonhumans swap properties. *American Behavioral Scientist*, v. 37, n. 6, p. 791-808, 1994.

LATOUR, Bruno. The politics of explanation: an alternative. In: WOOLGAR, Steve (ed.). *Knowledge and reflexivity: new frontiers in the sociology of knowledge*. London: Sage, 1988. 216p. p. 155-176.

LEMOS, Antonio A. Briquet de. On the feasibility of processing centers in Brazil. In: IFLA/ UNESCO PRE-SEASON SEMINAR FOR LIBRARIANS FROM DEVELOPING COUNTRIES, 1977, Antwerp. *Proceedings...* Munchen: K. G. Saur, 1979. p. 99-104.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 280p.

LEROI-GOURHAN, André. *Evolução e técnicas*. Lisboa: Setenta, 1984. 2v.

LEROI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra*. Lisboa: Setenta, 1990. 2v.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro : 34, 1993. 208p.

LIMA, Nísia Trindade. Valores sociais e atividades científicas : um retorno à agenda de Robert Merton. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas*. 1. reimp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, p. 151-73.

LÖWY, Ilana. Fleck e a historiografia recente da pesquisa biomédica. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas*. 1. reimp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, p. 233-49.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002. 200p.

MENÉNDEZ NAVARRO, Alfredo; OLAGÜE DE ROS, Guillermo; ASTRAIN GALLART, Mikel. Ciencia, positivismo e identidad nacional en el Cono Sur: la participación argentina en los proyectos documentales contemporáneos (1895-1928). *Hispania*, v. 62, n. 1, p. 221-258, 2002.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2001. 436p.

MIRANDA, Antonio. A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Universidade federal da Paraíba, 2002. 266p. p. 9-24.

MULKAY, Michael. Sociologia da ciência. In: OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 743-4.

MURRA, Katherine O. History of some attempts to organize bibliography internationally. SHE-RA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. (ed.). *Bibliographic organization: papers presented before the 15th Annual Conference of the Graduate Library School, July 24-29, 1950*. Chicago: University of Chicago, 1951. 276p. p. 24-53.

ODDONE, Nanci. *A ciência da informação no Brasil, 1954-2000: as práticas, os discursos e o movimento das redes sociotécnicas na disputa pela estabilidade de uma disciplina científica emergente*. Rio de Janeiro, 2001. 48f. Projeto de pesquisa (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ensino e Pesquisa, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

OLAGÜE DE ROS, Guillermo; MENÉNDEZ NAVARRO, Alfredo; ASTRAIN GALLART, Mikel. Internacionalismo científico y Latinoamérica: la participación de Chile en los proyectos documentales europeos contemporáneos. *Cronos – Revista Valenciana de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, v. 1, n. 1, p. 85-112, 1998.

OLAGÜE DE ROS, Guillermo; MENÉNDEZ NAVARRO, Alfredo; ASTRAIN GALLART, Mikel. La participación de Leonardo Torres Quevedo en el proyecto de creación de un Instituto Latinoamericano de Documentación e Información Científicas: la Unión Internacional de Bibliografía y Tecnología Científicas (1910). In: GONZÁLEZ DE POSADA, F.; ALONSO JUARISTI, P.; GONZÁLEZ REDONDO, A. (ed.). SIMPOSIO LEONARDO TORRES QUEVEDO: su vida, su tiempo, su obra, 1991, Cantabria. *Actas...* Madrid: Amigos de la Cultura Científica, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *As raízes da ordem*: os intelectuais, a cultura e o estado. In: A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, setembro 1980, Rio de Janeiro. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. 728p. (Coleção Temas Brasileiros, 54). p. 505-526.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Cultura urbana no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Rio de Janeiro*: uma cidade na história. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000. 192p. p. 139-149.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; GOMES, Angela de Castro; VELLOSO, Monica Pimenta (org.). *Estado Novo*: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 168p.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Prefácio que esclarece o leitor a propósito do sonho de Otlet [...]. In: PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (org.). *O sonho de Otlet*: aventura em tecnologia da informação e comunicação. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2000. xxiv, 292p. p. vii-xxiv.

PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. 184p.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *A ciência da informação entre sombra e luz*: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro, 1997. 280p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da ciência da informação: os sinais enunciativos da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da ciência da informação*: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2002. 266p. p. 87-99.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro, LOUREIRO, J. Mauro Matheus. Políticas públicas de C&T, ICT e de pós-graduação e o surgimento da ciência da informação no Brasil. CIFORM – ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. *Anais eletrônicos...* 21p. Disponível em http://www.cinform.ufba.br/v_anais/frames.html. Acessado em 15.05.2004.

PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura*: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. 152p.

RAYWARD, W. Boyd. *El universo de la información*: la obra de Paul Otlet sobre documentación y organización internacional. Madrid: Mundarnau, 1996. 578p.

RAYWARD, W. Boyd. Knowledge organization and a new world polity: the rise and fall and rise of the ideas of Paul Otlet. *Transnational Associations*, n. 1-2, p. 4-15, 2003.

RAYWARD, W. Boyd. Restructuring and mobilizing information in documents: a historical perspective. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (ed.). *Conceptions of library and information science*: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992. 316p. [Proceedings of the international conference held for the celebration of 20th anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, 26-28 august 1991]. p. 50-68.

RAYWARD, W. Boyd. Some schemes for restructuring and mobilizing information in documents: a historical perspective. *Information Processing & Management*, v. 30, n. 2, p. 163-175, 1994.

REIS, Elisa Maria Pereira. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, jan./jun. 1988. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Acessado em 07.07.2002.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas*: Getulio Vargas e controle social no Brasil, 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 344p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 558p.

SCHWARTZMAN, Simon. A abertura política e a dignificação da função pública. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 41, vol. 112, n. 2, p. 43-58, abr./jun. 1984. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/publicac.htm>. Acessado em 03.05.2002.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo*: um auto-retrato. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. 620p. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/publicac.htm>. Acessado em 03.05.2002.

SCHWARTZMAN, Simon. *O intelectual e o poder*: a carreira política de Gustavo Capanema. In: A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, setembro 1980, Rio de Janeiro. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. 728p. (Coleção Temas Brasileiros, 54). p. 365-397.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Paz e Terra, 2000. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/publicac.htm>. Acessado em 03.05.2002.

SEALOCK, Richard B.; LEHNUS, Donald J. Evolución de la internacionalización del Sistema Decimal de Clasificación de Dewey. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979. 2v. Vol. 1, p. 10-19.

SEGAL, Jérôme. *Théorie de l' information sciences, techniques et société de la seconde guerre mondiale à l' aube du XXIesiècle*. Lyon, 1998. Thèse (Doctorat d' Histoire des Sciences et des Techniques) – Faculté d' Histoire, Université Lyon II, 1998Disponível em <http://www.mpg-berlin.mpg.de/staff/segal/thesis/thesehtm/home.htm>. Acessado em 20.10.2000.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. *O difícil aprendizado do nacionalismo: as relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942*. In: A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, setembro 1980, Rio de Janeiro. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. 728p. (Coleção Temas Brasileiros, 54). p. 623-643.

SHAPIRO, Fred R. Coinage of the term *Information Science*. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 5, p. 384-385, 1995.

SHERA, Jesse H. Research and developments in documentation. *Library Trends*, v. 6, n. 2, p. 187-206, 1957.

SHERA, Jesse H. Special librarianship and documentation. *Library Trends*, v. 1, n. 2, p. 189-199, oct. 1952.

SHERA, Jesse H. Special library objectives and their relation to administration. *Special libraries*, v. 35, n. 3, p. 91-94, mar. 1944. Disponível em <http://www.sla.org/content/shop/speclibs.cfm>. Acessado em 30.10.2004.

SHERA, Jesse H. *The foundations of education for librarianship*. New York: Wiley-Becker and Hayes, 1972. 312p.

SHERA, Jesse H. The training of the chemical librarian: a challenge and an opportunity. *Special libraries*, v. 47, n. 1, p. 8-16, jan. 1956. Disponível em <http://www.sla.org/content/shop/speclibs.cfm>. Acessado em 30.10.2004.

SHERA, Jesse H. Toward a theory of librarianship and information science. *Ciência da informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. (ed.). *Bibliographic organization*: papers presented before the 15th Annual Conference of the Graduate Library School, July 24-29, 1950. Chicago: University of Chicago, 1951. 276p.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação. In: BRADFORD, S. C. *Documentação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 296p. p. 15-61. [Originalmente escrito em 1953].

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Foundations of a theory of bibliography. In: FOSKETT, D. J. (ed.). *Libraries and the organization of knowledge*. London: Crosby Lockwood & Son, 1965. 224p. p. 19-33. [Originalmente publicado em 1952].

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. *A institucionalização das atividades de informação científica e tecnológica no Brasil*: o caso do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Brasília, 1987. 226p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Biblioteconomia, 1987.

SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. 368p. p. 256-282.

SOUSA, João Laurentino de. A classificação da Library of Congress. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979. 2v. Vol. 1, p. 20-35.

SOUZA, Francisco das Chagas de. *O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1990. 120p.

STAR, Susan Leigh. It's infrastructure all the way down. In: ACM CONFERENCE ON DIGITAL LIBRARIES, 5., 2000, San Antonio, Texas. *Electronic proceedings...* New York: Association for Computing Machinery, 2000. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acessado em 20.05.2003.

STAR, Susan Leigh. The ethnography of infrastructure. *American Behavioral Scientist*, v. 43, n. 3, p. 377-391, 1999.

VALÉRY, Paul. Discurso de la historia. *ISTOR – Revista de Historia Internacional*, México, año II, n. 5, p. 101-110, verano 2001. Disponível em <http://www.istor.cide.edu/revistaNo5.html>. Acessado em 20.11.2004.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. 200p. p. 149-98.

VIGOTSKI, Lev S. *A formação social da mente*: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 192p.

VIGOTSKI, Lev S. *Pensamento e linguagem*. 5. reimpr. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 140p.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983. 908p.

ZANDONADE, Tarcisio. Social epistemology from Jesse Shera to Steve Fuller. *Library Trends*, v. 52, n. 4, p. 810-833, Spring 2004.

9 – Fontes Primárias

A BIBLIOTECA. Rio de Janeiro: Biblioteca do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, 1944-1959. Ano I, v. 1, n. 1, fev. 1944 até ano 16, v. 16, n. 1, jan./mar. 1959. Periodicidade e numeração irregulares.

ALLIBONE, T. E. Careers in science information work. *Journal of Information Science*, London, v. 28, n. 1, p. 83-87, 2002. [Originalmente publicado em 1966].

ARCE, Magda. *Los cursos de administración y la biblioteca del DASP en Río de Janeiro; la biblioteca de Itamaraty*. [Santiago]: Prensas de la Universidad de Chile, 1943. 16p. [Separata dos Anales de la Universidad de Chile, 1º y 2º trimestres, 1942].

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECÁRIOS. Departamento Técnico. *Temas de documentação*. Rio de Janeiro, 1958. 55f. [Não-paginado].

AZEVEDO, Heloisa Leite Soares de. Catálogo dicionário. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 3, v. 4, n. 1, p. 234-238, out. 1940.

BARBOSA, Alice Príncipe. *Novos rumos da catalogação*. Organização, revisão e atualização de Elza Lima e Silva Maia. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978. 246p.

BARBOSA, Alice Príncipe. *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969. 446p.

BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA. *Normas para catalogação de impressos*. Ed. bras. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. 340p. [Edição promovida pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e patrocinada pelo Instituto Nacional do Livro].

BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA. *Normas para catalogação de impressos*. 2. ed. bras. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1962. 504p.

BRADFORD, S. C. *Documentação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 296p.

BRASIL. Conselho Nacional de Pesquisas. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Bibliotecas especializadas brasileiras*: guia para intercâmbio bibliográfico, contendo plano para aquisição planejada. Rio de Janeiro, 1962. 376p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Coordenação de Documentação e Informação. *A nossa história, do DASP ao MP*: Núcleo de Administração Pública. Brasília, 2000. 66p. [Trabalho elaborado pela bibliotecária Rosa Maria Gastal de Menezes].

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 6.416*, de 30 de outubro de 1940a. Regulamenta o artigo 3º do Decreto-lei nº 2.166, de 6 de maio de 1940.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 9.294*, de 27 de abril de 1942a. Regulamenta os cursos de administração instituídos pelo Decreto-lei nº 2.804, de 21 de novembro de 1940.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei nº 579*, de 30 de julho de 1938. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei nº 2.039*, de 27 de fevereiro de 1940b. Transforma o Serviço de Publicidade do Departamento Administrativo do Serviço Público em Serviço de Documentação.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei nº 2.804*, de 21 de novembro de 1940c. Dispõe sobre a organização de cursos de administração e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei nº 2.166*, de 06 de maio de 1940d. Desdobra as carreiras de bibliotecário, que especifica, nas de bibliotecário e bibliotecário-auxiliar e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Departamento Administrativo do Serviço Público. *A biblioteca ativa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940d. 10p.

BRASIL. Presidência da República. Departamento Administrativo do Serviço Público. *Biblioteca moderna*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942b. 8p.

CAPANEMA, Gustavo. *Arquivo pessoal*: item GC g 1936.05.26/1. Rio de Janeiro/Porto Alegre, 26.05.1936 a 22.07.1937. 450f. CPDOC/FGV, 2004a. Microfilmado no rolo 43, fotografamas 93 a 270.

CAPANEMA, Gustavo. *Arquivo pessoal*: item GC g 1936.10.30. Rio de Janeiro/João Pessoa, 30.10.1936 a 22.10.1945. 595f. CPDOC/FGV, 2004b. Microfilmado no rolo 44, fotografamas 81 a 383.

CAPANEMA, Gustavo. *Arquivo pessoal*: item GC g 1937.06.30. Rio de Janeiro/Nova Iorque, 30.06.1937 a 20.08.1945. 395f. CPDOC/FGV, 2004c. Microfilmado no rolo 47, fotografamas 596 a 811.

CAPANEMA, Gustavo. *Arquivo pessoal*: item GC g 1941.09.00. Rio de Janeiro, 09.1941 a 19.01.1945. 170f. CPDOC/FGV, 2004d. Microfilmado no rolo 56, fotografamas 212 a 289.

CARVALHO, Dóris de Queiroz. *Entrevista pessoal*. Brasília/Rio de Janeiro, set. 2004.

DIAS, Antonio Caetano. *O ensino de biblioteconomia no Brasil*: informe apresentado ao I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia realizado no Recife, em junho de 1954. Rio de Janeiro: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado/Serviço de Publicidade, 1958. 36p.

DINIZ, Alfredo G. dos Santos. *Bibliothesophia*: Bibliotheks-Wissenschaft, sciencia das bibliotecas ou ligeiras notas referentes á organização e á administração de bibliotecas. Prefácio de Victor da Silva Freire, catedrático da Escola Polytechnica de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., [c1915]. viii, 78p.

DIRETRIZES da documentação. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público/Serviço de Documentação, 1964. 358p.

DYSON, G. Malcolm; FARRADANE, Jason E. L. Education in information work: the syllabus and present curriculum of the Institute of Information Scientists Ltd. *Journal of Information Science*, London, v. 28, n. 1, p. 79-81, 2002. [Originalmente publicado em 1962].

EVANS, A. B. Agard; FARRADANE, J. Training the scientific information officer. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENTIFIC INFORMATION, 1958, Washington. *Proceedings...* Washington: National Academy of Sciences, 1959. 2v. p. 1489-1494. Disponível em http://books.nap.edu/html/sci_inf_1959/. Acessado em 18.03.2004.

EVANS, Luther H. *Proceedings of the Assembly of Librarians of the Americas*, May 12 to June 6, 1947: a report. Washington: The Library of Congress, 1948. 314p.

FARRADANE, J. Professional aspects of information science and technology. *Annual Review of Information Science and Technology*, n. 6, p. 399-410, 1971.

FARRADANE, J. Professional education of the information scientist. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES BIBLIOTHÈQUES ET DES CENTRES DE DOCUMENTATION: CONFÉRENCE INTERNATIONALE DE DOCUMENTATION, 22., 1955, Bruxelles. *Communications...* La Haye: Martinus Nijhoff, 1955. 3v. Vol. IIB, p. 76-81.

FARRADANE, J. The Institute: the first twelve years. *The Information Scientist*, London, v. 4, n. 4, p. 143-151, 1970.

FISCHER, Jango. *Classificação Decimal Universal*: do Instituto Internacional de Bibliographia simplificada para uso da Bibliotheca do Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. 88p.

FREIRE, Alfredo (org.). *Catálogo systemático da Bibliotheca Pública do estado*: organizado segundo a classificação decimal de Melvil Dewey. São Paulo: [s.n.], 1924.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Serviço de Intercâmbio de Catalogação. *Catálogo de fichas bibliográficas*: suplemento nº 1, outubro de 1946-dezembro de 1948. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953. p. 255-257.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz (org.). *Catálogo do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*: segundo o systema decimal de Melvil Dewey. Rio de Janeiro: Typ. "Jornal do Commercio", de Rodrigues & C., 1906-7. 2v. [Volume I – Classes 0-5, 1906, lxxiv, 552, iip.; Volume II – Classes 6-9, 1907, 878, xiip.].

GRILLO, Sylvia de Queiroz. *Carta a Lucille L. Keck*. São Paulo, 13 abr. 1939. 1f. [cópia].

IBBD BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1955-1958. V. 1, n. 1, jan./fev. 1955 até v. 4, n. 3-6, maio/dez. 1958. Periodicidade irregular.

LASSO DE LA VEGA, Javier. *Manual de documentación*: las técnicas para la investigación y redacción de los trabajos científicos y de ingeniería. Barcelona: Labor, 1969. 830p. Capítulo X: La documentación: su definición y caracteres, p. 107-116.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Estado atual do ensino da biblioteconomia no Brasil e a questão da ciência da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PRE-

PARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, 1., México, 1972. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972. p. 11-37.

LENTINO, Noemia. *Classificação Decimal Universal*: seu desenvolvimento, sua atualização. São Paulo: Folco Masucci, 1967. 128p.

LENTINO, Noemia. *Classificação decimal*: teórica, prática, comparada (exercícios e índices). São Paulo: Leia, 1959. 298p.

LIMA, Espiridião de Queiroz. *Antiga família do sertão*. Rio de Janeiro: Agir, 1946. 331p.

LIMA, Espiridião de Queiroz. *Das ondulações secundárias do pulso arterial*: these inaugural. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1903. 60p.

LIMA, Espiridião de Queiroz. *Novos rumos na epizootiologia e na prophylaxia da raiva dos herbívoros*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção/Instituto de Biologia Animal, 1935. 10p. Separata do *Boletim do Ministério da Agricultura*, ano 24, abr./jun. 1935.

LIMA, Espiridião de Queiroz. Transmissão da raiva bovina pelo morcego hematófago *Desmodus rotundus*. *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 38-40, jan. 1934.

MANN, Margaret. *Catálogo e classificação de livros*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. 340p.

MANN, Margaret. *Introducing to cataloging and the classification of books*. Chicago: American Library Association, 1930. 424p.

MATOS JUNIOR, Luiz Maria de; SANTOS, Raul Eloy dos (org.). *Catálogo da Bibliotheca da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro*: segundo o systema decimal de Melvil Dewey. Rio de Janeiro: [s.n.], 1923-25. 2v.

MORAES, Rubens Borba de. *Carta a Lydia de Queiroz Sambaquy*. São Paulo, 23 out. 1940. 1f. [cópia].

MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. 2. ed. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1983. 40p.

MORENO, J. F. *Bibliotecas científicas*: e suas operações fundamentais. São Paulo, 1938. 36p. [Publicado anteriormente como introdução ao volume 1 do *Repertório Geral da Biblioteca do Departamento Jurídico Municipal*].

MOURA, Washington José de Almeida. A propósito da vinda do professor Shera ao Brasil. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3-4, p. 165-168, maio/ago. 1957.

NOVA proposta de currículo mínimo. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 137-148, jan./jun. 1983.

O BIOLOGISTA Esperidião de Queiroz Lima no Livro do Mérito: homenagem de um grupo de amigos [...]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1958. 38p.

OTLET, Paul. *Documentos e documentação*. In: DIRETRIZES da documentação. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público/Serviço de Documentação, 1964. 358p. Disponível em <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/index.htm>. Acessado em 31.10.2004.

OTLET, Paul. Introduction aux travaux du Congrès. In: CONGRÈS MONDIAL DE LA DOCUMENTATION UNIVERSELLE, 16-21 août 1937, Paris. *Rapports préliminaires*. Paris, [1937]. c. 450p. [sem paginação contínua]. p. 251-258.

OTLET, Paul. *El tratado de documentación: el libro sobre el libro, teoría y practica*. Murcia: Universidad de Murcia, [199?]. 436p.

PORTO, João Augusto dos Santos (org.). *Catalogo da Bibliotheca da Marinha*: organizado segundo o systema decimal idealizado por Melvil Dewey. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. 2v.

QUEM é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1971.546p.

QUITITO, Edul de Rezende. *Breves noções de biblioteconomia*: correspondência enviada da Alemanha em 1936, quando em comissão do Departamento de Educação do Distrito Federal, para estudos especializados sobre biblioteconomia e cinema educativo. As Breves Noções de Biblioteconomia consistem em observações pessoais e notas de aula, obtidas por intermédio de Frl. Ursula Witt, de ‘Preussische Staatsbibliothek’ de Berlim. Rio de Janeiro: Revista Infância e Juventude, 1937. 36p. Separata da Revista Infância e Juventude.

REGRAS de catalogação descritiva na Library of Congress (adotadas pela American Library Association). Tradução de Maria Luisa Monteiro da Cunha. Washington: The Library of Congress/Processing Department/Descriptive Cataloging Division, 1956. 164p.

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO. Rio de Janeiro: CFSPC – Conselho Federal do Serviço Público Civil; DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público; Brasília: FUNCEP – Fundação Centro de Formação do Servidor Público; ENAP – Escola Nacional de Administração Pública, 1937-. V. 1, n. 1, nov. 1937-. Periodicidade irregular.

RIBEIRO, Jorge Duarte. *Noções de biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Indústria do Livro, 1934. 24p.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952.

RULES for descriptive cataloging in the Library of Congress (adopted by the American Library Association). Washington: The Library of Congress/Descriptive Cataloging Division, 1949. 142p.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. *A biblioteconomia brasileira: 1915-1965*. Rio de Janeiro: Instituto nacional do Livro, 1966. 360p.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *A ação social da biblioteca pública*: conferência pronunciada [...], no dia 15 de agosto de 1942, no auditório da Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1942. 8p.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. A Classificação Decimal de Melvil Dewey e a Classificação Decimal de Bruxelas. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 188-190, ago. 1940a.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. [Aniversário do SIC]. Discurso proferido na comemoração dos vinte anos de existência do Serviço de Intercâmbio de Catalogação – SIC, em 04.09.1962. 3f. datilog.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Bibliotecários. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 31-33, set. 1950a.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *Carta a Cecília Helena de Oliveira Roxo [Wagley]*. Rio de Janeiro, 31 out. 1940b. 3f. [cópia].

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Catalogação cooperativa e catalogação centralizada. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano XIV, v. 3, n. 2, p. 36-39, ago. 1951.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Catalogación cooperativa y catalogación centralizada. In: DESARROLLO DE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EN AMÉRICA LATINA: Conferencia de São Paulo, 1951, São Paulo. *Anais...* Paris: Unesco, 1953. 208p. p. 63-70.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Catálogo coletivo de periódicos. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1-2, p. 25-33, jan./abr. 1956a.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *Como a biblioteca pode e deve servir ao Brasil*: conferência pronunciada no salão nobre da Biblioteca Pública de São Paulo, no dia 3 de novembro de 1942, por ocasião da Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1943. 10p.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *Como usar as fichas impressas pelo Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1959. 36p.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *[Despedida do IBBD]*. Rio de Janeiro, 1965. 4p. manusc.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *Esquema da organização da biblioteca do D.A.S.P.*: apresentação, em linhas gerais, da organização dada pelo oficial administrativo da Ministério da Educação e Saúde, Sylvia de Queiroz Grillo, ex-chefe da biblioteca do D.A.S.P. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1940c. 32p.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *Esquema da organização da biblioteca do D.A.S.P.*: apresentação, em linhas gerais, da organização dada pelo oficial administrativo da Ministério da Educação e Saúde, Sylvia de Queiroz Grillo, ex-chefe da biblioteca do D.A.S.P. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1944. 48p.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *Luís Simões Lopes e as realizações brasileiras no campo da biblioteconomia e documentação*. Rio de Janeiro, 1983. 24p. datilog.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Manuel Cicero Peregrino da Silva. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 235-239, set./out. 1956b.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. O que é a biblioteca moderna. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-2, p. 75-77, jul./ago. 1939.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *O Serviço de Intercâmbio de Catalogação e as críticas que lhe são feitas*. Rio de Janeiro, 1953. c. 50f. datilog. [sem numeração contínua].

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. O Serviço de Intercâmbio de Catalogação, uma cooperativa entre bibliotecas. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 136-137, dez. 1949a.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. O Serviço de referência nas bibliotecas. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 68-70, fev. 1950b.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Prefácio da segunda edição. In: BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA. *Normas para catalogação de impressos*. 2. ed. bras. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1962. 504p. p. 9-16.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Prefácio. In: BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA. *Normas para catalogação de impressos*. Ed. bras. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949b. 340p. [Edição promovida pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e patrocinada pelo Instituto Nacional do Livro]. p. xi-xiii.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz; MORTE, Laís da Boa. *O Serviço de Intercâmbio de Catalogação e as críticas que lhe são feitas*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público/Serviço de Documentação, 1955. 70p.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. Biblioteca. In: *Catálogo 2004*. São Paulo, 2004a. 300p. p. 212-221. Disponível em <http://www.mackenzie.com.br/salunos/catalogo/pdf/pg212a221.pdf>. Acessado em 30.11.2004.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. *Centro histórico*: acervo. São Paulo, 2004b. Disponível em http://www.mackenzie.br/centro_historico/acervo/acerv_bibl.htm. Acessado em 30.11.2004.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. *Centro histórico*: Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo, (1894-1966). São Paulo, 2004c. Disponível em http://www.mackenzie.br/centro_historico/acervo/adelpha_f.htm. Acessado em 30.11.2004.

WERNECK, Heloisa Cabral da Rocha. *A Classificação Decimal Universal*: introdução ao catálogo geral da biblioteca da D.E.P. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Diretoria de Estatística de Produção/Seção de Publicidade, 1938. 38p.

ZAHER, Celia Ribeiro. Da documentação à informática. In: SEMINÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO À INFORMÁTICA, 1971, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1974. 240p. p. 49-86.

ZAHER, Celia Ribeiro. Prefácio. In: SEMINÁRIO DE INFORMÁTICA, 1968, Rio de Janeiro. *Informática*: trabalhos apresentados. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969. p. 3.

ZAHER, Celia Ribeiro; GOMES, Hagar Espanha. Da bibliografia à ciência da informação: um histórico e uma posição. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-7, 1972a.

ZAHER, Celia Ribeiro; GOMES, Hagar Espanha. Mecanismos de transferência de informação. In: CONGRESSO REGIONAL SOBRE DOCUMENTAÇÃO, 3.; REUNIÃO DA FID/CLA, 11, 1971, Lima, Peru. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972b. 492p. p. 7-16.

10 – Anexos

1 – Anexo 1 – Relação parcial do acervo da Biblioteca do DASP	146
2 – Anexo 2 – Palestra no aniversário do SIC, 1962	154

ANEXO 1

Biblioteca do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
 Composição do acervo – livros publicados entre 1938 e 1945³⁹

AUTOR	TÍTULO	ANO
McMurtrie, Douglas Crawford	<i>The book: the story of printing & bookmaking.</i> New York: Oxford	1943
Aldis, Harry Gidney	<i>The printed book.</i> Cambridge: University Press	1941
Fontes, Armando Ortega	<i>Bibliografia de Varnhagen.</i> Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores	1945
Brasil. Ministério da Educação e Saúde	<i>Exposição Machado de Assis: centenário de nascimento.</i> Rio de Janeiro	1939
Simões, Antônio dos Reis	<i>Bibliografia das bibliografias brasileiras.</i> Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro	1942
Wilgus, Alva Gurtis	<i>Histories and historians of hispanic America.</i> New York: H. W. Wilson	1942
Costa, Joaquim	<i>Elementos de biblioteconomia.</i> Porto: Livraria Tavares Martins	1943
Grillo, Sylvia de Queiroz	<i>Curso extraordinário de Biblioteconomia: serviço de biblioteca.</i> Rio de Janeiro: DASP	1944
Camovsky, Marian S.	<i>Introducción a la practica bibliotecaria en los Estados Unidos.</i> Chicago: American Library Association	1941
Rossell, Beatrice (Sawyer)	<i>Public libraries in the life of the nation.</i> Chicago: American Library Association	1943
Selva, Manuel	<i>Tratado de bibliotecnia.</i> Buenos Aires: Julio Suárez	1944
Thornton, John Leonard	<i>The chronology of librarianship: an introduction to the history of libraries and book-collecting.</i> London: Grafton	1941

³⁹ Até a página 59, de 541, primeiro volume da listagem.

Thompson, James Westfall	<i>The medieval library</i> . Chicago: University Press	1939
Brett, William Howard	<i>Portrait of a librarian</i> : Linda A. Eastman. Chicago: American Library Association	1940
Moraes, Rubens Borba de	<i>O problema das bibliotecas brasileiras</i> . Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil	1943
Stanford, Edward Barrett	<i>Library extension under the WPA</i> : an appraisal of an experiment in federal aid. Chicago: University Press	1944
Montello, Josué	<i>Organização e administração de bibliotecas</i> . Rio de Janeiro: DASP	1943
White, Eric Watson	<i>Arquivar e achar</i> . Rio de Janeiro: Bloch	1941
Selva, Manuel	<i>Guía para organización, fichado y catalogación de mapotecas</i> . Buenos Aires: Julio Suárez	1941
Penna, Carlos Victor	<i>Catalogación y clasificación de libros</i> . Buenos Aires: Acme	1945
Dias, Antônio Caetano; Cosme, Luís	<i>Compêndio de classificação decimal e índice alfabético</i> . Rio de Janeiro	1943
Doria, Irene de Menezes	<i>Guia de classificação decimal</i> . São Paulo: Livraria Martins	1943
Bliss, Henry Evelyn	<i>The organization of knowledge in libraries and the subject-approach to books</i> . New York: H. W. Wilson	1939
Monje Ayala, Mariano	<i>El arte de la encuadernación</i> . Barcelona: Labor	1944
Arce, Magda ⁴⁰	<i>Los cursos de administración y la biblioteca del DASP en Río de Janeiro; la biblioteca de Itamaraty</i> . [Santiago]: Prensas de la Universidad de Chile	1943
Moshier, Louise Marion; LeFevre, Helena Smedes	<i>The small public library</i> : organization, administration, service. Chicago: American Li-	1942

⁴⁰ Magda Arce, bibliotecária da Universidade do Chile, esteve no Brasil em 1942, a convite do Ministério das Relações Exteriores, para “estudar a organização das bibliotecas brasileiras”. Elaborado pelo Itamaraty, seu programa de trabalho incluiu visitas às principais bibliotecas e museus do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O exemplar do seu relatório que pertence ao arquivo Lydia de Queiroz Sambaquy possui a seguinte dedicatória: “Para mi amiga Lydia de Queiros Sambaqui [sic], con el afecto de Magda. Clasificada 197. Santiago do Chile. Junio 43” (ARCE, 1943).

	brary Association	
Haygood, William Converse	<i>Who uses the public library</i> : a survey of the patrons of the circulation and reference departments of the New York Public Library. Chicago: University Press	1938
Levene, Ricardo	<i>El fundador de la biblioteca publica de Buenos Aires</i> . Buenos Aires: Ministerio de Justicia	1938
Ranganathan, S. R.	<i>School and college libraries</i> . Madras: Madras Library Association	1942
Columbia University	<i>School library service</i> . Washington	1939
Camerani, Vittorio	<i>L' uso pubblico delle biblioteche</i> . Milano: A. Mondadori	1939
Chancellor, John Miller	<i>Helping adults to learn</i> : the library in action. Chicago: American library Association	1939
Vianna, Hélio	<i>Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)</i> . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional	1945
Baily, Gustavo Adolpho	<i>Pontos de concurso para oficial administrativo</i> . Rio de Janeiro: DASP	1940
Fava, Domenico	<i>Manuale degli incunabuli</i> . Milano: A. Mondadori	1939
Joad, C. E. M.	<i>Guía de la filosofía</i> . Buenos Aires: Losada	1940
Ellwood, Charles A.	<i>The story of social philosophy</i> . New York: Prentice-Hall	1938
Schopenhauer, Arthur	<i>El mundo como voluntad y representación</i> . Buenos Aires: E. Ovejero y Maury	1942
Maritain, Jacques	<i>Principes d' une politique humaniste</i> New York: Maison Française	1944
Marvin, Francis Sydney	<i>Comte</i> : the founder of sociology. London: Chapman & Hall	1941
Comte, Augusto	<i>Primeros ensayos</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1942
Laski, Harold Joseph	<i>El liberalismo europeo</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1939

Maritain, Jacques	<i>The dream of Descartes</i> , together with some others essays. New York: Philosophical Library	1944
James, William	<i>Principios de psicología</i> . Buenos Aires: Glem	1945
Reilly, William John	<i>The law of intelligent action applied in business relations</i> . New York: Harper & Brothers	1945
Lima, Alceu Amoroso	<i>Idade, sexo e tempo</i> : três aspectos da psicologia humana. Rio de Janeiro: José Olympio	1943
Ballard, Philip Boswood	<i>Mental tests</i> . London: Hodder & Stoughton	1940
Chase, Stuart	<i>The tyranny of words</i> . New York: Harcourt/Brace	1938
Terman, Lewis Madison	<i>Medida de la inteligencia</i> : métodos para el empleo de las pruebas de Stanfor-Binet. Madrid: Espasa-Calpe	1944
Freeman, Frank Nugent	<i>Mental tests</i> : their history, principles e applications. Boston: Houghton Mifflin	1939
Lourenço Filho, Manuel Bergstrom	<i>Curso de psicologia das relações humanas no trabalho</i> . Rio de Janeiro: DASP	1942
Beveridge, William	<i>O plano Beveridge</i> . Rio de Janeiro: José Olympio	1943
Ratner, Joseph (ed.)	<i>Intelligence in the modern world</i> : John Dewey' philosophy. New York: Modern Library	1939
Bruno, Giordano	<i>De la causa, principio y uno</i> . Buenos Aires: Losada	1941
Gurvitch, Georges; Moore, Wilbert E. (ed.)	<i>Twentieth century sociology</i> . New York: Philosophical library	1945
Mannheim, Karl	<i>Diagnóstico de nuestro tiempo</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1944
Weber, Alfred	<i>Historia de la cultura</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1943
Munford, Lewis	<i>La cultura de las ciudades</i> . Buenos Aires: Emecé	1945

Ramos, Arthur	<i>Las culturas negras en el nuevo mundo.</i> México: Fondo de Cultura Económica	1943
Ferreira, Luiz Pinto	<i>Teoria do espaço social.</i> Caruaru: Faculdade de Direito	1939
Hobson, John Atkinson	<i>Veblen</i> [Thorstein Veblen]. México: Fondo de Cultura Económica	1941
Maciver, Robert Morrison	<i>Comunidad</i> , estudio sociológico: intento de establecer la naturaleza y leyes fundamentales de la vida social. Buenos Aires: Losada	1944
Pierson, Donald	<i>Curso de sociologia.</i> São Paulo: Melhoramentos	1942
Ayala, Francisco	<i>Curso extraordinário de sociologia.</i> Rio de Janeiro: DASP	1945
Dodd, Stuart Carter	<i>Dimensions of society:</i> a quantitative systematics for the social sciences. New York: Macmillan	1942
Sodré, Nelson Werneck	<i>Formação da sociedade brasileira.</i> Rio de Janeiro: José Olímpio	1944
Sombra, Severino	<i>Formação da sociologia.</i> Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército	1941
Barnes, Harry Elmer	<i>Historia del pensamiento social.</i> México: Fondo de Cultura Económica	1945
Gurvitch, Georges	<i>Las formas de la sociabilidad.</i> Buenos Aires: Losada	1941
Ginsberg, Morris	<i>Manual de sociología.</i> Buenos Aires: Biblioteca Sociológica	1942
Recasens Siches, Luis	<i>Wiese.</i> México: Fondo de Cultura Económica	1943
Barnes, Harry Elmer	<i>Society in transition:</i> problems of a changing age. New York: Prentice Hall	1941
Medina, Echavarría José	<i>Sociología:</i> teoría y técnica. México: Fondo de Cultura Económica	1941
Bogardus, Emory Stephen	<i>Sociology.</i> New York: Macmillan	1941
Redfield, Robert	<i>Yucatan:</i> una cultura de transición. México: Fondo de Cultura Económica	1944

Pierson, Donald	<i>Estudo e ensino de sociologia</i> . São Paulo: Melhoramentos	1944
Russel, Bertrand at alii	<i>Dare we look ahead?</i> New York: Macmillan	1938
Poviña, Alfredo	<i>Historia de la sociología latinoamericana</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1941
Fernandes, Ary Castro	<i>Curso de psicologia das relações humanas no trabalho</i> . Rio de Janeiro: DASP	1945
Ayala, Francisco	<i>El problema del liberalismo</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1941
Huizinga, Johan	<i>Homo ludens: el juego y la cultura</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1943
Mannheim, Karl	<i>Ideología y utopía</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1941
Le Bon, Gustave	<i>Psicología de las multitudes</i> . Madrid: Daniel Jorro	1942
Orton, William, Aylott	<i>The liberal tradition: a study of the social and spiritual conditions of freedom</i> . London: Yale University	1945
Gallup, George	<i>A guide to public opinion polls</i> . Princeton: Princeton University	1944
Albig, William	<i>Public opinion</i> . New York: McGraw-Hill	1939
Znaniiecki, Florian	<i>El papel social del intelectual</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1944
Ayala, Francisco	<i>Razón del mundo</i> . Buenos Aires: Losada	1944
Veblen, Thorstein	<i>Teoría de la clase ociosa</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1944
Mayo, Elton	<i>The social problems of an industrial civilization</i> . Boston: Harvard University	1945
Medina, Echavarría José	<i>Responsabilidad de la inteligencia</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1943
Vargas, Getulio Dornelles	<i>Discursos</i> . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional	1944
Beard, Charles A.; Beard, M. R.	<i>America in mid-passage</i> . New York: Macmillan	1939

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	<i>Recenseamento geral do Brasil</i> : análises de resultados do censo demográfico, 01/09/1940. Rio de Janeiro	1944
Mannheim, Karl	<i>Libertad y planificación social</i> . México: Fondo de Cultura Económica	1942
Jardim, Germano Gonçalves	<i>A administração pública e a estatística</i> : o papel e a missão de um órgão central de estatística no quadro das realizações governamentais de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: DIP	1941
Riggleman, John Randolph	<i>Business statistics</i> . New York: McGraw-Hill	1938
Mortara, Giorgio	<i>Curso de matemática e estatística aplicada à administração</i> . Rio de Janeiro: DASP	1942
Pagano, Authos	<i>Lições de estatística</i> . São Paulo: Prefeitura Municipal	1942
Smith, James G.; Duncan, Acheson J.	<i>Sampling statistics and applications</i> : fundamentals of the theory of statistics. New York: McGraw-Hill	1945
Autran, A. A. de Menezes	<i>Noções de estatística metodológica</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Epasa	1945
Pearson, Frank Ashmore	<i>Statistical methods applied to agricultural economics</i> . New York: J. Wiley & Sons; London: Chapman & Hall	1942
Mills, Frederick Cecil	<i>Statistical methods applied to economics and business</i> . New York: Henry Holt	1938
Holzinger, Karl J.; Harman, H. H.	<i>Factor analysis</i> . Chicago: University Press	1941
Fisher, Ronald Aylmer	<i>The design of experiments</i> . Edinburgh: Oliver & Boyd	1942
Arkin, Herbert; Colton, Raymond Roosevelt	<i>Graphs</i> : how to make and use them. New York: Harper & Brothers	1940
Montara, Giorgio	<i>Curso de elementos de estatística demográfica</i> . Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento	1942
Simonsen, Roberto	<i>Recursos econômicos e movimentos das populações</i> . [Apresentado no American Scientific Congress, 8., 10-18 May 1940, Washington]	1940

Freitas Filho, Lincoln de	<i>O clínico e a bio-estatística</i> : valor de sua cooperação. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde	1940
Mello, Eder Janser de	<i>Utilização de medidas estatísticas em biologia, medicina e saúde pública</i> . Rio de Janeiro: Nac. Educação Sanitária	1944
Castro, Lauro Sodré Viveiros de	<i>Pontos de estatística</i> . Rio de Janeiro	1944
Pennock, J. Roland	<i>Administration and the rule of law</i> . New York: Farrar & Rinehart	1941
Ibiapina, Julio de Mattos	<i>O Brasil de ontem e o de hoje</i> . Rio de Janeiro: DIP	1942
Amaral, Antônio José Azevedo	<i>O estado autoritário e a realidade nacional</i> . Rio de Janeiro: José Olympio	1938
Campos, Francisco	<i>O estado nacional</i> : sua estrutura, seu conteúdo ideológico. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio	1941
Santos, Francisco Martins dos	<i>O fato moral e o fato social da década getuliana</i> . Rio de Janeiro: Zelio Valverde	1941
Amaral, Antônio José Azevedo (ed.)	<i>O pensamento político do presidente</i> : edição comemorativa do 60. aniversário do Presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional [Separata dos artigos e editoriais dos primeiros 25 números da revista Cultura Política]	1943
Devinelli, Carlos	<i>Política brasileira</i> (síntese e crítica). Rio de Janeiro: Zelio Valverde	1942
Campos, Francisco	<i>Síntese da reorganização nacional</i> . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional	1939
Machado, Leão	<i>Uma revolução em marcha</i> . Rio de Janeiro: DIP	1942

Fonte: DIDAP – Divisão de Documentação e Informação em Administração Pública, subordinada à Coordenação de Documentação e Informação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atual depositária do acervo da antiga Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP.

ANEXO 2

Aniversário do SIC

Palestra no aniversário de 20 anos do SIC, 4 de setembro de 1962.

Fui convidada por Haydéa Madei Martins a falar, hoje, sobre o SIC. Há vinte anos que falo, sistematicamente, sobre este Serviço. Em aulas e fora delas. Mas, nesta oportunidade, o faço com especial agrado, porque desejo manifestar de público a minha sincera admiração pelo grupo que realmente tem trabalhado pelo desenvolvimento, no país, do intercâmbio entre bibliotecas. Na verdade tenho falado muito, mas quem tem trabalhado de fato é esse grupo de bibliotecários que, antes do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) existir e depois da criação deste Instituto, tem demonstrado sempre, por todos os modos e por todos os meios, inextinguível dedicação, competência, lealdade, tenacidade, entusiasmo, enfim uma série enorme de qualidades difíceis de serem reunidas em uma só equipe de trabalho. Naturalmente, devo mencionar de forma toda particular o nome de Haydéa Madei Martins, que por todos esses anos tem dedicado o melhor dos seus esforços, extraordinário devotamento, não se poupando a sacrifícios para atingir, plenamente, os objetivos visados pelo SIC e obter para este Serviço pleno sucesso em suas realizações.

Alice Príncipe Barbosa também tem lugar de especial destaque na história do SIC. Planejou e organizou os serviços do SIC em seus menores detalhes.

Em 1942, trabalhavam no SIC Haydéa Madei Martins e Maria Elisa Batista; em 1944, chegou ao SIC Alice Príncipe Barbosa; em 1945, vieram prestar valiosa colaboração a este Serviço Myriam Gusmão e Alberto Gaspar Gomes; em 1947, recebeu o SIC precioso reforço em pessoal, com Otto Kaufmann, Jannice de Mello Monte-Mór, Dora Lifchetz, hoje Dizitzad, Marina Fanfa Ribas; em 1948, recebeu o SIC Maria Teresa Parente Napoleão e Maria Helena Cortes Sarmiento; em 1949, Célia Ribeiro Zaher e Maria Elvira Gomes; em 1951,

Maria Ighes Azambuja, Diva Miranda, Samuel Kitmann; em 1952, Odette Sarmiento, Ilse Dümpel César, Regina Nunes, Alice Nasser, Rachel de Queiroz (a sobrinha), Aisa Osório, Palmira Cerqueira e Cadem Moussatche; em 1953, Ida Araújo Arruda de Albuquerque, Thais Caldeira Henriques, Dilma Mello Furtado, Dilme leme Pragana, Maria Letícia de Queiroz; em 1954, Everardo Fischer, Marita Araujo e Maria José Prazeres.

Durante esses vinte anos, que aqui estamos relembando com saudade e gratidão, muitas outras bibliotecárias passaram pelo SIC, como funcionárias de diferentes bibliotecas ou como estagiárias, estabelecendo sempre novos vínculos de amizade e prestando ao SIC valiosa colaboração.

Devo mencionar aqui, para que fique sempre presente na lembrança e gratidão dos bibliotecários brasileiros, o nome de Luiz Simões Lopes, que como presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), promoveu a criação do SIC e, depois, como presidente da Fundação Getulio Vargas, contribuiu, durante muitos anos, para a manutenção deste Serviço. Foi, ainda, Luiz Simões Lopes que incentivou, em nome da Fundação Getulio Vargas, o Conselho Nacional de Pesquisas a criar o IBBD, em colaboração com aquela Fundação e o DASP. Este Instituto, a partir de 1954, incumbiu-se de manter o SIC.

Também é justo fazer lembrar a esplêndida cooperação recebida pelo DASP do Departamento de Imprensa Nacional, na administração Rubens Porto e Alberto Brito Pereira, para a manutenção do SIC.

Como todos sabem, o SIC nasceu dentro da Biblioteca do DASP. Examinando o custo do trabalho de catalogação e verificando a incapacidade que então já existia do controle da produção bibliográfica mundial, e também inspirada e norteadada pelo espírito de organização e racionalização do trabalho que, na época, caracterizava aquele departamento, a Biblioteca fez as contas e verificou a economia extraordinária e uma série de outras vantagens oferecidas pela catalogação cooperativa. Dia-a-dia, no desenvolvimento dos trabalhos do SIC,

foi ficando evidente que as vantagens auferidas pela cooperação entre as bibliotecas são bem maiores do que, inicialmente, supôs a Biblioteca do DASP.

Cícero Peregrino

Library of Congress e outras iniciativas de catalogação cooperativa

As primeiras bibliotecas que participaram efetivamente do sistema de cooperação foram as do DASP, do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Educação e Cultura, do Museu Nacional e da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional.

Atualmente, possui o SIC um acervo de 11.294.636 de fichas, correspondentes a 93.100 títulos catalogados por mais de 200 bibliotecas, à disposição de todas as bibliotecas do país.

Nesses últimos dias ouvi três comentários relacionados ao SIC, que julgo de interesse. O primeiro consta de uma notícia do *Correio da Manhã*, relativa ao Serviço Nacional de Bibliotecas e à Biblioteca Nacional de Brasília – dizia que ‘procuram acabar com o SIC’.

O segundo, de um funcionário do IBBD que dizia que o SIC deu origem ao IBBD.

O terceiro, de um bibliotecário de Brasília que lamentava a solidão em que me encontro ao tentar, no Distrito Federal, a organização do Serviço Nacional de Bibliotecas.

Porque a vitória do SIC não é, ainda, integral:

- a) falta de padronização das regras de catalogação; 1955 críticas de SP
- b) demora na impressão
- c) grande especialização das bibliotecas
- d) falta de pessoal nas bibliotecas
- e) falta de recursos financeiros para a aquisição de fichas
- f) falta de educação em favor da cooperação

Outras formas de cooperação que devem ser desenvolvidas:

- 1) intercâmbio entre os centros bibliográficos regionais e centros nacionais especializados; serviços regionais de bibliotecas
- 2) organização da bibliografia retrospectiva
- 3) compilação de catálogos coletivos
- 4) sistema de aquisição planificada
- 5) empréstimos entre bibliotecas
- 6) esquemas cooperativos feitos por grupos de biblioteca